



Índice

Nota Introdutória	6
1 – Conjuntura	8
<u>1.1 – Fora da Zona Euro</u>	8
<u>1.2 – Zona Euro</u>	9
<u>1.3 - Nacional</u>	10
1.3.1 – Evolução Político-legal	10
1.3.2 – Evolução e Estrutura Económica	10
1.3.3 – Evolução tecnológica e sócio-cultural	18
<u>1.4 – Conjuntura do Concelho</u>	19
1.4.1 – Caracterização do Concelho	19
1.4.2 – Análise SWOT	20
1.4.2.1 – Pontos Fortes	20
1.4.2.2 – Oportunidades	21
1.4.2.3 – Pontos Fracos	22
1.4.2.4 – Ameaças	23
1.4.3 – Estatísticas e Indicadores sobre o Concelho	23
2 – Enquadramento interno	25
<u>2.1 – Alterações no órgão executivo</u>	25
<u>2.2 – Política de recursos humanos adoptada</u>	25
<u>2.3 – Actividades desenvolvidas</u>	31
3 – Análise Orçamental	62



<u>3.1 – Evolução do orçamento da receita por classificação económica</u>	62
<u>3.2 – Evolução do orçamento da despesa por classificação económica</u>	70
<u>3.3 – Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas</u>	77
3.3.1 – Evolução das GOP's	77
3.3.2 – Estrutura das GOP's	85
<u>3.4 – Evolução da execução orçamental</u>	86
3.4.1 – Orçamento da Receita	86
3.4.2 – Orçamento da Despesa	87
3.4.3 – Grandes Opções do Plano	89
<u>3.5 – Evolução dos resultados orçamentais</u>	91
3.5.1 – Resultado corrente	91
3.5.2 – Resultado orçamental	92
4 – Fontes de Financiamento	93
<u>4.1 – Receitas Próprias</u>	93
4.1.1 – Estrutura das Receitas Próprias	93
4.1.2 – Evolução das Receitas Próprias	94
4.1.3 – Indicadores	95
<u>4.2 – Outros Financiamentos</u>	95
4.2.1 – Estrutura dos Outros Financiamentos	95
4.2.2 – Evolução dos Outros Financiamentos	96
4.2.3 – Participação do Município nos Impostos do Estado	97
4.2.3.1 – Estrutura dos Fundos Municipais	98



4.2.3.2 – Evolução dos Fundos Municipais	98
4.2.4 – Cooperação Técnica e Financeira	99
4.2.5 – Fundos Comunitários	99
4.2.6 – Endividamento Municipal	100
4.2.6.1 – Curto Prazo	100
4.2.6.2 – Médio e Longo Prazo	101
4.2.7 - Indicadores	101
5 – Aplicação dos Recursos Financeiros	103
<u>5.1 – Despesas de Funcionamento</u>	103
5.1.1. – Estrutura das despesas de funcionamento	103
5.1.2 – Evolução das despesas de funcionamento	104
5.1.3 - Indicadores	104
<u>5.2 – Despesas com pessoal</u>	105
5.2.1 – Evolução das despesas com pessoal	105
5.2.2 – Indicadores	105
<u>5.3 – Aquisição de bens e serviços</u>	106
5.3.1 – Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços	106
5.3.2 – Indicadores	107
<u>5.4 – Serviço da dívida</u>	107
5.4.1 – Evolução do serviço da dívida	107
5.4.2 - Indicadores	108
<u>5.5 – Apoios concedidos a terceiros</u>	108
5.5.1 – Estrutura dos apoios concedidos a terceiros	108
5.5.2 – Evolução dos apoios concedidos a terceiros	109
5.5.3 – Indicadores	109



<u>5.6 – Investimento Municipal</u>	110
5.6.1 – Investimento directo	110
5.6.1.1 – Evolução do investimento directo	110
5.6.1.2 – Indicadores	110
5.6.2 – Investimento total (directo e indirecto)	111
5.6.2.1 – Evolução do investimento total	111
5.6.2.2 – Indicadores	111
5.6.3 – O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento	112
6 – Cumprimentos legais na despesa	113
<u>6.1 – Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal</u>	113
6.1.1 – Limite dos encargos com pessoal do quadro	114
6.1.2 – Limite dos encargos com pessoal fora do quadro	114
<u>6.2 – Cumprimento ao limite da capacidade de endividamento</u>	115
7 – Análise Económico-Financeira	117
<u>7.1 – Análise da Situação Económica</u>	117
7.1.1 – Condições Económicas	117
7.1.2 – Proveitos	119
7.1.2.1 – Estrutura dos proveitos	119
7.1.2.2 – Evolução dos proveitos	120
7.1.3 – Custos	122
7.1.3.1 – Estrutura dos custos	122
7.1.3.2 – Evolução dos custos	123
7.1.4 – Resultados	127
7.1.4.1 – Resultado operacional	127



7.1.4.2 – Resultado financeiro	128
7.1.4.3 – Resultado corrente	128
7.1.4.4 – Resultado Líquido do Exercício	129
<u>7.2 – Análise da Situação Financeira</u>	130
7.2.1 Condições Financeiras	130
7.2.2 – Dívidas de terceiros	136
7.2.3 – Dívidas a terceiros	137
8 – Outras disposições	139
<u>8.1 – Proposta de aplicação de resultados</u>	139
<u>8.2 – Evolução previsível da actividade</u>	139
<u>8.3 – Factores relevantes ocorridos após o encerramento do</u>	142



Nota Introdutória

No nosso percurso de gestão do Município de Ourém, temos tido uma permanente preocupação de aperfeiçoamento a todos os níveis e, no que diz respeito aos documentos de prestação de contas de 2004 (Relatório de Gestão e Prestação de Contas), tal preocupação é visível sobretudo na informação que prestamos sobre a actividade desenvolvida em cada unidade orgânica.

Os documentos traduzem a realidade de todos conhecida relativamente ao grande volume de investimentos municipais em curso, sendo que o impacto financeiro dos mesmos é também espelhado.

De facto, tivemos que assumir uma decisão difícil: ou aproveitávamos a oportunidade de obtenção de apoio externo e executávamos alguns investimentos de vulto na sede do Concelho (Parque Linear, Mercado, Casa dos Magistrados, Estaleiro Municipal e Urbcom), sabendo que daí resultariam constrangimentos financeiros durante o exercício seguinte ou perdíamos a oportunidade e mantínhamos o habitual equilíbrio financeiro.

No quadro legal existente em que vimos a nossa capacidade de obtenção de crédito reduzida em cinquenta por cento, em resultado da política nacional de contenção do déficit das contas públicas, as soluções com que contávamos para fazer face a tais investimentos ficaram arredadas.

Apesar destas dificuldades, entendeu a Câmara assumir os investimentos, aproveitando assim a oportunidade para qualificar a cidade sede do Concelho através de alguns investimentos que julgávamos importantes.

Para além destas acções, mantivemos o investimento em outras zonas do Concelho, particularmente em Fátima, Caxarias e Freixianda, em



equipamentos e em infraestruturas e pelas freguesias continuámos o investimento, particularmente na requalificação da rede viária.

Para além dos investimentos directos têm ocorrido investimentos indirectos em áreas da responsabilidade do município: saneamento básico em Fátima através do sistema multimunicipal SIMLIS (13 000 000 euros), melhoria da qualidade de serviços através das empresas municipais e preparação de investimentos através de empresas e associações em que o município de Ourém aparece como principal ou um dos principais dinamizadores (APEFF- Associação Promotora do Ensino e Formação de Fátima, Méciagolfe- Empreendimentos Turísticos, SA, Fatiparques- Parques de Negócios de Ourém/Fátima, SA).

Parece-nos merecer destaque a preocupação com a qualificação do quadro técnico do município através da redução de pessoal não qualificado e da admissão de pessoal qualificado, tudo isto num quadro de contenção das despesas correntes de forma a privilegiar o investimento.

Pensamos que, durante o exercício seguinte, conseguiremos ultrapassar a situação de algum desequilíbrio financeiro.

O grande volume de investimentos efectuados e em curso conta com o envolvimento e entusiasmo de todos os funcionários do Município de Ourém a quem deixamos público agradecimento.

Ourém, Abril de 2005

O Presidente da Câmara

David Catarino



1. Conjuntura

1.1 Fora da Zona Euro

No decurso do ano económico de 2004, o crescimento da economia mundial derivou da influência impulsionadora dos Estados Unidos da América e da Ásia, apesar de alguns riscos geopolíticos e da vulnerabilidade e incerteza adjacente ao mercado do petróleo, que impeliram uma subida dos preços desse recurso energético para valores históricos.

No conjunto de 2004, o preço em dólares do barril de *brent* aumentou cerca de 34 por cento, em termos médios, face a 2003, sendo a variação em euros de 21 por cento, como consequência da desvalorização do dólar por relação ao euro.

O aumento sentido no preço do petróleo ao longo de 2004 é essencialmente explicado pelos três seguintes factores:

- Um forte crescimento da procura, especialmente da China e da Índia, e uma incapacidade em suprir esta procura, sobretudo dos países produtores que estão fora da OPEP;
- A percepção pelos mercados de um aumento do risco de interrupção dos fornecimentos de vários produtores, desde o Iraque e a Arábia Saudita, em virtude do terrorismo, à Venezuela e à Nigéria, por causa da instabilidade política e à Rússia por instabilidade empresarial;
- Um forte investimento de fundos americanos em produtos financeiros sobre o petróleo, especulando na alta do preço, plausível pelas duas razões anteriores.



Importa ainda mencionar, que a OMC (Organização Mundial de Comércio) estima para 2004, um crescimento muito mais rápido do comércio (7,5%) do que da produção mundial (3,7%).

1.2 Zona Euro

De acordo com a estimativa do Eurostat, a taxa de crescimento real do PIB da área euro, deverá situar-se em aproximadamente 1,7 por cento em detrimento dos 0,5 por cento verificados em 2003.

Ao longo de 2004, verificou-se uma melhoria gradual dos índices de confiança dos consumidores, apesar de permanecerem abaixo da média aferida nos últimos 10 anos.

A taxa de desemprego apresentou um valor médio preocupante, que se situou próximo dos 9 por cento. Ao invés, a variação ocorrida no índice de preços no consumidor, denota uma grande estabilidade deste indicador, o qual registou uma variação homóloga de 2,1 por cento.

No que concerne ao sistema monetário e financeiro, inquéritos efectuados evidenciam um aumento da procura de crédito para habitação, e uma desaceleração da procura de crédito para consumo e outros fins, o qual se deverá aos níveis de confiança dos consumidores verificados, bem como a um aumento dos níveis de poupança dos particulares. A procura de empréstimos por parte das empresas continuou a diminuir, sendo apontado como um dos principais factores explicativos, a existência de fracos níveis de investimento e o crescente recurso à utilização de fundos internos.



O Euro continuou a sua valorização face ao Dólar se bem que de forma mais moderada, factor que induziu a uma perda da competitividade dos produtos europeus fora da zona euro. As taxas de juro permaneceram em valores baixos e estáveis ao longo do período.

1.3 Nacional

1.3.1 Evolução Político-legal

No contexto nacional, importa mencionar a decisão de Sua Excelência o Presidente da República de dissolver a Assembleia da República, e de convocar eleições legislativas antecipadas.

No âmbito das autarquias locais, registe-se a Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2004 de 29 de Outubro, a criar uma estrutura de missão designada “Equipa para a revisão do regime financeiro dos municípios e freguesias” com o objectivo de proceder à revisão da Lei das Finanças Locais.

Importa ainda destacar a LOE – 2005, e em particular no disposto no capítulo – III (Finanças Locais), onde nomeadamente e a exemplo do já ocorrido com a LOE – 2004, se suspende para efeitos de endividamento municipal, os limites determinados na Lei das Finanças Locais, estabelecendo-se uma diminuição destes, em 50 por cento.

1.3.2 Evolução e Estrutura Económica

Evolução

Em 2004, assistiu-se a uma recuperação da actividade económica em Portugal, num contexto de uma melhoria da conjuntura económica externa, taxas de juro baixas e moderação salarial, pese embora o segundo semestre denote a ocorrência de uma recessão técnica.



A melhoria do clima económico (essencialmente fora da zona euro) e apesar de um agravamento da situação no mercado de trabalho, impulsionou a recuperação da procura interna privada enquanto a despesa final das Administrações Públicas (consumo e investimentos públicos) terá apresentado uma variação negativa em volume, reflectindo o processo de consolidação orçamental em curso.

A melhoria da procura interna deveu-se não só a um enquadramento económico internacional mais favorável, mas também a uma melhoria gradual das expectativas da generalidade dos agentes económicos, influenciadas por um abrandamento do crescimento dos preços e da deterioração dos rendimentos disponíveis.

A taxa de inflação apresentou uma trajectória descendente ao longo do período, não obstante as pressões no sentido da alta provocadas pela subida do preço do petróleo nos mercados internacionais e pelo efeito temporário decorrente do Euro 2004.

No período de Janeiro a Novembro de 2004, e de acordo com a informação relativa ao comércio internacional divulgada pelo INE, as exportações nominais de mercadorias aumentaram 4,9 por cento em termos homólogos. No mesmo período, as importações cresceram 10,0 por cento. Relativamente ao comércio extracomunitário, para o qual já existe informação para o conjunto do ano de 2004, as exportações e as importações aumentaram 7,6 e 16,7 por cento, respectivamente. Assim, o contributo das exportações líquidas deverá ser negativo, face a um maior crescimento das importações.

Para o ano em análise, estima-se um crescimento real do PIB de 1 por cento, após ter diminuído 1,2 por cento em 2003. No entanto, e pelo terceiro ano



consecutivo, o diferencial de crescimento da actividade económica entre Portugal e a área do euro deverá ser negativo (-0,7 p.p.).

O investimento ocorrido em 2004, deverá ter crescido numa taxa superior ao PIB, como aliás é corrente nas fases em que se iniciam uma retoma económica. Os dados já disponíveis evidenciam que no primeiro semestre ocorreu um crescimento positivo da FBCF em 1,6 por cento (-6,8 por cento em 2003).

Indicadores Económicos

FINANÇAS PÚBLICAS - EXECUÇÃO DO ESTADO

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004
Receita Total	DGO	10 ⁶ Euro	32.095	31.658	31.283
		VHA	12,4	-1,4	-1,2
Receita Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	30.664	30.912	30.923
		VHA	8,9	0,8	0,0
Impostos Directos	DGO	10 ⁶ Euro	11.898	11.255	11.381
		VHA	4,9	-5,4	1,1
Impostos Indirectos	DGO	10 ⁶ Euro	16.611	17.338	17.067
		VHA	11,9	4,4	-1,6
Receita de Capital	DGO	10 ⁶ Euro	1.431	746	360
		VHA	267,5	-47,9	-51,7
Despesa Total	DGO	10 ⁶ Euro	37.045	36.511	40.651
		VHA	12,3	-1,4	11,3
Despesa Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	33.688	33.096	37.078
		VHA	14,4	-1,8	12,0
Despesa Corrente Primária	DGO	10 ⁶ Euro	29.861	29.065	33.336
		VHA	16,3	-2,7	14,7
Despesa de Capital	DGO	10 ⁶ Euro	3.357	3.415	3.574
		VHA	-5,5	1,7	4,6
Saldo Global	DGO	10 ⁶ Euro	-4.950	-4.853	-9.368
Saldo Corrente	DGO	10 ⁶ Euro	-3.024	-2.184	-6.155
Saldo Corrente Primário	DGO	10 ⁶ Euro	803	1.847	-2.413
Saldo Primário	DGO	10 ⁶ Euro	-1.123	-823	-5.627
Dívida do Estado	IGCP	10 ⁶ Euro	79.475	83.377	90.739
		VH	9,7	4,9	8,8

**CONSUMO PRIVADO**

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004	IV T 03	I T 04	II T 04	III T 04	IV T 04
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	SRE-VE	-34	-41	-35	-34	-36	-35	-32	-36
Volume de Vendas no Comércio a Retalho - Total	INE	SRE-VE	-10	-22	-11	-15	-21	-12	-6	-4
Bens Duradouros	INE	SRE-VE	-28	-32	-16	-17	-27	-19	-14	-4
Bens não Duradouros	INE	SRE-VE	-22	-16	-9	-20	-21	-7	-4	-3
Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (Deflacionado)	INE	VH	0,3	-2,5	2,1	-2,2	0,0	2,0	3,2	3,3
Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros	ACAP	VH	-11,4	-16,1	4,1	5,8	4,8	7,6	-1,2	4,5
Importações de Bens de Consumo	INE	VHA	2,1	0,7	:	0,7	7,0	9,1	8,5	:

INVESTIMENTO

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004	IV T 03	I T 04	II T 04	III T 04	IV T 04
Vendas de Cimento	CIMPOR E SECIL	VH	-6,7	-16,8	-1,7	-10,0	-1,1	-0,1	-0,3	-5,4
Adjudicação de Obras Públicas	ANEOP	VHA	-9,9	-24,2	46,3	-24,2	12,3	26,7	33,3	46,3
Licenças de Construção - Novas Habitações	INE	VHA	-3,7	-9,9	-7,4	-9,9	-3,5	-6,4	-6,3	-7,4
Empréstimos para Habitação	DGT	VHA	18,8	-9,0	:	-9,0	19,0	28,9	22,6	:
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras	ACAP	VH	-19,6	-12,9	3,0	-4,0	3,4	10,7	1,5	-2,8
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas	ACAP	VH	-28,2	-21,0	23,5	-7,3	17,9	27,1	20,0	28,2
Índice de Produção Industrial - Bens de Investimento	INE	VH	-5,1	-8,2	-3,7	-8,4	-3,9	-2,7	-2,3	-5,8
Importações de Bens Equipamento (excl. Mat. Transp)	INE	VHA	-6,1	-2,9	:	-2,9	10,6	12,3	10,4	:
Exportações de Bens Equipamento (excl. Mat. Transp)	INE	VHA	3,7	10,8	:	10,8	2,9	5,9	4,1	:

**COMÉRCIO INTERNACIONAL**

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004	IV T 03	I T 04	II T 04	III T 04	IV T 04
Importações Totais	INE	VHA	-3,7	-1,8	:	-2,0	3,1	8,7	9,6	:
UE	INE	VHA	-0,2	-2,1	:	-2,3	-4,1	8,6	8,8	:
Extra UE	INE	VHA	-14,5	-0,7	16,7	-1,0	-0,2	9,1	12,2	16,7
Exportações Totais	INE	VHA	1,8	2,5	:	2,4	0,1	4,1	4,8	:
UE	INE	VHA	1,8	1,9	:	1,8	0,7	2,5	4,2	:
Extra UE	INE	VHA	1,8	4,8	7,6	4,8	-2,2	10,9	7,1	7,6

MERCADO DE TRABALHO

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004	IV T 03	I T 04	II T 04	III T 04	IV T 04
Contratação Colectiva	MSST	VITA	3,7	2,9	2,9	2,9	2,0	2,8	2,9	2,9
Remunerações por trabalhador na Indústria	INE	VHA	4,5	2,9	3,5	2,9	4,2	3,7	3,6	3,5
Remunerações por trabalhador no Comércio a Retalho	INE	VHA	3,7	4,0	3,8	4,0	3,5	3,8	3,8	3,8
Emprego Total	INE	VH	0,5	-0,4	0,1	0,4	0,0	0,1	-0,1	0,3
Taxa de Desemprego	INE	%	5,0	6,3	6,7	6,5	6,4	6,3	6,8	7,1
Novos Desempregados Registados	IEFP	VHA	17,5	10,4	3,2	10,4	-1,7	-1,4	3,1	3,2
Desemprego Registado (fim de período)	IEFP	VH	17,3	19,0	3,6	19,0	11,9	7,4	5,9	3,6
Ofertas de Emprego (fim de período)	IEFP	VH	-8,3	14,1	-27,1	14,1	11,3	-6,4	-15,4	-27,1



OFERTA

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004	IV T 03	I T 04	II T 04	III T 04	IV T 04
Índice de Produção Industrial Total	INE	VH	-0,5	0,1	-2,5	1,9	-1,2	-0,8	-3,1	-4,7
IPI - Indústria Transformadora	INE	VH	0,3	-0,4	-0,6	1,2	0,9	1,8	-1,6	-3,4
Índice de Volume de Negócios na Indústria - Total	INE	VH	-1,4	-2,1	4,3	0,0	1,8	6,5	5,2	3,8
Índice de Confiança da Indústria Transformadora	INE	SRE-VE	-10	-16	-9	-14	-11	-9	-7	-10
Índice de Conjuntura à Indústria Transformadora	INE									
Produção Actual	INE	SRE-VE	-2	-8	-7	-5	-9	-4	-3	-12
Procura Global	INE	SRE-VE	-21	-34	-22	-31	-25	-21	-19	-24
Procura Externa	INE	SRE-VE	-21	-27	-19	-22	-21	-19	-20	-17
Stocks de Produtos Acabados	INE	SRE-VE	12	11	5	10	7	8	1	5
Taxa de Utilização da Capacidade Produtiva	INE	%	80	80	81	80	78	81	82	81
Índice de Confiança - Construção de Obras Públicas	INE	SRE-VE	-32	-52	-45	-50	-47	-45	-44	-45
Inquérito de Conjuntura à Const. de Obras Públicas	INE									
Apreciação da Actividade	INE	SRE-VE	-23	-35	-29	-30	-37	-31	-24	-25
Carteira de Encomendas	INE	SRE-VE	-44	-68	-64	-66	-67	-66	-64	-60
Indicador de Confiança do Comércio	INE									
Volume de Vendas	INE	SRE-VE	-6	-19	-8	-13	-20	-6	-3	-4
Actividade no Mês	INE	SRE-VE	-14	-23	-21	-19	-24	-23	-17	-19
Nível de Existências	INE	SRE-VE	10	5	4	0	3	3	4	5

**PREÇOS**

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	INE	VM12	3,7	3,3	2,5
Índice de Preços no Consumidor (IPC)	INE	VM12	3,6	3,3	2,4
IPC Transaccionáveis	INE	VH	2,6	1,5	1,5
IPC não Transaccionáveis	INE	VH	6,6	3,9	4,0
IPC Subjacente	INE	VH	4,9	2,4	2,3
IPC Alimentação e Bebidas não alcoólicas	INE	VH	--	2,6	1,1
Preços no Imobiliário	CI	VH	0,6	1,1	:
Índice de Preços na Produção Industrial	INE	VM12	0,4	0,8	2,7
Índice de Preços das Importações	DGREI	VHA	-2,5	-2,1	--
Índice de Preços nas Exportações	DGREI	VHA	-0,7	-2,8	:

CÂMBIOS (Fim de Período)

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004
Dólar Americano	BP	EUR/USD	1,049	1,263	1,362
		VH	18,995	20,4348	7,8464
Libra Esterlina	BP	EUR/GBP	0,651	0,705	0,705
		VH	6,902	8,3474	0,0355
Iene	BP	VH	7,856	9	3
Franco Suiço	BP	VH	-2,057	7	-1
Real	BP	VH	81,411	-1	-1

MERCADO MONETÁRIO E DE CAPITAIS

INDICADOR	FONTE	UNIDADE	2002	2003	2004
EURIBOR (3 MESES)	BP	%	2,865	2,124	2,155
Índice PSI Geral	BP	VH	-20,7	17,4	18,0
Capitalização Bolsista (Total)	CMVM	VH	-9,1	10,8	8,2
Índice PSI 20	CMVM	VH	-25,6	15,8	12,6

Estrutura Económica

Em termos estruturais importa referir, que Portugal, tal como os seus parceiros europeus, desenvolveu uma economia cada vez mais baseada nos serviços. Actualmente, o sector dos serviços representa 56 por cento em termos de

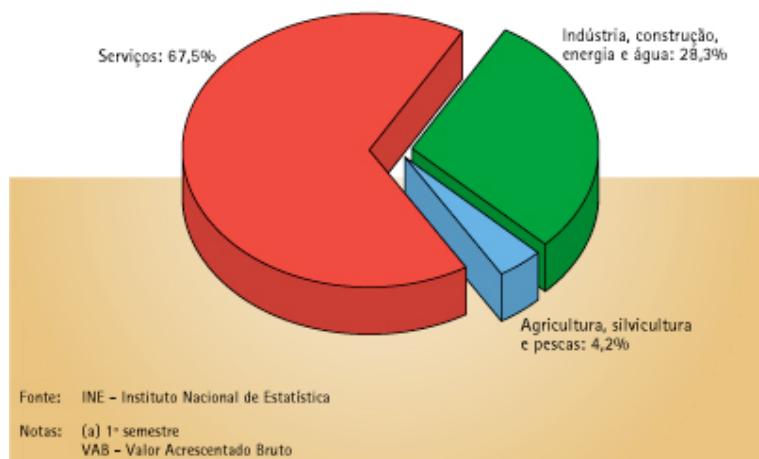


emprego, e 68 por cento do valor acrescentado bruto (VAB), enquanto o sector agrícola só absorve 13 por cento do emprego e contribui apenas com 4 por cento para o VAB.

A indústria transformadora alterou a sua estrutura tradicional, passando de uma elevada dependência das indústrias têxtil, do calçado, das cerâmicas, da cortiça, da reparação naval, da alimentação e bebidas, para uma situação em que os novos sectores ganharam uma dinâmica de crescimento, nomeadamente o dos automóveis e componentes, da electrónica e farmacêutico, entre outros, tornando-se cada vez mais importantes na economia nacional.

Os serviços tornaram-se o sector mais dinâmico, com o comércio, os transportes e comunicações, o turismo e os serviços financeiros a apresentarem taxas de crescimento muito positivas.

Distribuição do VAB - 2004^a





1.3.3 Evolução tecnológica e sócio-cultural

No que concerne à evolução tecnológica, e atendendo à escassez informativa disponível, apenas se apresenta o seguinte quadro evolutivo, que respeita à posse de computador e à ligação de Internet por parte dos agregados domésticos portugueses entre os anos de 2002 e 2004.

Designação	2002	2003	2004
Computador	26,8%	38,3%	41,3%
Internet	15,1%	21,7%	26,2%

No que respeita a aspectos sócio-culturais, importa destacar a ocorrência do EURO2004, cujo impacto económico directo e indirecto associado se traduz da seguinte forma:

- Produção: 1.906,1 milhões de euros;
- Emprego: 39.363 pessoas;
- Valor Acrescentado: 693,9 milhões de euros;
- Remunerações: 370,5 milhões de euros;
- Percentagem do Investimento EURO2004 na FBCF: 0,61% em 2002, 1,99% em 2003 e 0,65% no ano 2004;
- Contribuição para o PIB: 0,11% no ano 2002, 0,32% no ano 2003 e 0,11% em 2004.

Note-se ainda que o EURO2004, contribuiu para a valorização do património cultural, e em particular o relativo às cidades anfitriãs, a promoção do orgulho cívico e auto-estima nacionais, a promoção de uma imagem positiva do país



nos domínios inerentes à cultura no contexto da identidade europeia e a afirmação das actividades culturais como uma das valências do cabaz turístico nacional.

1.4 Conjuntura do Concelho

1.4.1 Caracterização do Concelho

Ourém é um vasto concelho situado no extremo norte do distrito de Santarém, com cerca de 417 km², e um população superior a 46 mil habitantes, distribuída por 18 freguesias.

A sua área geográfica é atravessada a sul pelas serras D'Aire e Candeeiros, as quais se encontram na rede nacional de áreas protegidas.

O povoamento é caracterizado por ser disperso, com uma acentuada tendência para a diminuição do número de habitantes das zonas rurais, ou dos lugares de pequena dimensão, em detrimento de um aumento dos núcleos urbanos, nomeadamente as cidades de Ourém e Fátima e as vilas de Caxarias e Freixianda e muito recentemente Vilar dos Prazeres.

No que concerne a infra-estruturas relacionadas com os transportes, as acessibilidades externas ficam essencialmente caracterizadas pelo acesso rodoviário à A1, através do nó de Fátima, e o acesso ferroviário à linha do norte, onde tem particular relevo a estação da vila de Caxarias.

O tecido empresarial é essencialmente constituído por pequenas e médias empresas, com particular incidência na indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e hotelaria.



O turismo e em particular o de cariz religioso, detém um papel fundamental no desenvolvimento económico do concelho, visto que se estima um volume turístico anual próximo dos 7 milhões de visitantes, pese embora e de acordo com dados disponibilizados pelo Santuário de Fátima, este número deva ter sofrido uma diminuição no ano de 2004, face a 2003.

A ocorrência mencionada, dever-se-á essencialmente, à caracterização do ano de 2003, como um ano excepcional, no que concerne à afluência do turismo religioso a este concelho.

1.4.2 Análise SWOT

1.4.2.1 – Pontos Fortes

- Centralidade geográfica relativamente ao contexto nacional;
- Abundância de alguns recursos naturais;
- Proximidade face aos eixos de desenvolvimento do litoral;
- Proximidade à auto-estrada A1 e à linha ferroviária do norte;
- Dinamismo Económico – 40% das PME Excelência (ano de 2001) do distrito de Santarém têm residência geográfica no Concelho de Ourém;
- Forte dinamismo empresarial (em particular a indústria hoteleira, e do sector da madeira e do mobiliário), com alguma diversidade do tecido económico;
- Importância do sector da construção civil no contexto regional e nacional;
- Baixa taxa de desemprego;
- Forte capacidade de atracção de imigrantes;
- Presença de equipamentos sociais de apoio à população de elevado nível e alcance supra-municipal (orfanatos, lares, unidades de recuperação infantil, ...);



- Existência de um escola profissional de qualidade e com elevada capacidade de integração dos seus formandos com pólos nas duas cidades;
- Investimentos em curso no domínio do saneamento básico e do lazer, permitindo uma melhoria muito significativa nos padrões e qualidades de vida das populações;
- Serviços de administração religiosa de influência nacional e internacional;
- Fluxos turísticos de grande dimensão com potencial para estimular a actividade industrial, de construção civil, o comércio e outros serviços especializados;
- Equipamentos e locais de interesse histórico-cultural (Pegadas dos dinossáurios, Santuário, Museus, Castelo, ...).

1.4.2.2 – Oportunidades

- Papel de charneira do concelho face a dois importantes subsistemas territoriais: Pinhal Litoral e Médio Tejo;
- Dinâmica dos dois principais centros urbanos (Ourém e Fátima), que poderão vir a reforçar a sua coesão e complementaridades, através da construção do IC9;
- Potencialidade do Centro de Negócios no apoio aos investidores e empresários concelhios;
- Importância internacional de Fátima, enquanto espaço de peregrinação ou visitação religiosa;
- Acções previstas para a cidade de Fátima (Nova Basílica, Requalificação da Zona Envolvente à Nova Basílica e o Centro de Congressos), que permitirão a sua qualificação;



- A proximidade à A1 e à linha ferroviária do Norte, constituem importantes acessibilidades para o desenvolvimento do município;
- Interesse crescente do sector privado em estabelecer Parcerias Público-Privadas, destacando-se neste contexto as empresas FATIPARQUES e MÉCIAGOLFE.
- Interesse e abertura crescente para se estabelecerem e desenvolverem parcerias intermunicipais, que promovem não só um planeamento integrado, mas também uma diminuição de custos por aplicação dos princípios de economias de escala, destacando-se neste contexto a SIMLIS e a VALORLIS.

1.4.2.3 – Pontos Fracos

- Excessiva dispersão do povoamento (embora possa influenciar de forma positiva os níveis de qualidade de vida);
- Recessão demográfica de algumas freguesias: Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Seiça e Urqueira;
- Progressivo envelhecimento populacional, como reflexo da quebra de natalidade registada durante a década de 80;
- Dificuldade em se esboçar uma verdadeira centralidade no concelho, como consequência na sua infra-estruturação e dinamização cultural;
- Agricultura em acentuado declínio e sub-aproveitamento das potencialidades florestais;
- Propriedade agrícola fragmentada;
- Insuficiente valorização do núcleo medieval acastelado de Ourém e reduzido aproveitamento turístico da sede de concelho face à proximidade de Fátima;
- Elevado número de escolas do 1º ciclo com reduzido número de alunos, gerando situações pedagógicas e económicas indesejáveis;
- Parque escolar desajustado;



- Carências em equipamentos desportivos;
- Deficientes acessibilidades transversais;
- Baixa qualidade do serviço de caminho de ferro;
- Cobertura do concelho por extensões de saúde ainda por complementar;
- Centralidade do concelho dividida em dois núcleos com necessidades que se duplicam;
- Sazonalidade da actividade turística;
- Sistema fiscal deficiente (isenções fiscais respeitantes a Fátima).

1.4.2.4 – Ameaças

- Excessiva dispersão do povoamento, com consequências na sua infra-estruturação;
- Complementaridades insuficientes no eixo Ourém/Fátima;
- Dependência funcional de Ourém face a outros centros urbanos (sobretudo Leiria);
- Atraso na construção do IC9, gerando problemas nas acessibilidades intra-concelhias e inter-urbanas;
- Integração do concelho no sistema de saúde do Médio Tejo (com três hospitais), dificultando a concretização de investimentos adequados à realidade do concelho e das duas cidades;
- Extensão de área florestal, muito sujeita a ocorrência de incêndios.

1.4.3 Estatísticas e Indicadores sobre o Concelho



INDICADORES	
Área (km2)	416,5
Freguesias (n.º)	18
População residente (hab.) - 2001	46.216
População residente (homens) - 2001	22.042
Variação populacional (1991 - 2001)	15,0
Densidade populacional (hab/Km2) - 2001	111,0
N.º de famílias - 2001	16.265
Dimensão média das famílias - 2001	2,8
Pop. 0 - 14 (%) - 2001	16,9
Pop. 15 - 24 (%) - 2001	14,1
Pop. 25 - 64 (%) - 2001	50,4
Pop. 65 e mais (%) - 2001	18,6
Taxa de Crescimento Natural	-1,2
Taxa de Natalidade	10,8
Taxa de Mortalidade	12,0
Relação de feminilidade	109,7
Índice de Envelhecimento	110,0
Índice de Dependência Total	55,1
Taxa de Actividade	44,1
Pop. Empreg. - CAE 0 (%) - 2001	3,1
Pop. Empreg. - CAE 1 - 4 (%) - 2001	42,4
Pop. Empreg. - CAE 5 - 9 (%) - 2001	54,5
Médicos por 1000 habitantes (2000)	0,8
Taxa média de mortalidade infantil (96/00)	2,9
Pensionistas em 31/12/00 por 100 hab.	22,1
Pensão média anual por pensionista activo (2000, em Euros)	2.196,4
Indicador Per Capita do Poder de Compra (Portugal = 100), 2004 (%)	66,05



2. Enquadramento interno

2.1 Alterações no órgão executivo

No decurso de 2004, não ocorreu qualquer alteração no que respeita à composição do órgão executivo, nem no que concerne à distribuição de funções gerais.

2.2 Política de recursos humanos adoptada

Em 2004, procedeu-se a uma reestruturação orgânica, bem como a uma alteração do Quadro de Pessoal.

Alterações mais significativas na estrutura orgânica:

- Criação de um Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal;
- Extinção do Conselho de Inovação, tendo sido estabelecidos um Serviço de Auditoria Municipal e um Conselho Municipal para a Qualidade;
- Fusão do Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território, com o Departamento Técnico de Obras, passando-se a designar de Departamento de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras;
- Criação do Projecto de Requalificação Urbana de Ourém e Fátima ao qual está associado um Sector de Apoio Administrativo e um Gabinete de Apoio Técnico;
- Alteração da Designação do Departamento de Administração e Finanças para Departamento de Administração e Planeamento;
- Alteração da Designação da Divisão de Planeamento e Formação para Divisão de Planeamento e Desenvolvimento;



- Alteração da Designação da Divisão de Urbanismo para Divisão de Ordenamento do Território;
- A Secção de Recursos Humanos e Formação deixou de estar dependente da anterior Divisão de Planeamento e Formação, passando agora a figurar na Divisão Administrativa e Financeira;
- A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento, congrega agora duas novas unidades, a UNIVA e o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico;
- Extinção da unidade relativa a Transportes Escolares, tendo sido acumuladas as respectivas funções pelo Sector de Educação;
- Fusão do Arquivo Histórico com a Biblioteca, passando a designar-se de Sector de Bibliotecas e Arquivo Histórico;
- Criação de uma Secção de Apoio Administrativo dependente do Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território;
- Fusão de unidades de Licenciamento de Obras de Loteamento e Licenciamento de Obras Particulares, passando a designar-se Sector de Licenciamento e Autorização de Obras Urbanísticas;
- O Serviço de Fiscalização de Obras deixou de estar dependente da Divisão de Estudos e Projectos, passando agora a figurar na Divisão de Obras Municipais;
- Fusão das unidades Rede Viária, Obras Diversas e Instalações Municipais, passando a designar-se de Sector de Conservação e Manutenções Diversas.

Alterações no Quadro de Pessoal:**Quadro – Resumo de Alterações no Quadro de Pessoal**

Grupo de Pessoal	Criados	Retirados	Saldo
Pessoal Dirigente	1	1	0
Pessoal Técnico Superior	7	0	7
Pessoal Técnico	1	1	0
Informática	1	0	1
Pessoal Técnico-Profissional	1	0	1
Pessoal de Chefia	1	0	1
Pessoal Administrativo	0	5	-5
Apoio Educativo	5	0	5
Operário - Chefia	1	0	1
Pessoal Altamente Qualificado	1	0	1
Pessoal Operário Qualificado	0	3	-3
Pessoal Operário Semi- Qualificado	0	0	0
Pessoal Auxiliar	6	19	-13
TOTAL	25	29	-4

No que respeita à alteração produzida no quadro de pessoal, evidencia-se o facto de o saldo acima exposto, demonstrar uma diminuição do total admissível, em menos quatro funcionários, apesar de ocorrido um reforço respeitante a recursos humanos com um grau de qualificação superior.



Evolução do pessoal:

Quadro - Pessoal segundo o grupo profissional

Designação	2003	Peso Relat. (%)	2004	Peso Relat. (%)	Var. Abs.	Var. (%)
Pessoal Dirigente	11	3,51	9	2,65	-2	-18,18
Técnico Superior	17	5,43	25	7,37	8	47,06
Informática	2	0,64	2	0,59	0	0,00
Técnico	3	0,96	6	1,77	3	100,00
Técnico Profissional	19	6,07	25	7,37	6	31,58
Administrativo	41	13,10	39	11,50	-2	-4,88
Operário	122	38,98	115	33,92	-7	-5,74
Auxiliar	70	22,36	91	26,84	21	30,00
Outros Grupos	28	8,95	27	7,96	-1	-3,57
Total	313	100,00	339	100,00	26	8,31
Grau de Tecnicidade Superior	28	8,95	34	10,03	6	21,43
Grau de Tecnicidade Geral	52	16,61	67	19,76	15	28,85

O ano de 2004, demonstra uma variação do número de funcionários da autarquia em aproximadamente 8 por cento, que em termos absolutos significou um acréscimo de 26 trabalhadores.

A variação ocorrida foi essencialmente influenciada pelo aumento de pessoal técnico superior, técnico, técnico profissional e auxiliar, que impeliu uma variação positiva do grau de tecnicidade superior e da tecnicidade geral, respectivamente em 21% e 29%.

No final do período em análise, o grau de tecnicidade geral dos recursos humanos afectos ao município foi de 19,76, ou seja, aproximadamente 20% do



trabalhadores do município, enquadravam-se no grupo de pessoal técnico superior, técnico, informática e técnico profissional.

Quadro - Pessoal segundo o escalão etário e sexo

Designação	2003	Peso Relat. (%)	2004	Peso Relat. (%)	Var. Abs.	Var. (%)
Até aos 18 anos	0	0,00	0	0,00	0	--
18-24	6	1,92	12	3,54	6	100,00
25-29	37	11,82	43	12,68	6	16,22
30-39	67	21,41	87	25,66	20	29,85
40-49	106	33,87	112	33,04	6	5,66
50-59	74	23,64	66	19,47	-8	-10,81
60-69	23	7,35	19	5,60	-4	-17,39
70 ou mais	0	0,00	0	0,00	0	--
TOTAL	313	100,00	339	100,00	26	8,31
Número de Homens	187	64,71	223	65,78	36	19,25
Número de Mulheres	102	35,29	116	34,22	14	13,73

Na estrutura dos recursos humanos existentes, o número de homens continua a evidenciar dominância, significando estes, cerca de 66% do total dos recursos humanos disponíveis.

A estrutura etária, denota um acentuado nível de rejuvenescimento, como aliás demonstra a variação negativa ocorrida nos funcionários com idade superior a 50 anos e as variações positivas ocorridas, essencialmente as incidentes nos escalões etários compreendidos entre os 18 e os 39 anos.



Quadro - Absentismo e Férias

uni: dias

Designação	2003	Peso Relat. (%)	2004	Peso Relat. (%)	Var. Abs.	Var. (%)
Casamento	44	0,84	40	1,12	-4	-9,09
Maternidade e Paternidade	560	10,70	618	17,37	58	10,36
Nascimento	20	0,38	5	0,14	-15	-75,00
Falecimento Familiar	166	3,17	121	3,40	-45	-27,11
Doença	3753	71,74	2226	62,58	-1527	-40,69
Doença Prolongada	0	0,00	0	0,00	0	--
Assistência a Familiares	187	3,57	0	0,00	-187	-100,00
Trabalhador Estudante	50	0,96	28,5	0,80	-21,5	-43,00
Por Conta do Período de Férias	427,5	8,17	474,5	13,34	47	10,99
Com Perda de Vencimento	10	0,19	22	0,62	12	120,00
Cumprimento - Pena Disciplinar	0	0,00	0	0,00	0	--
Injustificadas	0	0,00	0	0,00	0	--
Outras	14	0,27	22	0,62	8	57,14
TOTAL (dias de ausência)	5231,5	100,00	3557	100,00	-1674,5	-32,01
Dias de ausência (per capita)	16,71	0,32	10,49	0,29	-6,22	-37,22
Por Grave	0	--	0	--	--	--
Por Actividade Sindical	0	--	0	--	--	--
Férias	6399	--	7071	--	672	10,50

Face a 2003, o ano de 2004 regista uma quebra no grau de absentismo, como demonstra a diminuição ocorrida em aproximadamente 37%, no total de dias de ausência *per capita*, que em termos absolutos significa uma redução em menos 6 dias.

Desta forma, o número médio de dias de ausência *per capita* (excluídos os dias de férias) registado em 2004, foi de 10,5 dias.



2.3 Actividades desenvolvidas

Departamento de Administração e Planeamento (DAF e DPD)

No decurso de 2004, as funções gerais administrativas, estiveram sujeitas essencialmente ao Departamento de Administração e Planeamento, o qual é constituído pela Divisão Administrativa e Financeira e pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento.

Concretamente neste âmbito, e relevando o aspecto estatístico, há a mencionar 24.363 registos de entradas de correspondência, 72 concursos de aquisição de bens e serviços, 2.878 requisições externas, 108 Editais, 16 escrituras públicas (incluindo a escritura de compra e venda da “Casa do Administrador”), 39 contratos avulso e 57 autos de Expropriação Amigável e Termo de Quitação, de parcelas de terreno necessárias à modernização da Linha do Norte, em que é interveniente a REFER, E.P.

Regulamentos Municipais

Durante este período, procedeu-se à revisão do Regulamento Municipal do Sistema de Drenagem de Águas do Concelho de Ourém, do Regulamento Municipal do Complexo das Piscinas Municipais e do Regulamento de Utilização do Cine-Teatro Municipal.

Recurso ao crédito

Como forma de financiamento externo, o município procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo no valor de 1.135.607 euros, para financiar os projectos incluídos no Programa VALOURÉM.



Inventário Municipal

Com o intuito de se proceder ao arrolamento e avaliação dos bens de domínio público do Município, recorreu-se aos serviços de uma empresa privada, o qual deverá estar concluído no ano de 2005.

Taxas e Licenças

No que respeita a taxas e licenças, apresenta-se o seguinte quadro:

QUADRO - TAXAS E LICENÇAS (GERAIS)

Designação	Quantidade
Acampamentos Ocasioneis	1
Alvarás de Licenciamento Sanitário	5
Licenças de Caça	630
Ocupação da Casa Mortuária	43
Cemitério - Abertura de Covais	32
Cemitério - Venda de Terrenos	16
Substituição da Carta de Caçador	6
Inspeção - Elevadores	149
Exames de Carta de Caçador	29
Execuções Fiscais	1
Fogueiras e Queimadas	3160
Licença de Representação	117
Licenças de Guardas - Nocturnos	2
Horário de Funcionamento	8
Licenças de Arraial	89
Licença de Ruído	2



Averbamentos em Máquinas de Diversão	3
Licença de Máquinas de Diversão	56
Registo de Máquinas de Diversão	11
Provas Desportivas	13
Publicidade	369
Terrado Semanal	22
Parcómetros	26 ^(a)
Rendas	116
Renovação de Cartas de Caçador	205
Segunda Via da Carta de Caçador	4
Segunda Via da Licença de Condução e Emissão de Licença	28
Segunda Via de Licença de Ciclomotor	3
Pagamento de Terrados	516
Transferências de Ciclomotores	237
Troca de Licença de Ciclomotores	3
Licença de Venda Ambulante de Lotarias	2
Segunda Via de Livrete de Ciclomotor e Averbamentos	77
Licença de Venda em Mercados	8
Licença para Vendedores Ambulantes	3
Registo de Ciclomotores	98
Licença de renovação do cartão de mercado	330
Licença de renovação de cartão de vendedor ambulante	25
Renovação de Licença de Ciclomotores	294

(a) indica o n.º de guias de receita e não o número de viaturas

No que respeita aos recursos humanos e com o intuito de fazer face às crescentes competências, atribuições e exigências inerentes às autarquias locais, procedeu-se essencialmente, a um reforço do grau de tecnicidade do pessoal, como se pode demonstrar pelos quadros abaixo expostos:

**QUADRO - Concursos Externos de Ingresso**

Designação	Quantidade
Técnico Superior de Engenharia do Ambiente - Estagiário	1 lugar
Técnico - Engenheiro Civil	1 lugar
Técnico Profissional - Construção Civil	4 lugares
Técnico Profissional - Medidor Orçamentista	1 lugar ^(a)
Técnico Profissional - Sistemas de Informação Geográfica	1 lugar
Pessoal Operário Qualificado - Serralheiro	1 lugar
Pessoal Operário Semi-Qualificado - Cantoneiro de Vias Municipais	6 lugares
Pessoal Auxiliar - Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	4 lugares
Pessoal Auxiliar - Tractorista	1 lugar
Pessoal Auxiliar - Motorista de Ligeiros	3 lugares
Pessoal Auxiliar - Serviços Gerais	1 lugar

(a) anulado

QUADRO - Contratos a Termo Certo

Designação	Quantidade
Técnico Superior de Planeamento Regional e Urbano	1 lugar
Técnico Superior de Gestão e Planeamento em Turismo	1 lugar
Técnico Superior Jurista	1 lugar
Técnico Superior de Geologia	1 lugar
Técnico Superior de Engenharia do Território	1 lugar
Técnico Superior de Arquitectura	1 lugar
Técnico Superior de Engenharia Florestal	1 lugar
Informática - Técnico Superior de Informática Estagiário	1 lugar
Informática - Técnico de Informática Adjunto	1 lugar



Técnico Profissional - Medidor Orçamentista	1 lugar
Técnico Profissional - Topógrafo	1 lugar
Técnico Profissional - Nadador Salvador	1 lugar
Técnico Profissional - Construção Civil	1 lugar
Pessoal Auxiliar - Acção Educativa	9 lugares

Elaboração e acompanhamento de candidaturas

QUADRO - ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CANDIDATURAS EM 2004

Programa	Designação do projecto	Observações
Programa AGRIS - Subacção 3.4	Vigilância Móvel Motorizada das Florestas	Aprovada em 2004
Brigadas Autárquicas de Voluntários	Vigilância Móvel das Florestas	Aprovada em 2004
PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	Núcleos Rurais e Históricos da Freguesia de Fátima	Em apreciação (a)
PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	Centro Histórico de Ourém	Em apreciação
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.1	Casa do Administrador	Em apreciação
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.2	Requalificação do Agroal	Em apreciação (a)
PIQTUR - Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo - Subprograma 1 - Medida 1.1	Requalificação da Zona Envolvente à Nova Basílica	Em apreciação
Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central e Local para investimentos no domínio da Segurança Rodoviária	Plano de Sinalização para as Zonas Comerciais de Ourém e Fátima	Em apreciação
Fundo Florestal Permanente	Campanha de Sensibilização dos Cidadãos para o Risco de Incêndio	Em apreciação (a)
Fundo Florestal Permanente	Obtenção de instrumentos de Planeamento e Gestão com vista à Protecção da Floresta Contra Incêndios	Em apreciação
Leader +	Promoção do Vinho de Ourém	Em apreciação (a)



Leader +	Parque de Merendas de Espite	Em apreciação (a)
Leader +	Roteiro Turístico do Concelho de Ourém	Aprovada em anos anteriores
URBCOM - Urbanismo Comercial	Revitalização da Zona Comercial de Ourém	Aprovada em anos anteriores
URBCOM - Urbanismo Comercial	Revitalização da Zona Comercial de Fátima	Aprovada em anos anteriores
Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Central e Local para investimentos no domínio da Segurança Rodoviária	Sinalização da EM 501 e EM 502	Em apreciação
Programa AGRIS - Subacção 3.4	Beneficiação e Construção da Rede Viária, Construção e Manutenção de Pontos de água, Operações de Silvicultura e Sinalização	Aprovada
Leader +	Solar do Palhete	Aprovada em anos anteriores
Programa AGRO - Medida 3.1	Arranjo Paisagístico da Mata Municipal	Aprovada
Programa AGRO - Medida 3.1	Beneficiação dos Espaços Verdes envolventes à Quinta de Casal dos Frades	Aprovada em anos anteriores
Programa AGRIS - ACÇÃO 6 - SUBACÇÃO 6.1	Caminho Rural - Mossomodia -Obidos	Aprovada em anos anteriores
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Construção do Novo Edifício dos Paços do Concelho	Aprovada em anos anteriores
Contrato-Programa de Cooperação Técnica e Financeira	Elaboração do Plano de Pormenor em Fátima, para a área entre as Avenidas Papa João XXIII e D. José Alves Correia da Silva	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Requalificação Urbana das Vilas de Caxarias e Freixianda	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Beneficiação da Rede Viária Municipal	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Escola do 1º CEB de Ourém	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Pavilhão Desportivo de Freixianda	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Despoluição da Bacia do Alto Nabão - Redes de Rio de Couros e Formigais	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Complexo Escolar da Freguesia de Urqueira - Sector Norte	Aprovada em anos anteriores
PORLVT - Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo	Despoluição das Bacias Hidrográficas da Ribeira de Seiça - Bacia 47 - Sub-Bacia 9 (parte)	Em apreciação

(a) Aprovada em 2005



Alguns estudos e levantamentos desenvolvidos, ou em curso

- Estudo de caracterização dos estabelecimentos de restauração e bebidas;
- Rede de placares de publicidade do concelho de Ourém;
- Regulamento de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de hospedagem (revisão);
- Estudo de Harmonização de Taxas, e Tarifas Municipais no âmbito dos Municípios que integram a AMLEI (inclui revisão aos regulamentos municipais);
- Manual de Auditoria Interna;
- Alteração ao contrato de concessão “Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público no Concelho de Ourém”;
- Implementação de normas de controlo e acompanhamento orçamental
- Modelo de Gestão do Mercado Municipal.
- Projecto Leiria Digital, (em desenvolvimento, em parceria com a AMLEI (Municípios que integram este organismo), o CENTIF, a Região de Turismo de Leiria-Fátima e o NERLEI).

UNIVA

Número de utentes por actividade ou serviço prestado:

- Procura de emprego: 629 inscrições de utentes, (22,6% homens e 77,4% mulheres), sendo as áreas profissionais com maior índice de procura, os relacionados com o sector hoteleiro, fabril, comercial e a construção civil;
- Ofertas de trabalho: Registaram-se 480 ofertas de trabalho, num universo de 238 empresas, maioritariamente do Concelho;



- Colocação de pessoas ao serviço: 507 pessoas;
- Estágios Profissionais: 50 estágios profissionais, dos quais 11 integrados na Câmara Municipal de Ourém e 39 integrados em outras entidades;
- Programas Ocupacionais: 17 pessoas abrangidas pelo programa ocupacional, inseridas na Câmara Municipal de Ourém.

Em 2004, passou a estar disponível no site do Município, a bolsa de emprego, onde mensalmente se disponibilizam as ofertas de trabalho, contribuindo desta forma para um aumento da procura deste serviço, inclusive por parte de empresas fora do concelho.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Com maior relevo, importa mencionar o desenvolvimento de uma norma interna referente à utilização dos equipamentos e da rede informática do Município, bem como de um Web Site para alojar uma Intranet Municipal.

Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território

Divisão de Ordenamento do Território

O ano em análise, é caracterizado pelo desenvolvimento de um processo de certificação da qualidade dos serviços prestados por esta divisão, em colaboração com a empresa INOVA. Desta forma, e após uma auditoria da qualidade realizada no dia 25 de Novembro, ocorreu em 06/12/2004 a certificação destes serviços, ao abrigo do NPENN ISO 9001/2000, a qual se baseia nos seguintes vectores: (satisfação do munícipe, cumprimento da legislação, formação, inovação e modernização).



Sobre o aspecto estatístico apresenta-se o seguinte quadro:

QUADRO - DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Designação	Quantidade
Entrada de Requerimentos por tipo de pedido	4280
Comunicação prévia	29
Exposição	363
Informação prévia	97
Isenção de taxas	132
Ocupação da via pública	28
Pedido de autorização - Estabelecimentos Industriais	32
Pedido de autorização de utilização	412
Pedido de averbamento	48
Pedido de emissão de alvará de utilização	408
Pedido de emissão de licença de obras	687
Pedido de licenciamento	122
Pedido de prazo	171
Pedido de vistoria	51
Projecto de arquitectura	685
Projectos de especialidade	391
Prorrogação	240
Transferência	88
Transferência de responsabilidade do empreiteiro	35
Outros (Diversos)	261
Projectos com processo de arquitectura aprovados	416
Alvarás de construção emitidos	688
Alvarás de utilização emitidos	377



No decurso de 2004, realçam-se os seguintes trabalhos ou estudos mais significativos, efectuados no âmbito desta divisão:

- Estudo de caracterização do Parque Hoteleiro do Concelho de Ourém (trabalho ainda em curso, realizado em parceria com a Direcção Geral do Turismo, a Região de Turismo Leiria-Fátima e a ACISO);
- Estudo de caracterização dos estabelecimentos de restauração e bebidas;
- Estudo de caracterização dos parques de exposição de automóveis;
- Carta de Equipamentos Colectivos;
- Carta da Rede Escolar;
- Carta de Equipamentos de Solidariedade Social;
- Carta de Património Concelhio;
- Carta de Equipamentos Desportivos;

Divisão de Ambiente

Gestão do Sistema de Abastecimento de Água

O sistema de captação e Abastecimento de Água está concessionado a uma entidade privada (CGEP).

Em 2004, iniciou-se um levantamento dos fogos que não possuem ligação à rede pública de água, faltando apenas parte da freguesia da Atouguia, Espite, Fátima, Matas, N^a Sr.^a da Piedade.

Análise efectuada ao mencionado levantamento, permitiu concluir que cerca de 15% (3.719) dos alojamento totais do Concelho de Ourém, não se encontram ligados à rede pública de água, pelo que se estima que o Município tenha uma



ineficiência da captação das receitas que se encontram indexadas ao consumo de água (resíduos sólidos e saneamento), na ordem de 165 mil euros.

Destes, já se procedeu à notificação de 2.597 munícipes, das quais resultaram várias reclamações, essencialmente motivadas pelos seguintes aspectos:

- Não carência de água do sistema público, dada a existência de furos e/ou poços;
- Dificuldades monetárias para suportar as despesas inerentes à ligação;
- Fogos desabitados e/ou em ruínas;

Gestão do Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

A autarquia é responsável pela manutenção da rede de esgotos em baixa no Concelho. Contudo, verificam-se algumas carências ao nível dos recursos humanos e capital, de forma a garantir um adequado desempenho deste serviço, pelo que se poderá equacionar a concessão do referido sistema.

No ano de 2004 entrou em funcionamento a Sub-bacia n.º 5, das Redes de Bacia 47 (Seiça) que permitiu a ligação da “Urbanização Pinhal Manso” e do “Centro de Dia de Seiça”. Ainda durante o mesmo período, foram desactivadas duas fossas públicas, a fossa séptica que drenava a “Urbanização Pinhal Manso” assim como a fossa existente em Vilar dos Prazeres.

Limpeza e Desobstrução das Redes

O total de gastos nesta área ascendeu a 18 mil euros, verificando-se que o sistema de redes de águas residuais de Fátima é o que apresenta a maior representatividade no total destas despesas.



Ligações de Ramais

Na Tabela que se segue apresenta-se o resumo da situação actual em termos de possibilidade de ligação às novas redes de esgotos e ligações efectuadas por particulares até 2004.

Freguesia	Redes de Esgotos Recentes	Ramais domiciliários recentes com possibilidade de ligação	Ramais com Ligação efectuada até 2004	Ramais não ligados
Atouguia	Rede da Bacia 49 - 1ª Fase (Atouguia)	343	122	221
Caxarias	Redes de Caxarias	734	209	525
Formigais	Redes de Rio de Couros e Formigais – 1ª Fase	242	63	179
Freixianda	Redes de Freixianda	865	183	682
Fátima	Redes da Bacia 49B - Fátima	651	65	586
Nª Sª da Piedade	---	39	39	0
Nª Sª das Misericórdias	Bacia 50 1ª Fase (Vilar dos Prazeres)	143	61	82
Rio de Couros	Redes de Rio de Couros e Formigais – 1ª Fase	389	151	238
Seiça	Zona industrial	---	16	16
Concelho		3 406	909	2 529

Nota: Estes dados são os resultantes das obras recentes. Para as redes antigas de Ourém, Fátima e Vilar dos Prazeres não existem dados.

Existe uma grande parte dos ramais executados e com possibilidade de ligação ao colector público que não se encontram ligados (26%), pelo que a curto prazo, será inevitável informar os munícipes não ligados (ou ligados sem contrato) dessa obrigatoriedade, sujeitando-os às sanções impostas pelo regulamento municipal de drenagem de águas residuais em vigor.



Pedidos de descarga de Águas Residuais nas ETAR' s

Com a adaptação da ETAR de Fátima para a descarga de esgotos domésticos auto-transportados, surgiu a necessidade de se definir um procedimento que autorize e responsabilize as empresas que pretendam efectuar a descarga.

Sistemas de Redes em Alta e Tratamento de Águas Residuais

A gestão e manutenção das ETAR's do Alto Nabão, Seiça e Zona Industrial de Ourém estão à responsabilidade de empresa municipal AMBIOURÉM.

Na freguesia de Fátima e parte das freguesias de Matas, Cercal e Espite, o sistema em alta, que inclui nomeadamente uma nova ETAR em Fátima, está a ser desenvolvido pela SIMLIS.

Gestão do Sistema de Recolha, Transportes e Tratamento de RSU's Indiferenciáveis e Recicláveis e Limpeza Urbana

Os sistemas de recolha existentes no concelho de Ourém dividem-se em três grupos:

- 1) o sistema de RSU's indiferenciáveis;
- 2) o sistema de recicláveis;
- 3) o sistema de recolhas especiais - monos

No sistema de RSU's indiferenciáveis existe o sistema em baixa que está entregue à empresa STL e o sistema em alta da responsabilidade da Valorlis.

No sistema de recicláveis a Valorlis é a empresa responsável por todo o sistema, desde a recolha até à valorização. As recolhas especiais estão a



cargo da AMBIOURÉM, ficando a Valorlis responsável pelo transporte e valorização. Para além destes sistemas, existe a limpeza urbana assegurada pela STL.

Em baixo, apresenta-se o quadro evolutivo da recolha de RSU's, o qual demonstra uma variação positiva no volume de toneladas recolhidas face ao valor ocorrido em 2003, de apenas 0,3%.

Quadro – Recolha de RSU's

Anos	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Quant. Anual Recolhida (Ton)	12 615	13 401	13 572	13 467	14 021	14 067

Na área do concelho existem 2 383 contentores , tendo entrado recentemente em funcionamento um novo sistema de deposição de resíduos (deposição em contentores subterrâneos ou “ecotainers” de 3 000 litros) que foi instalado em 14 pontos das zonas urbanas das cidades de Ourém e Fátima. Este sistema tem a vantagem de tornar as ruas mais limpas e os contentores mais enquadrados.

No que respeita aos volumes anuais de reciclagem, os últimos 6 anos evidenciam um crescimento acumulado na ordem dos 97%, e uma capitação de ecopontos de 387 por habitante, ou seja superando as normativas comunitárias estabelecidas, as quais reportam a necessidade de existir um rácio de 1 ecoponto por 500 habitantes.

Gestão do Ambiente e Espaços Verdes



Acções de sensibilização desenvolvidas em 2004:

ACÇÃO	INTERVENIENTES	LOCAL	DATA
"Educação Ambiental - A Nossa Terra"	CMO - Divisão de Ambiente	Jardim Escola de Ourém	Dia 13 de Fevereiro
"Dia da Floresta"	CMO - Divisão de Ambiente Quercus Associação de Produtores Florestais	Parque da Quercus	Dia 21 de Março
"Cria e Recicla"	CMO - Divisão de Ambiente Quercus	Centro de Negócios e Praça da República	De 1 a 4 de Junho
"1 mão cheia de razões para cuidar do ambiente"	CMO - Divisão de Ambiente STL	Escolas do 1º Ciclo do Concelho	De 25 de Novembro de 2004 a 10 de Janeiro de 2005
"Este prato"	CMO - Divisão de Ambiente STL	Restaurantes do Concelho	De 22 a 30 Dezembro

Alguns registos fotográficos das actividades desenvolvidas:



Fig. - "Dia da Floresta"



Fig. - "Cria e Recicla", integrado na Festa da Criança



Em Novembro do ano em reporte, a manutenção dos espaços verdes municipais passou a ser efectuada pela empresa municipal AMBIOURÉM.

Fiscalização Ambiental

Neste âmbito, desenvolveram-se acções regulares de fiscalização, não só tendo em vista a dissuasão e levantamento dos “crimes ambientais”, mas também procurando de forma pedagógica, alterar as práticas e hábitos dos munícipes, que não se coadunem com as mais elementares regras de um desenvolvimento ambiental sustentado.

[Divisão de Obras Municipais e Divisão de Estudos e Projectos](#)

No que concerne a estas divisões apresentam-se as empreitadas adjudicadas no ano económico de 2004, e que evidenciam o volume de investimento verificado e em curso:

AJUSTE DIRECTO

Construção do Estaleiro Municipal - Conceção \ construção do posto de abastecimento de combustível

Construção do Estaleiro Municipal - Conceção \ construção da rede de ar comprimido

Remodelação da rede de esgotos - Hotel Virgem Maria, Cova da Iria - Fátima

Diversas Infra-estruturas de Desporto e Lazer - Substituição de tubagens e outros nas piscinas municipais de Ourém

Ampliação das redes de Abastecimento de água - Ninho de Água e Matos (freguesia de Cercal)

Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém - Revitalização da Zona Comercial - Trabalhos Não Previstos

Ampliação das redes de abastecimento de água - Zona Industrial das Matas



Ampliação da rede de Esgotos - Colector pluvial - Rua de Santo António, Fátima

Ampliação da rede de Abastecimento de água - localidade de Boleiros, freguesia de Fátima

Ampliação da rede de esgotos - Rua Afonso 4º. Conde de Ourém - Vilar dos Prazeres

Beneficiação de Jardins de Infância - Reparação e conservação do Jardim de Infância de Espite

Ampliação da rede de abastecimento de água e esgotos - Rua da Bela Vista, São Miguel - Fátima

Beneficiação de Jardins de Infância - Reparação e conservação do Jardim de Infância de Ourém (Rua Santa Teresa de Ourém)

Beneficiação de parques e jardins - Infra-estruturas necessárias nas urbanizações Dr. Alves e do Ribeirinho

Recuperação do centro histórico de Ourém - Remodelação da galeria municipal

Obras de arte de pequena dimensão - Reabilitação do pontão de Porto do Carro - Freixianda

Concepção / Construção do Parque Linear (Equipamento Integrado na Operação Valourém) - Reaproveitamento do pavilhão / armazém para o novo estaleiro municipal

Construção do Estaleiro Municipal - Furo para captação de água

Urbanização da cidade de Fátima - Recuperação da Rotunda Sul

Ampliação da rede de abastecimento de água- Rua das miadas, Casal Branco e Pinhal do Chões, Pêras Ruivas

Remodelação da rede de esgotos - Ligação de António Fernandes Romeiro e Outros, Rua de Santa Ana - Fátima

Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém - Revitalização da zona comercial - Vedação do Parque Infantil

Urbcom de Fátima - arrecadação anexa ao bar esplanada

Remodelação da rede de esgotos - ligação da unidade hoteleira D. José e prédio vizinho, Avenida D. José Alves Correia da Silva - Fátima

Despoluição da Bacia de Seiça - Bacia 51 (Alburitel) - Reposição das condutas de água no decorrer dos trabalhos de implantação dos colectores

Despoluição das bacias hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seiça - bacia 47 - Sub-Bacias 1 a 6 A (Seiça) - Reposição de condutas

Construção da Sala Polivalente do Alqueidão - Trabalhos Não Previstos

Recuperação da Casa dos Magistrados - Futuras Instalações da Casa da Cultura e Juventude de Ourém - Tratamento Acústico

Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém - Revitalização da zona Comercial - Sinalização vertical

Projecto de Urbanismo Comercial de Fátima - Revitalização da zona Comercial - Sinalização vertical

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Novo Reservatório da Caridade e By-Pass a Vários Outros - Pintura de Tanque

Construção do Edifício Polivalente do Pinheiro - Trabalhos Não Previstos



Concepção / Construção do Estaleiro Municipal - Muros de Contenção

Concepção / Construção do Mercado Municipal (Equipamento Integrado na Operação Valourém) - Fornecimento e aplicação de portões de enrolar nas lojas

Concepção / Construção do Mercado Municipal (Equipamento Integrado na Operação Valourém) - Acabamentos de lojas no piso 0

Construção da Sala Polivalente do Alqueidão - Fornecimento e montagem de estores exteriores

Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém - Revitalização da Zona Comercial - Acabamentos Finais

Ampliação da rede de Esgotos - Drenagem de águas pluviais na EN 356, colectores I e II

Ampliação da rede de Esgotos - Drenagem de águas pluviais na EN 356, colectores III e IV

Recuperação da Casa dos Magistrados - Futuras Instalações da Casa da Cultura e Juventude de Ourém - Trabalhos Não Previstos

Construção de Pontos de Água - Adaptação do Tanque de Casal dos Moleiros, Casal dos Bernardos

Recuperação de Caminhos na Freguesia de N.ª S.ª das Misericórdias - Correção de Dois Pontões e Construção de um Muro

Remodelação do Sistema de Esgotos - Despejo e Entulhamento da Fossa de Vilar dos Prazeres

Recuperação de Estradas e Caminhos Municipais - Construção de um Muro de Pedra na E.M. 505 em Aldeia Nova, Olival

Recuperação de Caminhos na Freguesia de Fátima - Acesso à Comunidade de Vida e Paz, no lugar de Moimento

Beneficiação de Edifícios Escolares - Construção de uma Arrecadação no Jardim de Infância do Sobral

Recuperação e Beneficiação de Arruamentos no Concelho - Construção de Valetas em Calçada - Cercal

Ampliação da Rede de Esgotos - Ligação da E.B. 2+3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão (Caxarias) ao Colector de Esgotos Domésticos

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua da Fontinha - Vales - Cercal

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Pavilhão Desportivo do Caneiro

Beneficiação de Parques e Jardins de Infra-estruturas Necessárias - Rua São João Eudes - Fátima

Ampliação e Modernização da Rede de Iluminação Pública - Fornecimento e Montagem de Luminárias

Beneficiação de Edifícios Escolares - Substituição da Canalização na E.B. 1 de Gondemaria

Beneficiação de Edifícios Escolares - Trabalhos Vários na Escola do Ensino Básico de Ourém

Sinalização Viária do Concelho - Pintura do Eixo de Via e Guias Laterais, na E.M. 561 Atouguia - Avenida Beato Nuno e Moita Redonda - Fátima

Urbanização da Sede do Concelho - Construção de um Muro na Rua Luís de Oliveira Rito

Beneficiação de Edifícios Municipais - Fornecimento e aplicação de caixilharia em alumínio nas instalações da PSP de Ourém



Construção da Sala Polivalente do Alqueidão - Fornecimento e aplicação de tubagem em manilhas 300 m, incluindo abertura e fecho de vala

Urbanização da Sede do Concelho - Trabalhos Vários na Zona Envolvente ao Complexo Escolar - Ciclo Preparatório - N.ª S.ª da Piedade

Beneficiação de Espaços Desportivos - Construções diversas - Trabalhos vários no Parque de Jogos da Caridade - N.ª S.ª da Piedade

Ampliação das redes de abastecimento de água - Cabiçalva - Freguesia de N.ª S.ª da Piedade

Ampliação da Rede de Esgotos - Ampliação da Rede de Drenagem das Águas Pluviais - Rua Dr. Júlio F. Constantino, em Fátima

Remodelação do sistema de abastecimento de água - Desactivação de condutas - Edifício Polivalente do Pinheiro

Construção de ramais domiciliários - Ramal de água e colocação de contador - Edifício Polivalente do Pinheiro

Arranjo de espaços públicos - Trabalhos de limpeza e desmatação no espaço envolvente ao estaleiro municipal - Pinheiro

Ampliação das redes de abastecimento de água - Rua do Azinhal, Casal Novo - Freguesia de Atougua

Arranjo de espaços públicos - Abertura de valas para drenos de águas pluviais - Zona do Estaleiro Municipal - Pinheiro - N.ª S.ª da Piedade

Arranjo de Espaços Públicos - Largo do Mercado da Freixianda - Fornecimento e colocação de peças para estabilização dos toldos dos feirantes

Concepção / Construção do Mercado Municipal (Equipamento Integrado na Operação na Operação Vaourém) - Fornecimento e aplicação de bases para suporte de balanças

Urbanização da Sede do Concelho - Execução de Calçada na Praça da República

Construção e Beneficiação de Parques e Jardins de Infra-estruturas Necessárias - Urbanização da Quinta da Sapateira

Ampliação das Redes de Abastecimento de Água - Casa Velha - Freguesia de Fátima

Beneficiação de Caminhos na Freguesia de Espite

Ramal Domiciliário de Água na Rua Sacadura Cabral

Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seiça - Bacia 47 - Sub-Bacias 1 a 6A (Seiça) - Desvio e Reposição da Conduta de Água na Povoação de Mosqueiro

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Abastecimento ao Ninho de Águia e Matos - Cercal

Despoluição da Ribeira de Seiça - Bacia 51 - (Alburitel) - Execução de Entroncamento para Protecção do Colector - Pêras Ruivas

Recuperação da Casa dos Magistrados - Futuras Instalações da Casa da Cultura e Juventude de Ourém - Execução de Ramal de Água e Colocação de Contador

Construção e beneficiação de sanitários - Beneficiação dos sanitários públicos na Caridade - N.ª S.ª da Piedade

Limpeza de Caminhos Florestais - Freguesia de Casal dos Bernardos

Recuperação de Caminhos na Freguesia de Espite - Construção de Valetas - Cumieira



Remodelação do Sistema de Esgotos - Levantamento de Tampas de Caixas de Visita na Área do Concelho

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Colocação de Boca de Incêndio - Freixianda

Urbanização da Cidade de Fátima - Arranjo de Passeios, na Rua João Paulo II

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Mudança de ventosa junto à Cruz São João - Espite

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Mudança de Contador de Água e boca de Incêndio - Jardim de Infância de Ourém

Construção e beneficiação de parques e jardins - Infra-estruturas necessárias - Praça da República

Ampliação das Redes de Abastecimento de Água - Rua do Mastro, Giesteira, Freguesia de Fátima

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Mudança de Boca de incêndio - Casa Velha - Fátima

Execução de Edifícios Escolares - Execução de passagem de betão - Escola do Ensino Básico de Pinheiro

Beneficiação de Edifícios Escolares - Execução de Passagem de Betão - Escola do Ensino Básico de Alqueidão

Arranjo de Espaços Públicos - Colocação de Grelhas Sumidouras - Largo do Mercado da Freixianda

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Lugar das Hortas, Freguesia de Fátima

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Levantamento de uma boca de incêndio - Rua Cabeço da Abeleira - Fontainhas da Serra - Atouguia

Despoluição das Bacias Hidrográficas do Rio Lis e da Ribeira de Seiça - Bacia 47 - Sub-Bacias 1 a 6A (Seiça) - Execução de By-Pass à Conduta de Água - Vale Travesso - N.ª S.ª da Piedade

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Trabalhos de Ligação à Conduta - Requerente: junta de Freguesia de N.ª S.ª da Piedade

Beneficiação de Edifícios Escolares - Fornecimento e Aplicação de Exaustores na Wescola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Ourém

Construção do Mercado Municipal de Ourém - Divisórias para as lojas do piso O

Ampliação da Rede de Abastecimento de Água - Rua da Charneca, Pinheiro

Arranjo de Espaços Públicos - Largo do Mercado da Freixianda

Remodelação do Sistema de Esgotos - Bacia 51 - 1.ª Fase - Arranjo de Colector em Vilar dos Prazeres

Beneficiação de Caminhos na Freguesia de Gondemaria - Beneficiação entre E.M. 523-2 e a E.N. 113- Areias

Beneficiação de Jardins de Infância - Fornecimento e Colocação de Vãos de Alumínio e Vidro - Jardim de Infância da Moita Redonda - Fátima

Recuperação e Beneficiação de Estradas e Caminhos Municipais - Construção de Rotunda em Casa Velha - Fátima

Recuperação de Caminhos da Freguesia de Atouguia - Execução de Muro para Suporte de Terras - Rua Padre Moreira

Beneficiação de Jardins de Infância - Remoção do Pavimento Existente e Colocação de Novo, no Jardim de Infância de Ourém



Beneficiação de Jardins de Infância - Remoção do Pavimento Existente e Colocação de Novo, no Jardim de Infância do Caneiro - N.ª S.ª das Misericórdias

Concurso Limitado

Remodelação do Sistema de Esgotos - Desactivação de Fossa - Seiça

Ampliação das Redes de Abastecimento de Água, Localidade de Boleiros - Fátima

Beneficiação de Edifícios Escolares - Ampliação das Instalações Escolares de Fontainhas da Serra - Atouguia

Beneficiação de Edifícios Municipais - Reparação do Jardim de Infância da Freixianda

Recolocação do Mercado Municipal de Ourém - Alteração de Vão

Conservação e Manutenção de Jardins de Infância - Construção de Divisórias no ATL de Rio de Couros

Conservação e Manutenção de Jardins de Infância - Construção de Infra-estruturas no ATL de Rio de Couros

Ampliação da rede de Esgotos - Colector de ligação ao Centro de Dia de Atouguia

Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém - Revitalização da Zona Comercial - Sanitários Públicos

Beneficiação da E.R. 356 - Ourém / Alvaizere - Conservação do Troço entre os quilómetros 40,818 (Ourém) e 59,338 (Limite do Concelho / Freixianda)

Sinalização Semafórica - Concepção / Construção de um sistema semafórico para o cruzamento da EM 505 com a EM 523 e a Estrada dos Vales - Cercal

Ampliação da rede de abastecimento de água - Ampliações em várias localidades do concelho

Recuperação de Caminhos na Freguesia de Formigais - Beneficiação do C.M. 1028

Ampliação da rede de abastecimento de água - Ampliações em várias localidades do concelho

Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água - Substituição de Conduta do Reservatório do Pinheiro ao Estaleiro Municipal

Construção do Estaleiro Municipal - Aproveitamento do Pavilhão do Antigo Mercado - 2.ª Fase

Recuperação de caminhos na freguesia de Fátima - Alteração do acesso ao loteamento da CASUR, Valada - Fátima

Sinalização Semafórica - Concepção / Construção de um sistema semafórico para controlo de velocidade para a EN 360 (Estrada de Minde)

Remodelação do sistema de abastecimento de água - Implantação de conduta desde o reservatório da Eira da Pedra ao Estádio de Fátima

Despoluição da Bacia de Seiça - Bacia 51 (Alburitel) - Execução da perfuração mecânica para ligação dos colectores 90 a 96

Complexo Desportivo de Fátima - Posto de transformação e seccionamento



Concurso Público

Construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro - Arranjos Exteriores

Construção do Edifício Municipal em Freixianda - Arranjos Exteriores do Edifício Multiusos

Construção do Edifício dos Paços do Concelho e a Concessão da Exploração do seu Parque de Estacionamento Subterrâneo

Ampliação da rede de abastecimento de água e construção de ramais domiciliários na área do Concelho

Divisão de Educação Desporto e Cultura

Educação

Conselho Municipal de Educação

Durante o ano de 2003, e na sequência da publicação do Decreto-Lei 7 de 2003, procedeu-se à organização e preparação da instalação do Conselho Municipal de Educação, nos termos legais. Para cumprir este objectivo, foi necessário efectuar várias reuniões com os organismos representados nesse Conselho, para que todos eles escolhessem os seus representantes. Concluído esse processo, realizou-se, em 25 de Março de 2004, a primeira reunião do CME, onde foram aprovados o Regulamento Interno e o Regimento Interno.

Comemoração do Dia Mundial da Criança

Esta comemoração tem sido realizada todos os anos, por altura do dia 1 de Junho, procurando envolver todas as crianças do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, ou seja aproximadamente 4.000 crianças ano.

A comemoração deste ano permitiu que as crianças tivessem um papel mais activo (mostra de trabalhos das escolas), ao mesmo tempo que participavam em actividades relacionadas com o ambiente e a segurança, cumprindo-se assim vários objectivos de carácter pedagógico. Ao mesmo tempo, foi possível



introduzir aspectos lúdicos e educativos (comboio turístico, experiências, contadores de histórias, construção de instrumentos musicais, reciclagem, espectáculos de palhaços, demonstração de cães da GNR e outros).

Comemoração do “Dia do Professor”

No início de cada ano lectivo, tornou-se já tradicional organizar uma recepção aos docentes em serviço no Concelho de Ourém, associada a uma homenagem aos docentes aposentados durante o ano lectivo anterior. Envolvendo a colaboração da PROFOURÉM, esta iniciativa tem sido consubstanciada na cerimónia oficial, no convívio e no almoço/jantar de confraternização, tendo sido acrescentado nos últimos 3 anos uma componente formativa, nomeadamente com a realização de colóquios, em que se contou com a presença de vários especialistas (Dr. Daniel Sampaio, Dr. Rui Canário, Dr. Vítor Alaiz, Dr^a Helena Peralta).

Festival de Música Inter-Escolas

O Festival de Música Inter-Escolas é um evento que procura envolver as crianças e jovens de todos os níveis de ensino, numa actividade lúdica de grande impacto. Organizados em vários escalões etários, os estudantes das várias escolas têm assim oportunidade de mostrar em público as suas capacidades vocais e interpretativas, o que contribui para a sua formação integral e, por vezes, para a descoberta de bons valores artísticos.

Dado o grande número de participantes e espectadores, a iniciativa tem-se realizado no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima.

Neste âmbito, há ainda a realçar a participação dos vencedores do Festival de Música de Czestochova (2 elementos e um acompanhante) e a visita de um



grupo de 19 jovens a Plessis-Trevis, em resultado dos festivais de 2003 e 2004.

Fórum Estudante do Centro

No ano de 2004, realizou-se em Ourém o primeiro Fórum Estudante do Centro, uma iniciativa realizada em colaboração com o Centro de Estudos de Fátima, que pretendeu dar a conhecer aos alunos do Ensino Secundário da região centro do país as possibilidades de prosseguimento de estudos no Ensino Superior.

Realizada com um tempo de preparação relativamente curto, esta iniciativa contou com a participação de 40 Universidades e Institutos de todo o país, assim como de alunos de muitas escolas.

Exposições de trabalhos do Agrupamento Oureana

Embora sem carácter de regularidade, realizou-se, em 2004, no Centro de Negócios, uma exposição de trabalhos do Agrupamento Oureana. Este evento, da iniciativa do agrupamento, pretendeu mostrar os trabalhos realizados pelas crianças, ao mesmo tempo que promovia o conhecimento do Centro de Negócios junto das mesmas crianças e dos respectivos encarregados de educação, através da realização de visitas guiadas.

Carta Educativa

Para a elaboração deste importante documento de planeamento educativo, em execução pela AMAE, foram recolhidos e enviados dados caracterizadores das escolas (do Pré-Escolar ao Ensino Secundário), de forma a habilitar a empresa



executante, GITAP, a levar a efeito a elaboração da Carta Educativa do Concelho de Ourém.

Reorganização dos agrupamentos escolares

Tendo em conta a manifesta intenção da Direcção Regional de Educação de Lisboa de reorganizar os agrupamentos escolares, foi aprovada pelo Executivo Municipal, uma proposta de reorganização das mencionadas estruturas, a qual teve em consideração a lógica territorial, a integridade de freguesias e o equilíbrio entre os agrupamentos em causa.

Serviços de Apoio à Família

No âmbito do desenvolvimento da educação pré-escolar, foram criados os serviços de apoio à família, tendo como objectivo criar condições para o alargamento de horário e o fornecimento de refeições às crianças daqueles estabelecimentos educativos.

Celebrado um acordo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Segurança Social e a Autarquia, efectua-se anualmente a candidatura para a realização destes serviços e posterior transferência, por parte da DREL, das verbas correspondentes aos mesmos. Os serviços de apoio à família estão activos em todos os 40 jardins de infância do Concelho de Ourém

No sentido de regularizar todos os serviços e garantir a sua qualidade, o Executivo Municipal deliberou celebrar protocolos com Instituições Particulares de Solidariedade Social e com outras associações legalmente constituídas. Também a necessidade de instalações levou a autarquia a solicitar a algumas associações, Juntas de Freguesia e igrejas a cedência, mediante protocolo, das instalações necessárias à prossecução dos Serviços de Apoio à Família.



Leite Escolar

O programa leite escolar envolve a distribuição de leite pelas escolas do 1º ciclo e jardins de infância (actualmente num total de 115 estabelecimentos).

Internet nas Escolas

Todas as escolas do 1º ciclo possuem equipamentos de acesso à Internet, e há motivos para crer que todos os professores detêm os conhecimentos suficientes para utilizar este novo meio de comunicação e de trabalho.

Banda Larga

Foram realizadas, ainda em 2004, as primeiras reuniões e propostas conducentes à evolução das ligações Internet das escolas para Banda Larga. Apresentada a proposta à Câmara, em resultado de um protocolo entre a UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento) e a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses), foi iniciado o processo de migração para Banda Larga, que deverá estar concluído no final de 2005 em todas as escolas.

Controlo alimentar

Com a colocação na DEDC de uma técnica de controlo alimentar, foi possível iniciar o processo de controlo da qualidade alimentar dos serviços de apoio à família e das cantinas escolares. Foi realizada uma acção de formação para manuseadores de alimentos (levada a efeito pela APEFF, em Fátima), e uma outra para pessoas que efectuem transporte de crianças (realizada em Ourém, com a participação de todas as instituições envolvidas nos Serviços de Apoio à Família).



Desporto

Ao longo destes anos, várias foram as provas de atletismo realizadas, em colaboração com vários clubes e associações. São disso exemplos o Duatlo, a Milha Urbana, uma prova de salto com vara e outras, em que se conseguiram envolver atletas do concelho e também de nível nacional

Uma das provas que se manteve foi a Corrida da Liberdade, no dia 25 de Abril, que contou com a participação de atletas de todo o concelho.

No ciclismo, realizou-se, mais uma vez em 2004, a já habitual prova de ciclo turismo, com passagem por Gondemaria, Olival, Urqueira, Caxarias e N^a Sr^a da Piedade.

Respondendo a um desafio da delegação distrital do Instituto do Desporto, e exemplo do já ocorrido em 2003, realizaram-se 3 percursos pedestres, designadamente no Agroal, na zona Histórica de Ourém e na zona rural de Fátima. Nestes percursos esteve também envolvida a estrutura local da Quercus.

Cultura

Carnaval

Como habitualmente, realizou-se em 2004 o desfile de Carnaval e o Baile de Máscaras, com atribuição de prémios aos participantes e vencedores e a realização de um baile de máscaras.



Via Sacra ao Vivo

Esta actividade (também realizada em 2004), tem vindo a revelar-se de grande impacto para a recuperação das tradições religiosas e para a promoção da Zona Histórica de Ourém, sendo desenvolvida em colaboração com várias entidades (Paróquia de Nossa Senhora das Misericórdias, Junta de Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias e Região de Turismo de Leiria-Fátima), e conta com a participação de 80 figurantes.

Adicionalmente, foi introduzida a ideia de “Semana Santa em Ourém”, a qual englobou a programação de várias actividades complementares durante toda a semana.

CENOURÉM

Em 2004, a CENOURÉM foi repartida em 2 fases, prevendo-se que a segunda seja realizada em 2005, e conta com a participação de 8 grupos de teatro, distribuídos por outras tantas semanas de espectáculos (5^a e 6^a feiras).

No ano em apreço, ocorreu ainda a realização de uma peça sobre o Santo Agostinho, que contou com a participação de elementos de 6 grupos de teatro diferentes. Desenvolveram-se ainda diversas acções de formação sobre teatro.

Feira do Livro

Este evento contou com a participação de 18 expositores (mais 6 que em 2003), tendo-se associado diversos autores e animação cultural, de forma a tornar esta ocorrência, num acontecimento mais marcante.



Festas da Cidade e do Concelho

Em 2004, as Festas da Cidade mantiveram uma estrutura de funcionamento semelhante à dos anos anteriores, concentrando-se entre os dias 16 e 20 de Junho. A novidade destas Festas foi a necessidade de articulação das actividades com a transmissão dos jogos de futebol do EURO 2004, assim como a necessidade de contenção de despesas.

Por estes motivos, apenas se efectuou a contratação externa do espectáculo com a artista “Ágata” e um espectáculo com “Grandes canções do século passado”. De qualquer modo, foi possível efectuar 5 espectáculos de estilos diversificados (bandas rock, música popular, vencedores do Festival de Música), procurando satisfazer diferentes gostos, tendo registado grande afluência de pessoas, quer no interior, quer no exterior do Centro de Negócios, a comprovar que este formato tem potencialidades para se manter nos próximos anos.

Neste ano, foi ainda possível proceder à apresentação pública, durante as cerimónias oficiais de 20 de Junho, do “Livro de Actas do Congresso Histórico D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua época”.

Festa das Vindimas

Tendo em conta o objectivo da promoção de um dos produtos mais emblemáticos do Concelho de Ourém, realiza-se desde 2001 a “Festa das Vindimas”.

Assim, na Festa das Vindimas de 2004 (4ª Edição), levada a efeito na Atouguia, realizou-se uma vindima tradicional, um espectáculo de Folclore e



Música Popular e um Rally Paper das adegas, para além da já tradicional sardinhada popular.

Biblioteca

Em 2004, continuou a efectuar-se a informatização do espólio bibliográfico da Biblioteca, trabalho muito moroso e minucioso, que envolve o registo exaustivo de todos os títulos, em programa próprio, tendo-se procedido ainda, ao registo informático das fichas de leitores, pelo que se perspectiva uma proposta de introdução de cartões digitais de leitor. Ocorreu ainda a transferência do “Espaço Internet” para a Biblioteca.

Galeria de Exposições

Na galeria de exposições, em funcionamento na Zona Histórica de Ourém, promoveram-se a realização de diversas exposições temporárias, essencialmente desenvolvidas em parceria com a empresa municipal VEROURÉM.

Património

No dia do Município, na sequência do Congresso Histórico realizado em Novembro de 2003, foi publicado o “Livro de Actas do Congresso”.

A exemplo do já ocorrido em 2003, realizou-se pela segunda vez as Férias Arqueológicas, actividade que envolveu vários jovens, sob orientação de arqueólogos credenciados, buscando essencialmente o estudo e conhecimento do património de Ourém, nomeadamente da Zona Histórica.

Acção Social



A área da acção social mereceu a continuidade de alguma atenção, nomeadamente através do acompanhamento da medida Rendimento Mínimo Garantido, do relacionamento com as IPSS e do apoio à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Em 2004, realizou-se pela segunda vez o Passeio dos Idosos, contando com a colaboração do Centro de Saúde e dos alunos da Escola Profissional de Ourém.

Em resultado de uma dádiva de roupas proveniente da Associação Étoile Bleue de Lourdes (França), procedeu-se à distribuição, no Natal de 2003, em colaboração com o jornal “Notícias de Ourém”, de uma grande quantidade de roupas a famílias carenciadas.

Em 2004, tendo em conta a grande quantidade de roupas recebida (36.000 peças), esta acção continuou, tendo sido possível enviar roupas para S. Filipe, em Cabo Verde, e distribuir uma grande quantidade entre as IPSS do concelho.

Juventude

Neste âmbito desenvolveram-se candidaturas para Ocupação dos Tempos Livres na Zona Histórica, na Biblioteca, nas Piscinas e mais recentemente no Espaço Internet.

Projecto de Requalificação de Ourém e Fátima

A actividade desenvolvida neste projecto consistiu essencialmente, no acompanhamento de Planos de Pormenor em elaboração.



3. Análise Orçamental

3.1 Evolução do orçamento da receita por classificação económica

Quadro - Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Impostos directos	4.615.094,58	4.476.517,09	-3,00	5.060.295,13	13,04
Imposto municipal sobre imóveis	1.762.563,18	1.972.120,95	11,89	1.909.320,49	-3,18
Imposto municipal sobre veículos	328.352,35	360.802,76	9,88	395.917,80	9,73
Imposto municipal sobre transmissões	1.577.060,96	1.255.682,60	-20,38	994.052,18	-20,84
Derrama	947.118,09	887.910,78	-6,25	1.248.701,50	40,63
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	512.303,16	--
Impost. indirectos, taxas, multas ...	799.273,04	1.315.027,00	64,53	1.508.537,73	14,72
Mercados e feiras	95.231,93	82.701,39	-13,16	95.025,54	14,90
Loteamentos e obras	518.460,66	955.659,25	84,33	1.213.851,88	27,02
Ocupação da via pública	0,00	3.307,19	--	2.531,36	-23,46
Publicidade	17.067,88	22.206,68	30,11	41.411,88	86,48
Saneamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Outras	168.512,57	251.152,49	49,04	155.717,07	-38,00
Rendimentos de Propriedade	907.269,72	1.267.226,09	39,67	831.258,84	-34,40
Transferências correntes	6.590.220,34	7.042.883,64	6,87	7.309.282,12	3,78
Administração Central - Estado	6.576.599,71	6.747.602,04	2,60	7.032.699,11	4,23
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	13.443,55	55.345,83	311,69	39.132,54	-29,29
Outras (transferências correntes)	177,08	239.935,77	135.395,69	237.450,47	-1,04
Venda de bens e serviços correntes	962.415,06	667.979,82	-30,59	1.085.520,46	62,51
Venda de bens	86.551,59	77.418,59	-10,55	66.486,27	-14,12
Serv. sociais recreat., cult. e de desporto	33.973,49	39.530,56	16,36	30.969,55	-21,66
Saneamento - Ligação	0,00	101.079,93	--	97.771,03	-3,27



Quadro - Evolução das Receitas Liquidadas a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Resíduos Sólidos	157.666,69	227.458,55	44,27	745.196,29	227,62
Trabalhos por conta de particulares	657.105,15	169.165,72	-74,26	80.121,02	-52,64
Cemitérios	14.135,62	17.125,80	21,15	22.274,00	30,06
Parques de estacionamento	8.749,32	14.395,92	64,54	11.035,71	-23,34
Outras (venda de bens e serv. correntes)	4.233,20	21.804,75	415,09	31.666,59	45,23
Outras receitas correntes	157.329,03	113.430,50	-27,90	248.943,78	119,47
Venda de bens de investimentos	130.184,23	38.777,56	-70,21	73.098,56	88,51
Transferências de capital	3.912.492,94	9.327.933,99	138,41	8.775.541,69	-5,92
Administração Central - Estado	3.863.112,41	4.577.950,00	18,50	5.009.388,88	9,42
Estado - P. Comunit. Proj. Co-financiados	49.380,53	4.749.983,99	9519,14	3.723.697,87	-21,61
Outras (transferências de capital)	0,00	0,00	--	42.454,94	--
Activos financeiros	0,00	0,00	--	0,00	--
Passivos financeiros	4.278.480,08	1.482.886,63	-65,34	1.521.144,37	2,58
Outras receitas de capital	1.000,00	20.572,24	1957,22	0,00	-100,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	249,65	0,00	-100,00	0,00	--
Total	22.354.008,67	25.753.234,56	15,21	26.413.622,68	2,56
Total ¹	17.945.344,36	24.231.570,37	35,03	24.819.379,75	2,43

¹ Receitas Totais (excluindo os efeitos extraordinários das vendas de bens de investimento e de passivos financeiros)

Quadro - Resumo das Receitas Liquidadas a preços correntes

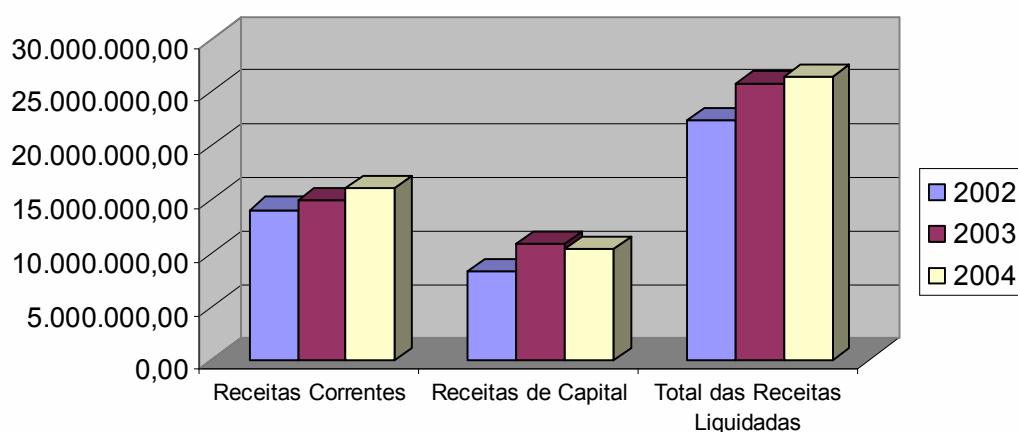
uni: Euro

Descrição da Receita Liquidada	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Receitas Correntes	14.031.601,77	14.883.064,14	6,07	16.043.838,06	7,80
Receitas de Capital	8.322.406,90	10.870.170,42	30,61	10.369.784,62	-4,60
Total das Receitas Liquidadas	22.354.008,67	25.753.234,56	15,21	26.413.622,68	2,56



No cômputo geral, o total das receitas liquidadas manifestam um aumento em 2,56%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor absoluto obtido na ordem dos 26,4 milhões de euros. As receitas correntes denotam um acréscimo em aproximadamente 7,8%, em detrimento de uma variação negativa em -4,6%, ocorrida nas receitas de capital

Gráfico - Resumo das Receitas Liquidadas



Impostos directos

Compreende as receitas advindas dos impostos directos municipais estabelecidos na lei das finanças locais, designadamente, imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre veículos, imposto municipal sobre transmissões e derrama.

As receitas relativas a estes impostos, apresentam um acréscimo em aproximadamente 13%, essencialmente por influência do forte aumento ocorrido na Derrama (46,6%) e nos impostos abolidos, estes últimos por



afecção de cobranças em atraso relativas à Contribuição Autárquica e à SISA.

Importa ainda referir a ampliação das receitas relativas ao imposto municipal sobre veículos (9,7%), em detrimento das quebras verificadas no imposto municipal sobre imóveis bem como sobre transmissões, respectivamente de -3,2% e -20,8%, ficando patente, que a recente alteração ocorrida à legislação relativa aos impostos com incidência sobre o património, derivaram numa diminuição das receitas próprias deste município.

Impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades

Compreende nos impostos indirectos, as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais, nomeadamente as respeitantes a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública, publicidade e saneamento.

As taxas incluem os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei, não havendo qualquer relação de valor entre os aludidos pagamentos e o custo dos serviços prestados. Incluem-se neste capítulo as cobranças a particulares relativas a mercados e feiras, loteamentos e obras, ocupação da via pública e saneamento. Englobam-se ainda as receitas provenientes de multas pela transgressão da lei, de posturas e de outros regulamentos.



Estas receitas denotam um aumento em cerca de 15%, essencialmente por influência do acréscimo verificado nas receitas relativas a publicidade (86,5%) loteamentos e obras (27,0%) e mercados e feiras (14,9%).

Rendimentos de Propriedade

Compreende as receitas provenientes do rendimento de activos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e renda de activos não produtivos, nomeadamente terrenos e activos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Estes rendimentos apresentam uma diminuição destas receitas em -34%. No entanto, convém realçar que tal facto dever-se-á ao facto de a liquidação relativa à renda de concessão da energia eléctrica à EDP relativa ao 4º Trimestre/2004, apenas ter sido liquidada em 2005.

Note-se que as regras orçamentais, não contemplam o princípio da especialização do exercício, e têm por relação uma óptica de fluxos de caixa, ou seja, do recebimento. Desta forma, a liquidação orçamental na receita, reporta-se sempre à data vigente no documento e não ao período a que o valor respeita.

Transferências correntes

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afectação preestabelecida.



As receitas desta natureza, demonstram um acréscimo de 3,8% face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento em cerca de 4% das transferências correntes provenientes da Administração Central.

Venda de bens e serviços correntes

Compreende quer o produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento, quer ainda os recebimentos relativos à prestação de serviços.

Face ao ano anterior, ocorreu um aumento em 62,5%, o qual se deve ao significativo acréscimo ocorrido nas cobranças reportadas ao tarifário de resíduos sólidos urbanos (227,6%).

Importa mencionar as diminuições ocorridas nas liquidações de receita relativas à venda de bens (-14%), serviços sociais, culturais, recreativos e de desporto (-22%), trabalhos por conta de particulares (-53%) e parques de estacionamento (-23%), principalmente resultantes do facto de algumas destas actividades serem agora desenvolvidas por empresas municipais.

Outras receitas correntes

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas como o reembolso de IVA e indemnizações.

Estas receitas, sofreram um aumento em 119%, que em termos absolutos significou uma variação positiva em aproximadamente 135,5 mil euros.



Venda de bens de investimento

Compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital, que na aquisição ou construção tenham sido contabilizados como investimento.

Por comparação com o período económico anterior, estas receitas de efeito extraordinário, apresentam um aumento em 88,5%. Porém, em termos absolutos, a variação apenas representa um valor inferior a 35 mil euros.

Transferências de capital

Compreende os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida destinados ao financiamento de despesas de capital. Inclui ainda, cauções e depósitos de garantia que revertam a favor da entidade, assim como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

No que respeita a estas receitas, o ano de 2004, registou um decréscimo superior a -9%, em resultado da diminuição em cerca de -22%, ocorrida nos valores auferidos relativos a fundos comunitários de capital. Realce-se porém, o aumento patente nas transferências de capital, advindas da Administração Central (9,4%).

Activos Financeiros

Compreende as receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e acções ou outras formas de participação.



Não ocorreu qualquer variação nestas receitas, tendo estas sido nulas nos últimos períodos económicos.

Passivos Financeiros

Compreende o produto resultante dos empréstimos contraídos a curto e a médio e longo prazos.

Ao nível destas receitas, cujo efeito é extraordinário, registou-se um aumento em cerca de 2,6% das receitas provenientes da contratação de empréstimos a médio e longo prazo. A variação absoluta ocorrida no ano de 2004, foi apenas ligeiramente superior a 38,2 mil euros, sendo o valor total liquidado, em aproximadamente 1,5 milhões de euros.

Outras receitas de capital

Rubrica de natureza residual, onde se incluem receitas, designadamente, compensações relativas a sinistros, alienação de direitos de propriedade intelectual ou ainda contratos de cedência de know-how.

Durante o ano económico de 2004, não ocorreu a liquidação de qualquer receita desta natureza, pelo que face a 2003, se denota uma variação negativa absoluta em cerca de 20,5 mil euros.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Abrange as receitas resultantes das entradas de fundos na tesouraria em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou em razão de não terem sido utilizados, na globalidade ou em parte, pelas entidades que os receberam.



Não ocorreu qualquer variação nestas receitas, dada a simultaneidade de inexistência destas em 2004 e em 2003.

3.2 Evolução do orçamento da despesa por classificação económica

Quadro - Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes

uni: Euro

Descrição da Despesa	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Despesas com pessoal	4.624.731,70	4.424.571,36	-4,33	4.539.010,84	2,59
Remunerações certas e permanentes	3.197.184,05	3.451.635,60	7,96	3.628.200,77	5,12
Abonos variáveis ou eventuais	473.807,33	142.113,07	-70,01	123.856,07	-12,85
Segurança social	953.740,32	830.822,69	-12,89	787.780,76	-5,18
Aquisição de bens	646.243,57	1.530.946,64	136,90	1.570.937,93	2,61
Matérias-Primas e subsidiárias	10.264,41	111.194,63	983,30	223.468,91	100,97
Combustíveis e lubrificantes	237.431,16	303.214,31	27,71	306.789,22	1,18
Material de escritório	101.190,95	105.648,93	4,41	66.835,44	-36,74
Material de transporte-peças	38.860,01	42.722,91	9,94	40.967,65	-4,11
Iluminação Pública	(1)	657.341,57	--	572.492,54	-12,91
Outros bens	258.497,04	310.824,29	20,24	360.384,17	15,94
Aquisição de serviços	5.206.848,28	5.070.464,55	-2,62	5.141.280,77	1,40
Encargos das instalações	317.681,52	358.876,57	12,97	380.373,41	5,99
Conservação de bens	191.909,16	228.223,00	18,92	261.585,12	14,62
Locação de edifícios	318.632,02	153.297,70	-51,89	167.098,65	9,00
Comunicações	(1)	88.218,81	--	84.685,66	-4,00
Transportes	(1)	779.951,11	--	723.077,86	-7,29
Seguros	85.851,02	50.887,48	-40,73	67.973,70	33,58
Estudos, pareceres, proj. e consultadoria	11.584,84	333.123,97	2775,52	488.770,06	46,72
Publicidade	(1)	78.974,54	--	87.086,79	10,27
Vigilância e segurança	(1)	35.648,25	--	46.683,47	30,96

**Quadro - Evolução das Despesas Realizadas a preços correntes (continuação)**

uni: Euro

Descrição da Despesa	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Assistência Técnica	(1)	32.215,45	--	41.706,66	29,46
Encargos de cobrança	(1)	77.269,58	--	95.651,51	23,79
Conserv. manut. de espaços verdes	(1)	133.941,55	--	179.339,84	33,89
Exploração e manutenção de ETAR's	(1)	22.131,64	--	301.789,44	1263,61
Recolha, transp. e tratam, RSU's	1.312.874,60	1.675.022,77	27,58	1.556.240,24	-7,09
Outros serviços	2.968.315,12	1.022.682,13	-65,55	169.794,16	-83,40
Juros e outros encargos	494.033,22	475.094,89	-3,83	361.222,70	-23,97
Transferências correntes	1.373.222,99	1.863.118,45	35,67	1.704.839,98	-8,50
Administração Local	857.018,87	786.384,65	-8,24	740.066,45	-5,89
Instituições sem fins lucrativos	512.213,72	1.072.299,80	109,35	954.877,68	-10,95
Outras (transferências correntes)	3.990,40	4.434,00	11,12	9.895,85	123,18
Subsídios	6.075,67	0,00	-100,00	121.064,88	--
Outras despesas correntes	129.006,31	229.068,88	77,56	82.679,77	-63,91
Aquisição de bens de capital	13.409.577,87	12.781.525,62	-4,68	19.175.969,15	50,03
Investimentos	(2)	5.574.404,06	--	8.817.257,87	58,17
Locação financeira	(2)	167.123,47	--	161.478,78	-3,38
Bens de domínio público	(2)	7.039.998,09	--	10.197.232,50	44,85
Transferências de capital	932.989,91	1.102.743,75	18,19	1.340.386,87	21,55
Administração Local	172.171,62	186.720,17	8,45	729.184,54	290,52
Instituições sem fins lucrativos	760.818,29	905.340,80	19,00	575.502,33	-36,43
Outras (transferências capital)	0,00	10.682,78	--	35.700,00	234,18
Activos financeiros	0,00	1.953,00	--	87.500,00	4380,29
Passivos financeiros	685.709,31	663.514,71	-3,24	1.138.077,96	71,52
Outras despesas de capital	47.501,05	0,00	-100,00	95.174,00	--
Total	27.555.939,88	28.143.001,85	2,13	35.358.144,85	25,64

(1) Dada a inexistência de desagregação orçamental em conformidade com o Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, o respectivo valor encontra-se somado nos outros bens ou outros serviços

(2) Dada a inexistência de desagregação orçamental em conformidade com o Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, não foi possível aferir os montantes pela desagregação apresentada



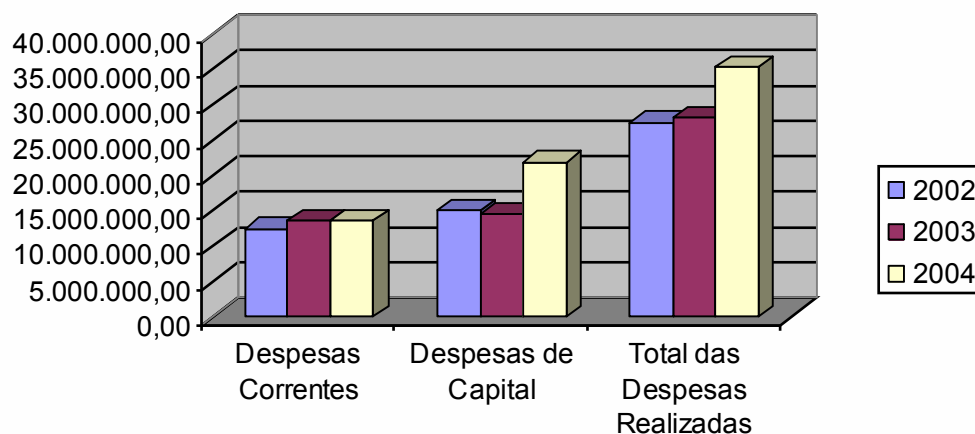
Quadro - Resumo das Despesas Realizadas

uni: Euro

Descrição da Despesa	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Despesas Correntes	12.480.161,74	13.593.264,77	8,92	13.521.036,87	-0,53
Despesas de Capital	15.075.778,14	14.549.737,08	-3,49	21.837.107,98	50,09
Total das Despesas Realizadas	27.555.939,88	28.143.001,85	2,13	35.358.144,85	25,64

No cômputo geral, o total das despesas realizadas exibem um aumento em 26%, face ao valor registado no ano anterior, sendo o valor absoluto obtido na ordem dos 35,4 milhões de euros. As despesas correntes denotam um decréscimo em aproximadamente -0,5%, em detrimento de uma variação positiva em 50%, ocorrida nas despesas de capital.

Gráfico - Resumo das Despesas Realizadas





Despesas com pessoal

Compreende todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações, que necessariamente requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela autarquia local, tanto aos seus funcionários e agentes, como aos indivíduos, que embora não tendo essa qualidade, prestem contudo serviço à autarquia nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença. Acrescem ainda as despesas que a autarquia local, como entidade patronal, suporta com o sistema de segurança social dos seus funcionários.

As despesas desta natureza, apresentam um crescimento na ordem dos 2,6%, evidenciando a moderação salarial ocorrida.

Aquisição de bens

Compreende, de um modo geral, as despesas com bens de consumo (duráveis ou não), e que, por não contribuírem para a formação de capital fixo, não são caracterizáveis como despesas de investimento, designadamente, matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, material de escritório, iluminação pública e outras eventuais despesas.

O ano económico de 2004, regista um ligeiro aumento destas despesas (2,6%). Com uma variação positiva, destacam-se as despesas com matérias-primas e subsidiárias (100%), em oposto à variação negativa registada nas despesas relativas a material de escritório (-37%) e iluminação pública (-13%).



Aquisição de serviços

Compreende as despesas efectuadas com a aquisição de serviços a terceiros, designadamente a entidades empresariais ou a profissionais autónomos, tais como, encargos de instalações, conservação de bens, locação de bens, comunicações, transporte, representação dos serviços, seguros, estudos, encargos de cobrança de receitas e outras eventuais despesas.

Face a 2003, o ano económico de 2004 regista uma ligeira variação positiva em 1,4%, traduzindo essencialmente a variação absoluta verificada nas despesas relacionadas com estudos, pareceres, projectos e consultadoria (47%), exploração e manutenção de ETAR's (1264%) e conservação e manutenção de espaços verdes(34%). Estas duas últimas variações reflectem a delegação destas actividades para a empresa municipal AMBIOURÉM.

De notar, que as despesas relativas à recolha, transporte e tratamento de RSU's, evoluíram de forma negativa, registando uma decréscimo em aproximadamente -7%.

Juros e outros encargos

Compreende as despesas referentes a juros e outros encargos financeiros, designadamente, juros de empréstimos, juros de locações financeiras, serviços bancários e outras eventuais despesas financeiras.

Estas despesas apresentam uma quebra acentuada (-24%), resultantes da ocorrência de taxas de juro estáveis e a níveis historicamente baixos.



Transferências correntes

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, quando retiradas do rendimento corrente da autarquia para financiar despesas correntes do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As despesas desta natureza, diminuíram -8,5%, por força do decréscimo verificado nas transferências correntes efectuadas para a administração local (-6%) e para as instituições sem fins lucrativos (-11%).

Subsídios

Compreendem os fluxos financeiros não reembolsáveis para as empresas públicas municipais, intermunicipais, empresas participadas e outras, destinadas a influenciar níveis de produção, preços ou factores de produção.

A variação absoluta em aproximadamente 121 mil euros, deve-se na sua totalidade, às indemnizações compensatórias concedidas à empresa municipal VEROURÉM, pela prática de preços sociais (inferiores aos custos), nas Piscinas Municipais no decurso de 2004.

Outras despesas correntes

Rubrica de natureza residual onde se incluem despesas tais como, restituição de IVA, ou as quotizações, tendo ocorrido uma variação negativa próxima dos 64%.



Aquisição de bens de capital

Compreende as despesas com aquisição (e também grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de capital fixo, originando por regra um aumento do activo, designadamente, terrenos, instalações de serviços, instalações desportivas e recreativas, escolas, equipamento básico, equipamento administrativo, equipamento de transporte e outros, as despesas relativas a contratos de locação financeira, e as despesas com a aquisição (e também grandes reparações) de bens de domínio público.

No que respeita a este capítulo, o ano de 2004 e por comparação ao ano anterior, assinala um acréscimo destas despesas superior a 50%, que em termos absolutos significa um variação superior a 6,4 milhões de euros, ou seja, um total de despesas desta natureza, próximo dos 19,2 milhões de euros.

Transferências de capital

Compreende as importâncias concedidas sem qualquer contrapartida, destinadas a financiar despesas de capital do destinatário, designadamente, despesas com Serviços e Fundos Autónomos, Administração Local, Instituições sem fins lucrativos, Famílias, Resto do Mundo e outros.

As transferências de capital concedidas, denotam um aumento superior a 21%, de onde se destaca o acréscimo de transferências desta natureza concedidas para a administração local em aproximadamente 291%.

O facto mencionado, resulta essencialmente de um aumento do volume de verbas para investimento, atribuídas às Freguesias. Importa ainda referir, a diminuição dos apoios ao investimento concedidos às instituições sem fins lucrativos (-36%).



Activos Financeiros

Compreende as despesas com títulos de crédito, incluindo obrigações, acções, quotas e outras formas de participação, as quais denotaram uma variação absoluta em aproximadamente 85,5 mil euros, os quais se deverão à participação deste Município no capital de empresas, que visam desenvolver parcerias público-privadas.

Passivos Financeiros

Compreende as operações financeiras, designadamente, amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos e outros.

Estas despesas, aumentaram significativamente no decurso de 2004 (71,5%), dado o término do período de carência de alguns dos empréstimos contratados. O volume total destas despesas significou um valor superior a 1,1 milhões de euros.

Outras despesas de capital

Rubrica de natureza residual.

3.3 Evolução e estrutura das GOP's por objectivos e programas

3.3.1 Evolução das GOP's


Quadro - Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Educação	2.497.445,27	2.168.534,88	-13,17	1.425.212,18	-34,28
Educação Pré-Escolar	578.178,48	1.138.793,04	96,96	1.129.463,54	-0,82
Ensino Básico	1.835.945,40	886.897,79	-51,69	257.400,67	-70,98
Ensino Secundário e Profissional	64.350,99	89.151,35	38,54	31.755,17	-64,38
Ensino Superior	15.000,00	38.796,10	158,64	0,00	-100,00
Acções de Cooperação	3.970,40	14.896,60	275,19	6.592,80	-55,74
Cultura, Desporto e Tempos Livres	1.732.623,14	3.475.492,54	100,59	4.456.761,08	28,23
Cultura	618.245,83	506.028,57	-18,15	413.419,87	-18,30
Desporto e lazer	1.057.693,06	2.353.217,66	122,49	3.354.457,10	42,55
Património	56.684,25	616.246,31	987,16	670.278,29	8,77
Acção Social	69.337,66	62.690,18	-9,59	22.500,00	-64,11
Habitação e Urbanismo	799.731,27	1.863.549,02	133,02	2.873.072,10	54,17
Habitação	0,00	0,00	--	0,00	--
Planeamento Urbanístico	303.180,10	233.474,95	-22,99	278.705,71	19,37
Iluminação	32.871,31	421.490,43	1182,24	53.148,88	-87,39
Urbanização	415.710,72	593.281,10	42,71	432.118,25	-27,16
Urbanismo Comercial	47.969,14	615.302,54	1182,70	2.109.099,26	242,77
Saneamento e Salubridade	3.323.492,51	3.254.127,85	-2,09	5.275.473,42	62,12
Despoluição das Bacias Hid. do Concelho	1.882.130,89	1.498.085,67	-20,40	3.506.432,12	134,06
Resíduos Sólidos	1.312.874,60	1.676.593,99	27,70	1.556.240,24	-7,18
Higiene Pública	1.320,85	4.448,19	236,77	9.249,84	107,95
Cemitérios	127.166,17	75.000,00	-41,02	203.551,22	171,40
Protecção Civil	229.641,49	219.701,60	-4,33	290.412,17	32,18
Serviços Municipais de Protecção Civil	34.611,59	6.497,40	-81,23	38.412,17	491,19
Bombeiros	195.029,90	213.204,20	9,32	252.000,00	18,20
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	623.155,27	802.997,85	28,86	658.121,70	-18,04
Água	294.828,46	409.672,80	38,95	251.590,97	-38,59
Energia	0,00	0,00	--	0,00	--


Quadro - Evolução das Despesas Realizadas em GOP's a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Descrição	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Turismo	111.165,18	149.076,90	34,10	150.298,88	0,82
Feiras e Mercados	300,23	300,23	0,00	0,00	-100,00
Apoio ao Tecido Empresarial	161.137,23	129.630,30	-19,55	76.808,57	-40,75
Outras Acções de Desenvolvimento	55.724,17	114.317,62	105,15	164.423,28	43,83
Acções de Cooperação com o Exterior	0,00	0,00	--	15.000,00	--
Comunicações e Transportes	7.799.790,21	3.989.869,51	-48,85	3.017.066,68	-24,38
Rede Viária e Sinalização	7.636.214,26	3.932.862,50	-48,50	2.931.074,85	-25,47
Transportes	163.575,95	57.007,01	-65,15	85.991,83	50,84
Defesa do Meio Ambiente	67.582,20	1.549.417,88	2192,64	5.529.373,41	256,87
Jardins	41.483,22	24.492,05	-40,96	98.268,04	301,22
Protecção Ambiental	422,13	1.235,64	192,72	9.277,00	650,79
Acção Integrada - Valourém	25.676,85	1.523.690,19	5834,10	5.421.828,37	255,84
Juntas de Freguesia	8.778,45	70.018,03	697,61	50.000,00	-28,59
Instalações Municipais	366.573,03	907.313,13	147,51	1.448.392,50	59,64
Edifícios	129.195,98	591.735,54	358,01	1.221.078,75	106,36
Medidas de Modernização e Eficiência	237.377,05	294.844,49	24,21	213.992,80	-27,42
Outros investimentos	0,00	20.733,10	--	13.320,95	-35,75
Total	17.518.150,50	18.363.712,47	4,83	25.046.385,24	36,39

As despesas incidentes nas Grandes Opções do Plano, aumentaram em 2004, de forma significativa e notória (36%), sendo o volume total superior a 25 milhões de euros.

Educação

No decurso de 2004, as despesas realizadas no presente objectivo, continuaram a manifestar uma tendência de decréscimo, sendo esta ocorrência generalizada em todos os programas incluídos no presente objectivo.



Reporte dos projectos realizados mais significativos:



Fig. – Informatização das Escolas
1º Ciclo Ensino Básico

- Construção da Sala Polivalente do Alqueidão;
- Construção da Sala Polivalente do Pinheiro;
- Acordos de prolongamentos de horário e fornecimento de refeições;
- Ampliação do complexo escolar de Atougua;
- Manutenção dos jardins em escolas;
- Apoio ao investimento concedido à EPO;
- Aquisição de equipamento e software informático para diversas escolas do Ensino Básico.



Fig. – Complexo Escolar da Atougua

Cultura, Desporto e Tempos Livres

Este objectivo continua a demonstrar uma propensão para o crescimento, como evidencia a variação positiva de 28%, face ao ano anterior.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:



Fig. – Estádio Municipal de Fátima

- Edições e publicações periódicas municipais;
- Programa Cultural do Concelho;



- Apoios correntes e de capital atribuídos a diversas associações culturais, desportivas recreativas do concelho;



Fig. – Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro



Fig. – Casa dos Magistrados

- Publicação de Livros;
- Construção do Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro;

- Construção do Estádio Municipal de Fátima;
- Construção da piscina de aprendizagem de Caxarias;
- Recuperação da Casa dos Magistrados;
- Apoio à recuperação de diverso património religioso.



Fig. – Igreja do Olival

Acção Social

O ano de 2004, registou uma diminuição em -64%, face ao volume de despesa verificado no ano anterior, sendo o montante executado reportado a apoio ao investimento atribuído às IPSS.

Habitação e Urbanismo

O volume total das despesas verificadas neste objectivo, denotam um aumento destas em 54%, atingindo um valor superior a 2,8 milhões de euros.



Reporte dos projectos realizados mais significativas:



Fig. – Urbanismo Comercial de Ourém

- P.P. – Avenida Papa João XXIII e Av. D. José A. C. da Silva;

- Projecto de Urbanismo Comercial de Ourém;
- Projecto de Urbanismo Comercial de Fátima.



Fig. – Urbanismo Comercial de Fátima

Saneamento e Salubridade

A evolução positiva deste objectivo (62%), demonstra um elevado esforço financeiro deste município, em suprir a carência existente no âmbito do saneamento básico.

Reporte dos projectos realizados mais significativas:

- Redes de Bacia 47 (Seiça);
- Redes de Bacia 51 (Alburitel);
- Recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos.

Protecção Civil

As despesas inseridas neste objectivo sofreram um acréscimo de aproximadamente 32%, deixando evidente não só um maior volume de



transferências para as Associações Humanitárias de Bombeiros existentes, mas também o desenvolvimento de diversos projectos ou actividades, que visam essencialmente, garantir a segurança das pessoas e bens existentes no concelho, e em particular dos recursos florestais.

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

Este objectivo, e apesar da quebra sofrida em 2004 (-18%), está fortemente influenciado pela execução de projectos inseridos noutros objectivos, onde se evidenciam o Mercado Municipal, e os projectos de urbanismo comercial realizados em Ourém e Fátima.



Fig. – Mercado Municipal de Ourém

Comunicações e Transportes

Este objectivo, tem vindo nos últimos anos a perder preponderância nas opções do plano da autarquia, impelido pelo facto deste concelho, já dispor de uma boa rede de infra-estruturas de redes viárias municipais. Desta forma, o ano de 2004, apresenta uma diminuição das despesas realizadas neste objectivo face ao ano de 2003 de 24%.

Reporte dos projectos realizados mais significativos:

- Beneficiação da E.M. (S. Sebastião – Moita Redonda);
- Beneficiação do C.M. 1043 – Casal da Bica;
- Beneficiação do C.M. 1013 (Resouro – Limite do Concelho);
- Beneficiação do C.M. 1036 – Casal Touro;



- Caminho Rural (Óbidos – Mossomodã).

Defesa do Meio Ambiente



Fig. – Parque Linear

A preponderância deste objectivo, registou um assinalável acréscimo no decurso de 2004 (257%), essencialmente dada a influência do Mercado Municipal e do Parque Linear.

Juntas de Freguesia

O presente objectivo, denota um decréscimo, que em termos absolutos será pouco significante.

Instalações Municipais

O ano de 2004, assinala um crescimento das despesas realizadas neste objectivo em cerca de 60%, em resultado da construção do Edifício Municipal em Freixianda e do Estaleiro Municipal.



Fig. – Edifício Municipal em Freixianda

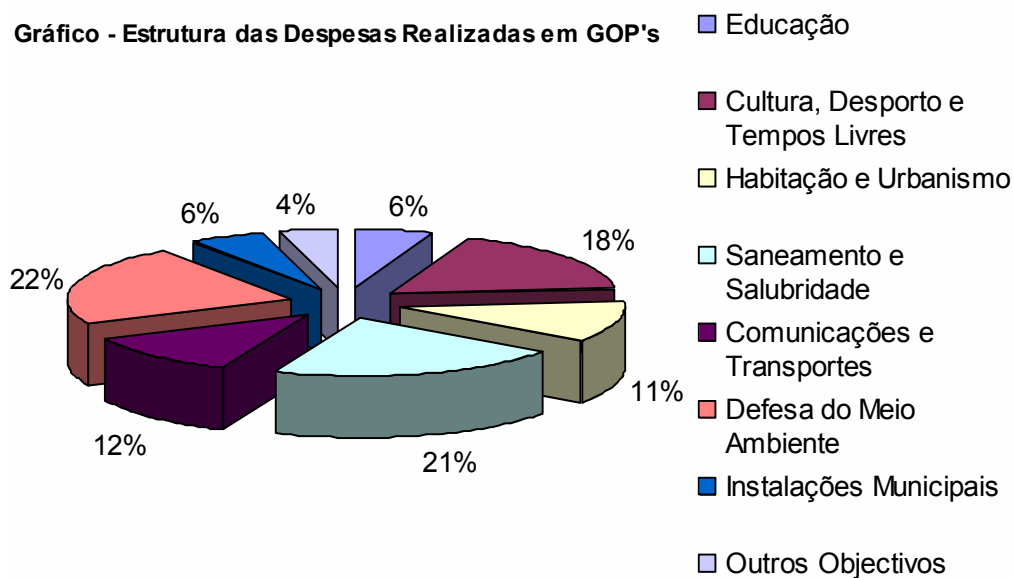


3.3.2 Estrutura das GOP's

Quadro - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's

Descrição	2004	Peso (%)
Educação	1.425.212,18	5,69
Cultura, Desporto e Tempos Livres	4.456.761,08	17,79
Ação Social	22.500,00	0,09
Habitação e Urbanismo	2.873.072,10	11,47
Saneamento e Salubridade	5.275.473,42	21,06
Protecção Civil	290.412,17	1,16
Desenvolvimento Econ. e Abast. Púb.	658.121,70	2,63
Comunicações e Transportes	3.017.066,68	12,05
Defesa do Meio Ambiente	5.529.373,41	22,08
Juntas de Freguesia	50.000,00	0,20
Instalações Municipais	1.448.392,50	5,78
Total	25.046.385,24	100,00

Gráfico - Estrutura das Despesas Realizadas em GOP's





Conforme decorre da leitura do gráfico acima exposto, a maior fatia das despesas realizadas em GOP's no ano de 2004, reporta-se aos objectivos de Defesa do Meio Ambiente, Saneamento e Salubridade e Cultura, Desporto e Tempos Livres, tendo um peso no cômputo total das despesas em GOP's de respectivamente 22%, 21% e 18%.

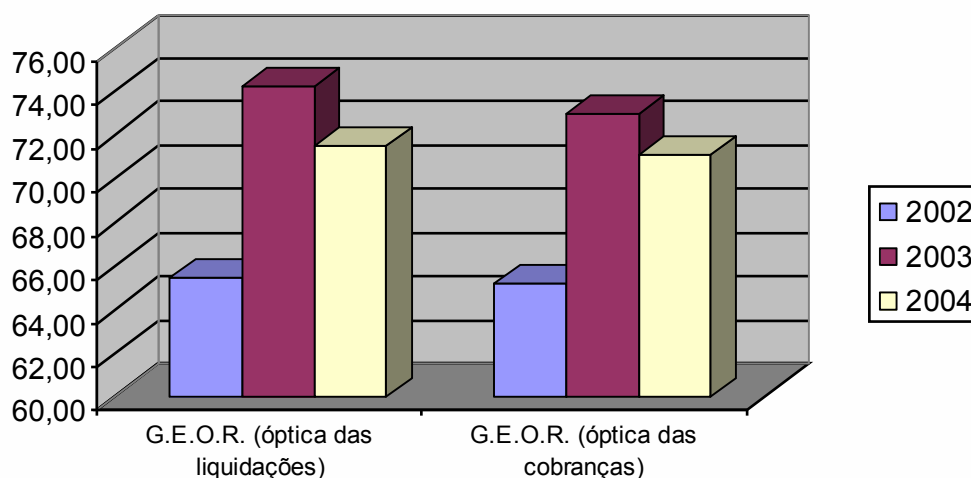
3.4 Evolução da execução orçamental

3.4.1 Orçamento da Receita

Quadro - Grau de Execução Orçamental da Receita

Descrição	Uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
G.E.O.R. (óptica das liquidações)	65,45	74,17	13,32	71,50	-3,60
Total de receitas liquidadas	22.354.008,67	25.753.234,56	15,21	26.392.622,68	2,48
G.E.O.R. (óptica das cobranças)	65,19	72,91	11,84	71,07	-2,52
Total de receitas cobradas liquidas	22.264.138,33	25.315.146,79	13,70	26.235.832,90	3,64
Total de Receitas Previstas	34.152.322,00	34.720.824,00	1,66	36.913.369,00	6,31

Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Receita





O grau de execução orçamental da receita, visa apurar a relação entre o valor de receita cobrada (óptica das cobranças), e da receita liquidada (óptica das liquidações) e o valor total previsto no orçamento da receita, num determinado ano económico.

Neste contexto, e em ambas as ópticas, o grau de execução orçamental da receita é superior a 71%, apesar de ter sofrido uma ligeira quebra no decurso de 2004, face aos valores ocorridos no ano de 2003.

Na óptica das receitas cobradas, a variação absoluta significou uma diminuição do grau de execução, em apenas 1,84 pontos percentuais.

3.4.2 Orçamento da Despesa

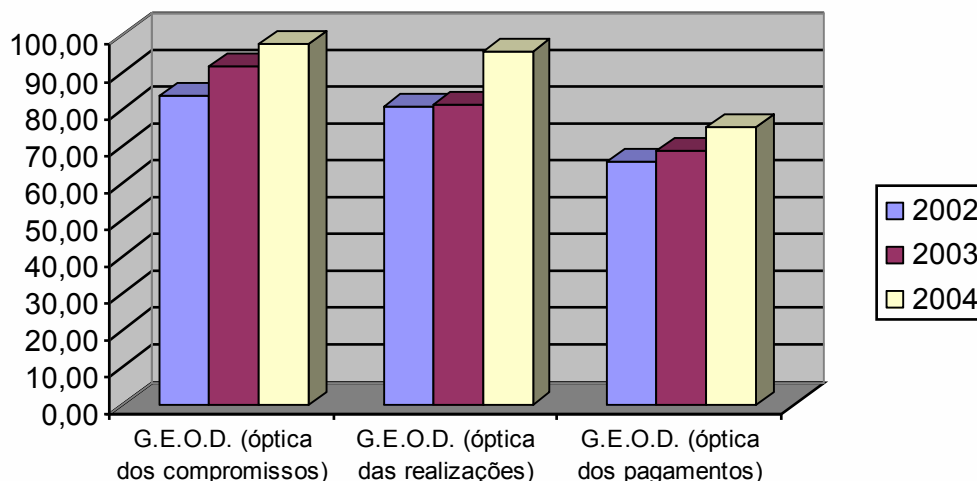
Quadro - Grau de Execução Orçamental da Despesa

Uni: Euro

Descrição	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
G.E.O.D. (óptica dos compromissos)	83,89	91,46	9,02	97,45	6,56
Total das despesas comprometidas	28.651.381,61	31.754.353,76	10,83	35.972.955,83	13,29
G.E.O.D. (óptica das realizações)	80,69	81,06	0,46	95,79	18,17
Total das despesas realizadas	27.555.939,88	28.143.001,65	2,13	35.358.144,85	25,64
G.E.O.D. (óptica dos pagamentos)	65,54	68,65	4,75	75,39	9,82
Total das despesas pagas	22.382.407,65	23.835.648,23	6,49	27.830.325,98	16,76
Total de Despesas Previstas	34.152.322,00	34.720.824,00	1,66	36.913.369,00	6,31



Gráfico - Grau de Execução do Orçamento da Despesa



O grau de execução orçamental da despesa, visa apurar a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto no orçamento da despesa, num determinado ano económico.

Os graus de execução referidos, assinalam uma melhoria significativa de todos os índices relacionados. Desta forma, na óptica dos pagamentos o grau de execução superou os 75%, apresentando uma variação absoluta em 6,74 pontos percentuais face ao ano anterior. Na óptica das realizações, as quais se devem entender pelas despesas realizadas, executaram-se aproximadamente 96% das despesas previstas em orçamento, valor deveras notável, presumindo-se mesmo, que o valor apresentado nunca tenha ocorrido em anteriores execuções orçamentais deste município.



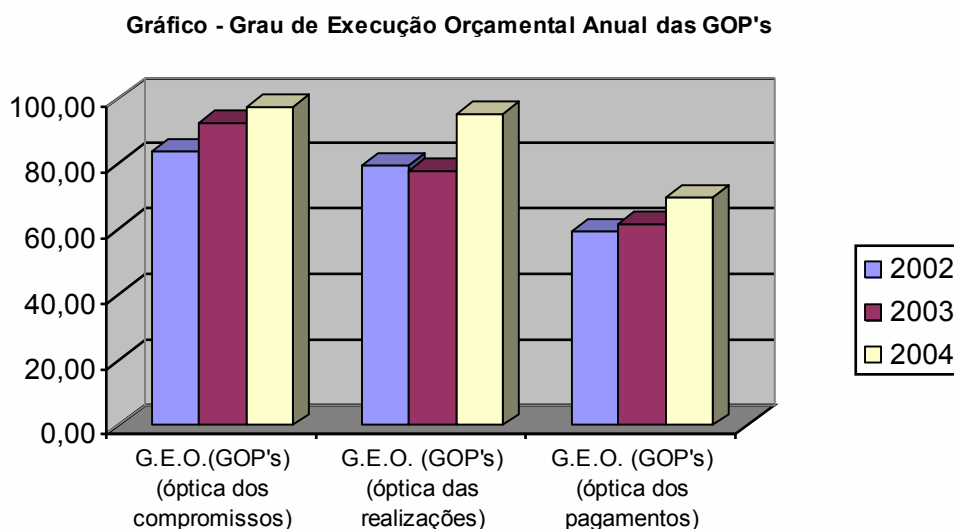
3.4.3 Grandes Opções do Plano

Quadro - Grau de Execução Orçamental Anual das GOP's

(inclui desagregação pelo PPI e AMR's)

Uni: Euro

Descrição	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
G.E.O.(GOP's) (óptica dos compromissos)	83,99	92,69	10,36	97,45	5,13
Total das despesas comprometidas	18.487.419,47	21.836.183,11	18,11	25.582.361,62	17,16
G.E.O. (GOP's) (óptica das realizações)	79,59	77,95	-2,05	95,41	22,39
Total das despesas realizadas	17.518.150,50	18.363.712,47	4,83	25.046.385,24	36,39
G.E.O. (GOP's) (óptica dos pagamentos)	59,70	61,74	3,42	69,94	13,28
Total das despesas pagas	13.140.249,95	14.543.365,22	10,68	18.359.066,57	26,24
Total de Despesas Previstas em GOP's	22.011.589,00	23.557.027,00	7,02	26.250.912,00	11,44
G.E.O.(PPI) (óptica dos compromissos)	82,67	92,41	11,79	97,06	5,03
Total das despesas comprometidas	14.335.919,79	16.203.105,03	13,02	19.675.670,52	21,43
G.E.O. (PPI) (óptica das realizações)	77,32	72,90	-5,72	94,59	29,76
Total das despesas realizadas	13.409.577,87	12.781.525,62	-4,68	19.175.969,15	50,03
G.E.O. (PPI) (óptica dos pagamentos)	54,67	56,51	3,36	63,59	12,53
Total das despesas pagas	9.481.539,39	9.908.062,24	4,50	12.891.414,94	30,11
Total de Despesas Previstas em PPI	17.341.884,00	17.533.280,00	1,10	20.271.725,00	15,62
G.E.O.(AMR's) (óptica dos compromissos)	88,90	93,51	5,19	98,79	5,64
Total das despesas comprometidas	4.151.499,68	5.633.078,08	35,69	5.906.691,10	4,86
G.E.O. (AMR's) (óptica das realizações)	87,98	92,67	5,33	98,18	5,95
Total das despesas realizadas	4.108.572,63	5.582.186,85	35,87	5.870.416,09	5,16
G.E.O. (AMR's) (óptica dos pagamentos)	78,35	76,95	-1,79	91,44	18,84
Total das despesas pagas	3.658.710,56	4.635.302,98	26,69	5.467.651,63	17,96
Total de Despesas Previstas em AMR's	4.669.705,00	6.023.747,00	29,00	5.979.187,00	-0,74



O nível de execução anual das GOP's (Grandes Opções do Plano), que inclui o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes), visa estabelecer a relação entre o valor da despesa comprometida (óptica dos compromissos), a despesa realizada (óptica das realizações) e da despesa paga (óptica dos pagamentos), e o total previsto, num determinado ano económico.

A análise do gráfico acima exposto, permite aferir que todos os índices relacionados com o grau de execução orçamental anual das GOP's, sofreram uma melhoria no decurso de 2004, face aos valores apurados em 2003. Assim, importa mencionar, que na óptica das realizações e na óptica dos pagamentos, o grau de execução orçamental anual das GOP's foi respectivamente de 95% e 70%.

No que concerne ao PPI, assinala-se a variação positiva ocorrida no grau de execução orçamental anual na óptica das realizações em aproximadamente 30%, significando esta em 2004, um grau de execução de 95%.



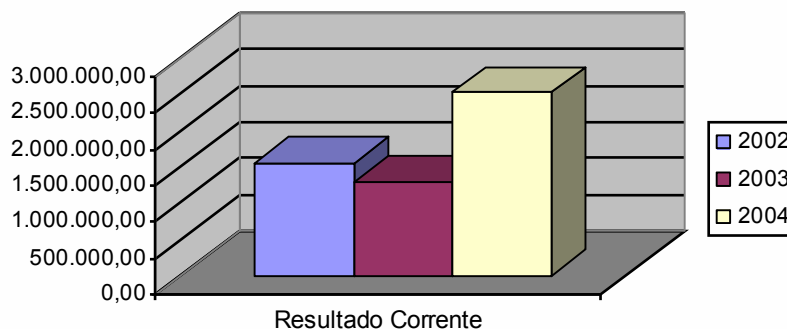
3.5 Evolução dos resultados orçamentais

3.5.1 Resultado corrente

Quadro - Evolução dos Resultados Correntes a preços correntes

Descrição	uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Receitas correntes liquidadas	14.031.601,77	14.883.064,14	6,07	16.043.838,06	7,80
Despesas correntes realizadas	12.480.161,74	13.593.264,77	8,92	13.521.036,87	-0,53
Resultado Corrente	1.551.440,03	1.289.799,37	-16,86	2.522.801,19	95,60
Nota Orçamental	poupança corrente	poupança corrente		poupança corrente	

Gráfico - Evolução dos Resultados Correntes



O ano de 2004, evidencia a exemplo dos anos anteriores, a ocorrência de poupança corrente, tendo esta sofrido um acentuado reforço, com o demonstra a variação positiva de 96% ocorrida, quando efectuada comparação com o ano de 2003. Este facto fica inevitavelmente influenciado pelo aumento em 8% ocorrido nas receitas correntes, e pela ligeiro decréscimo das despesas correntes (-0,5%).



Em suma a poupança corrente ocorrida, que se cifrou num valor ligeiramente superior a 2,5 milhões de euros, permitiu financiar a realização de despesas de capital.

3.5.2 Resultado orçamental

Quadro - Evolução dos Resultados Orçamentais a preços correntes

uni: Euro

Descrição	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total das Receitas Liquidadas	22.354.008,67	25.753.234,56	15,21	26.413.622,68	2,56
Total das Despesas Realizadas	27.555.939,88	28.143.737,08	2,13	39.456.635,31	40,20
Resultado Orçamental	-5.201.931,21	-2.390.502,52	-54,05	-13.043.012,63	445,62
Nota Orçamental	Défice Orçamental	Défice Orçamental		Défice Orçamental	
(%) Total da Receita	23,27	9,28	-60,11	49,38	431,98
(%) Total da Despesa	18,88	8,49	-55,01	33,06	289,18

O ano de 2004, regista um défice orçamental ligeiramente superior a 13 milhões de euros, e evidencia um agravamento do seu volume. Em termos de representatividade, o défice ocorrido significa 49 % do total da receita, sendo que 33% da despesa realizada, não dispõe de cobertura por parte da receita liquidada.

O facto acima disposto, resulta de um elevado volume de investimento e não de uma desequilibrada gestão corrente, veja-se o considerável volume de poupança corrente ocorrido. Desta forma, o reequilíbrio do orçamento municipal será facilmente obtido, através da aplicação de maiores limitações ao investimento no decurso de apenas um ano económico.



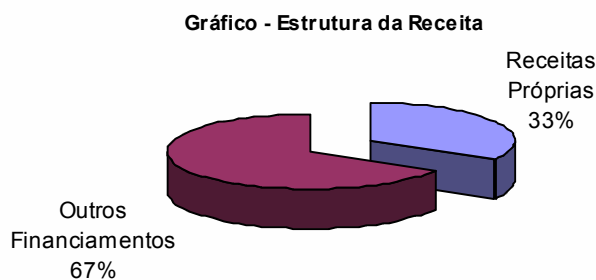
4. Fontes de Financiamento

4.1 Receitas Próprias

4.1.1 Estrutura das Receitas Próprias

São consideradas Receitas Próprias, aquelas que o município pode arrecadar, no termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

A análise destas receitas, permite aferir a capacidade da autarquia, em gerar localmente, recursos financeiros indispensáveis à prossecução da sua missão e dos objectivos propostos.

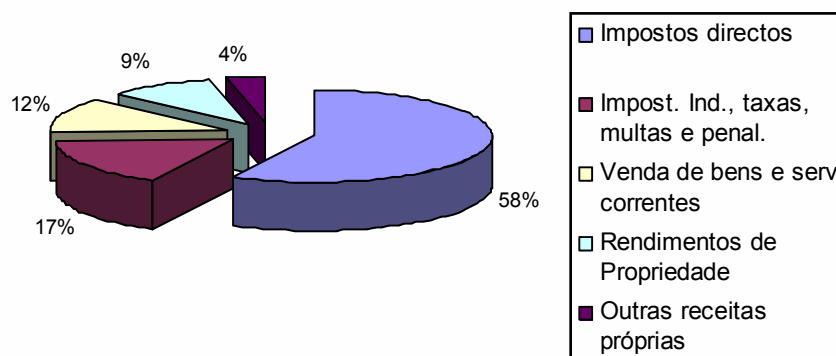


O gráfico acima apresentado, denota que as receitas próprias do município apenas representam 33% das receitas totais, indicando uma excessiva dependência da autarquia face a financiamentos externos. Note-se que a média nacional em 2002 no que concerne ao peso destas receitas foi de 41%, pelo que se poderá depreender, que os montantes praticados em impostos,



taxas e tarifas, estarão aquém dos valores praticados na média dos municípios portugueses.

Gráfico - Estrutura das Receitas Próprias



Os impostos directos onde se incluem o impostos sobre o património, são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, rondando os 58%, seguidos dos impostos indirectos, taxas, multas e outras penalidades, com cerca de 17% das mesmas.

As receitas resultantes da venda de bens e serviços e dos rendimentos de propriedade, têm respectivamente uma representatividade de 12% e 9%, no total das receitas próprias.

4.1.2 Evolução das Receitas Próprias

Quadro - Evolução das Receitas Próprias a preços correntes

uni: Euro

Receitas Próprias	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	7.572.565,66	7.899.530,30	4,32	8.807.654,50	11,50



Em 2004, as receitas próprias estimaram-se num valor próximo dos 8,8 milhões de euros, denunciando uma variação positiva em 11,5%, face ao volume verificado no ano anterior.

Este facto, deriva em grande medida, do acréscimo verificado nas receitas referentes a impostos directos e à venda de bens e serviços, e em particular nos volumes de cobrança respeitantes à tarifa de resíduos sólidos.

4.1.3 Indicadores

Quadro - Indicadores de Receitas Próprias

Indicadores	uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Receitas Próprias / Receita Total	0,34	0,31	-8,82	0,33	6,45
Receitas Próprias / Despesa Total	0,27	0,28	3,70	0,25	-10,71
Receitas Próprias por Km ²	18.181,43 €	18.966,46 €	4,32	21.146,83 €	11,50
Receitas Próprias <i>per capita</i>	163,85 €	170,93 €	4,32	190,58 €	11,50

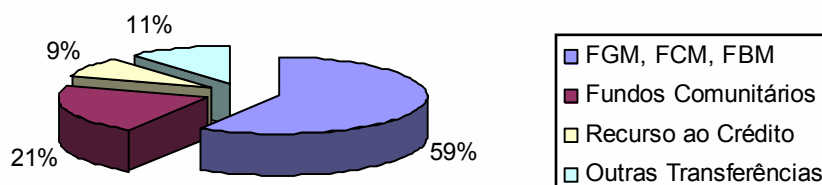
Através da análise dos indicadores acima expostos podemos verificar que as receitas próprias aumentaram a sua representatividade nas receitas totais em 6,5%. Pelo contrário, o grau de cobertura das despesas pelas receitas próprias, é agora de apenas 25%, indiciando um decréscimo de 11%, face ao valor ocorrido no anterior. As receitas próprias *per capita*, foram na ordem dos 190,58 euros, e por Km² de 21.146,83 euros.

4.2 Outros Financiamentos

4.2.1 Estrutura dos Outros Financiamentos



Gráfico - Estrutura dos Outros Financiamentos



Conforme resulta da leitura do gráfico apresentado, o maior recurso financeiro provém a título de participação do município nos impostos do Estado, com um peso de 59%.

As receitas provenientes dos fundos comunitários, constituem por ordem de grandeza, a segunda maior fatia, com um peso de 21%, representando assim mais de 1/5 da totalidade dos outros financiamentos.

O recurso ao crédito, ou seja, a utilização de empréstimos de médio e longo prazo, representaram 9% do total das receitas relativas a Outros Financiamentos.

4.2.2 Evolução dos Outros Financiamentos

Quadro - Evolução dos Outros Financiamentos a preços correntes

Outros Financiamentos	uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	14.781.443,01	17.853.704,26	20,78	17.605.968,18	-1,39



Os Outros Financiamentos manifestam um ligeiro decréscimo em aproximadamente -1%, sendo o volume total verificado em 2004, na ordem dos 17,6 milhões de euros.

A ocorrência mencionada, resulta essencialmente, da quebra de receitas relacionadas com os fundos comunitários.

4.2.3 Participação do Município nos Impostos do Estado

A participação dos município nos impostos do Estado, consubstancia-se no Fundo Geral Municipal (FGM), Fundo Coesão Municipal (FCM) e Fundo de Base Municipal (FBM).

O FGM é distribuído pelos municípios de acordo com os seguintes critérios:

- 40% na razão directa da população residente e da média diária de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e parques de campismo;
- 5% na razão directa da população residente com menos de 15 anos;
- 30% na razão directa da área ponderada por um factor relativo à amplitude altimétrica do município;
- 15% na razão directa do número de freguesias;
- 10% na razão directa do montante do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares cobrado aos sujeitos passivos residentes na área geográfica do município.

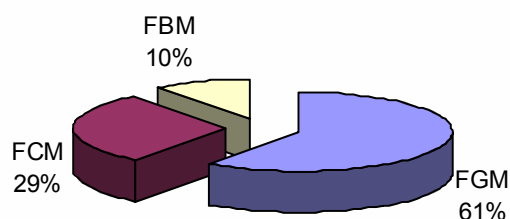
Relativamente ao FCM, que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, é distribuído com base nos Índices de Carência Fiscal (ICF), e de Desigualdade de Oportunidades (IDO). O FBM traduz uma repartição equitativa por município, tendo adjacentes a satisfação de



necessidades financeiras básicas, como as decorrentes do funcionamento das entidades.

4.2.3.1 Estrutura dos Fundos Municipais

Gráfico - Estrutura dos Fundos Municipais



O fundo municipal que financeiramente produz maior volume de receitas para o município é o FGM, que representa cerca de 61% do total dos três fundos. O FCM, que visa reforçar a coesão municipal, constitui 29% dos fundos municipais, cabendo os restantes 10% ao FBM.

4.2.3.2 Evolução dos Fundos Municipais

Quadro - Evolução dos Fundos Municipais a preços correntes

Descrição dos Fundos Municipais	uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
FGM	5.298.401,00	5.506.649,00	3,93	6.234.302,00	13,21
FCM	3.303.895,00	3.360.641,00	1,72	3.055.271,00	-9,09
FBM	993.085,00	1.028.836,00	3,60	1.078.295,00	4,81
Total	9.595.381,00	9.896.126,00	3,13	10.367.868,00	4,77



Ao nível evolutivo, o FGM registou um aumento de 13% e o FBM de aproximadamente 5%. Contudo, assinala-se a diminuição do FCM em -9%, facto que evidencia uma significativa aproximação à média nacional, dos índices de Carência Fiscal e de Desigualdade de Oportunidades. No cômputo geral, os fundos aumentaram 4,7%, face aos valores ocorridos no ano anterior.

4.2.4 Cooperação Técnica e Financeira

Nos termos do artigo 7º da LFL, não são permitidas quaisquer formas de subsídios ou participações financeiras aos municípios por parte do Estado. Não obstante, o mesmo artigo prevê também que, excepcionalmente, sejam inscritas no Orçamento de Estado, por ministério, verbas para o financiamento de projectos de autarquias locais de grande relevância para o desenvolvimento regional e local, quando se verifique a sua urgência e manifesta incapacidade financeira das autarquias para lhes fazer face.

Quadro - Evolução da Cooperação Técnica e Financeira a preços correntes

uni: Euro					
Cooperação Técnica e Financeira	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	0,00	619.500,00	--	862.241,88	39,18

Em 2004, verificou-se um aumento destas receitas em 39%, as quais resultaram de apoios advindos da Administração Central para a construção do Mercado Municipal, do Parque Linear e recuperação da Casa dos Magistrados.

4.2.5 Fundos Comunitários

O apoio da União Europeia a Portugal continuou a desenvolver-se em 2004, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), que abrange o período de 2000 a 2006.



Às autarquias locais cabe um papel decisivo na concretização dos objectivos definidos para Portugal no QCA III, em particular pela sua participação nos programas operacionais regionais (POR).

Quadro - Evolução dos Fundos Comunitários a preços correntes

uni: Euro

Fundos Comunitários	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	62.824,08	4.805.329,82	7548,87	3.762.830,00	-21,69

No decurso de 2004, ocorreu um decréscimo das receitas relativas a fundos comunitários em -22%. Todavia, importa mencionar que o peso relativo destas receitas no total dos outros financiamentos e no total das receitas foi respectivamente de 21% e 14%, pelo que se assinala o seu papel preponderante, no que concerne à disponibilização de recursos de financiamento indispensáveis para a realização de um vasto conjunto de infra-estruturas.

4.2.6 Endividamento Municipal

4.2.6.1 Curto Prazo

Em 2004, não se procedeu à utilização de qualquer tipo de empréstimo de curto prazo.



4.2.6.2 Médio e Longo Prazo

Quadro - Evolução do Financiamento reportado a Empréstimos de m.l.p a preços correntes

uni: Euro

Empréstimos de m.l.p	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	4.268.480,08	1.482.886,63	-65,26	1.521.144,37	2,58

Como se verifica no quadro acima exposto, o recurso a empréstimos de médio longo prazo aumentou 2,6% em 2004, face ao valor ocorrido no ano anterior. No entanto, a variação positiva absoluta apenas significa um montante na ordem dos 38 mil euros.

4.2.7 Indicadores

Quadro - Indicadores das Fontes de Financiamento

uni: Euro

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Outros Financ. / Receita Total	0,66	0,69	4,55	0,67	-2,90
Outros Financ. / Despesa Total	0,54	0,63	16,67	0,50	-20,63
Outros Financiamentos por Km ²	35.489,66 €	42.866,04 €	20,78	42.271,23 €	-1,39
Outros Financiamentos <i>per capita</i>	319,83 €	386,31 €	20,79	380,95 €	-1,39
Fundos Municipais / Receita Total	0,43	0,36	-16,28	0,39	8,33
Fundos Municipais / Despesa Total	0,45	0,35	-22,22	0,29	-17,14
Fundos Municipais por Km ²	23.038,13 €	23.760,21 €	3,13	24.892,84 €	4,77
Fundos Municipais <i>per capita</i>	207,62 €	214,13 €	3,14	224,34 €	4,77


Quadro - Indicadores das Fontes de Financiamento (continuação)

uni: Euro

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Coop. Técn. Financ. / Receita Total	0,00	0,02	--	0,03	50,00
Coop. Técn. Financ. / Despesa Total	0,00	0,02	--	0,02	0,00
Coop. Técn. Financeira por Km2	0,00 €	1.487,39 €	--	2.070,21 €	39,18
Coop. Técn. Financeira <i>per capita</i>	0,00 €	13,40 €	--	18,66 €	39,25
Fundos Comunitários / Receita Total	0,003	0,17	5566,67	0,14	-17,65
Fundos Comunitários / Despesa Total	0,002	0,17	8400,00	0,11	-35,29
Fundos Comunitários por Km2	150,84 €	11.537,41 €	7548,77	9.034,41 €	-21,69
Fundos Comunitários <i>per capita</i>	1,36 €	103,98 €	7545,59	81,42 €	-21,70
Empréstimos m.l.p. / Receita Total	0,19	0,05	-73,68	0,06	20,00
Empréstimos m.l.p / Despesa Total	0,15	0,05	-66,67	0,04	-20,00
Empréstimos m.l.p por Km2	10.248,45 €	3.560,35 €	-65,26	3.652,21 €	2,58
Empréstimos m.l.p <i>per capita</i>	92,36 €	32,09 €	-65,26	32,91 €	2,56

O quadro apresentado permite aferir, que o peso dos outros financiamentos no total da receita diminuiu aproximadamente 3%. As receitas resultantes dos outros financiamentos cobriram 50% das despesas totais realizadas em 2004. Os outros financiamentos *per capita*, foram na ordem dos 380,95 euros, e por Km² de 42.271,23 euros.

Em 2004, os fundos municipais representaram 39% do total das receitas e cobriram 29% das despesas totais realizadas. Destacam-se ainda os fundos comunitários, que apesar da quebra ocorrida, significaram em 2004, 14% do total das receitas, e financiaram 11% das despesas realizadas. O recurso ao crédito contribuiu para aproximadamente 6% das receitas totais, e suportou 4% das despesas realizadas.



5. Aplicação dos Recursos Financeiros

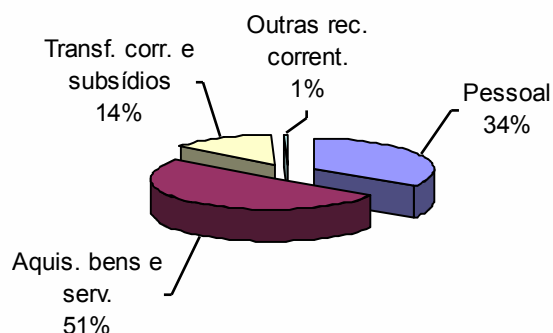
5.1 Despesas de Funcionamento

O conceito de despesas de funcionamento traduz as despesas consideradas como essenciais para o funcionamento da entidade coincidindo, quase na totalidade e na maioria das situações, com a despesa corrente. São para o efeito retirados os encargos financeiros com o serviço da dívida que constituem uma despesa de financiamento. De igual modo, não são consideradas neste grupo as despesas com a execução de projectos por administração directa, que, na prática são registadas por despesas correntes.

Assim sendo, as despesas de funcionamento consistem nas despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes e os subsídios, bem como aquelas que são registadas pela residual designada por “outras despesas correntes”.

5.1.1 Estrutura das despesas de funcionamento

Gráfico - Estrutura das Despesas de Funcionamento





Conforme decorre da leitura do gráfico apresentado, a maior fatia das despesas de funcionamento realizadas no decurso de 2004, reporta-se à aquisição de bens e serviços (51%). As despesas com pessoal e as despesas relativas às transferências correntes e subsídios, representam respectivamente 34% e 14% do total das despesas de funcionamento.

5.1.2 Evolução das despesas de funcionamento

Quadro - Evolução das Despesas de Funcionamento a preços correntes

uni: Euro

Outros Financiamentos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	11.986.128,52	13.118.169,68	9,44	13.159.814,17	0,32

As despesas de funcionamento sofreram um ligeiríssimo aumento de 0,3%, no entanto, e atendendo que o valor apresentado se encontra abaixo do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor), relativo ao mesmo período económico, conclui-se que a preços constantes, as despesas de funcionamento decresceram face às registadas em 2003.

5.1.3 Indicadores

Quadro - Indicadores das Despesas de Funcionamento

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Desp. Func. / Receitas Correntes	0,85	0,88	3,53	0,82	-6,82
Desp. Func. / Despesas Correntes	0,96	0,97	1,04	0,97	0,00
Desp. Func. / Despesas Totais	0,43	0,47	9,30	0,37	-21,28
Despesas de Funcionamento por Km ²	28.778,22 €	31.496,21 €	9,44	31.596,19 €	0,32
Despesas de Funcionamento <i>per capita</i>	259,35 €	283,84 €	9,44	284,75 €	0,32



A absorção das receitas correntes pelas despesas de funcionamento, registou uma quebra em aproximadamente 7%. No ano em análise, estas despesas representam 37% das despesas totais. As despesas de funcionamento *per capita*, foram na ordem dos 284,75 euros, e por Km² de 31.596,19 euros.

5.2 Despesas com pessoal

5.2.1 Evolução das despesas com pessoal

Quadro - Evolução das com Pessoal a preços correntes

uni: Euro

Despesas com Pessoal	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	4.624.731,70	4.424.571,36	-4,33	4.539.010,84	2,59

Estas despesas, sofreram um ligeiro acréscimo em aproximadamente 2,6%, facto que evidencia a contenção salarial ocorrida no decurso de 2004. Note-se no entanto, que o valor registado em 2004, é inferior ao valor ocorrido em 2002.

5.2.2 Indicadores

Quadro - Indicadores de Despesas com Pessoal

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Desp. Pessoal / Receitas Correntes	0,33	0,30	-9,09	0,28	-6,67
Desp. Pessoal / Despesas Correntes	0,37	0,33	-10,81	0,34	3,03
Desp. Pessoal / Despesas Totais	0,17	0,16	-5,88	0,13	-18,75
Despesas de Pessoal por Km2	11.103,80 €	10.623,22 €	-4,33	10.897,99 €	2,59
Despesas de Pessoal <i>per capita</i>	100,07 €	95,74 €	-4,33	98,21 €	2,58



As despesas com pessoal consumiram 28% das receitas correntes liquidadas, evidenciando uma quebra da absorção das receitas correntes pelas despesas com pessoal em aproximadamente -7%: A representatividade das despesas com pessoal no total das despesas correntes foi de 34%, e significando *per capita*, um valor na ordem dos 98,21 euros, e por Km² de 10.897,99 euros.

5.3 Aquisição de bens e serviços

5.3.1 Evolução das despesas relativas à aquisição de bens e serviços

Quadro - Evolução das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços a preços correntes

Despesas c/ Aquis. Bens e Serviços	uni: Euro				
	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	5.853.091,85	6.601.411,19	12,79	6.712.218,70	1,68

No que respeita às despesas com a aquisição de bens e serviços, denota-se um crescimento destas face ao ano anterior, em aproximadamente 1,7%. Porém, note-se que a variação detectada, é inferior ao IHPC ocorrido para o mesmo período económico, pelo que a preços constantes, a variação terá sido negativa.

Importa ainda mencionar, que o volume de despesas respeitantes à aquisição de bens e serviços, se encontra influenciado pelas execução de obras por administração directa, as quais incutem um aumento das despesas correntes, nomeadamente com a aquisição de matérias-primas e combustíveis, circunstância que influi não só uma sobreavaliação das despesas correntes verificadas, como também uma subavaliação do investimento realizado.



5.3.2 Indicadores

Quadro - Indicadores de Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Desp. Aquis. B.S. / Receitas Correntes	0,42	0,44	4,76	0,42	-4,55
Desp. Aquis. B.S. / Desp. Correntes	0,47	0,49	4,26	0,50	2,04
Desp. Aquis. B.S. / Despesas Totais	0,21	0,23	9,52	0,19	-17,39
Despesas c/Aquis. B.S. por Km ²	14.053,04 €	15.849,73 €	12,79	16.115,77 €	1,68
Despesas c/Aquis. B.S. <i>per capita</i>	126,65 €	142,84 €	12,78	145,24 €	1,68

Em 2004, 42% das receitas correntes foram afectas às despesas com a aquisição de bens e serviços. O peso destes consumos nas despesas correntes e nas despesas totais é respectivamente de 50% e 19%. As despesas de funcionamento *per capita*, foram de 145,24 euros, e por Km² de 16.115,77 euros.

5.4 Serviço da dívida

O serviço da dívida constitui uma despesa decorrente do financiamento da actividade municipal no desenvolvimento das suas atribuições, nomeadamente através do recurso a empréstimos de médio e longo prazo.

5.4.1 Evolução do serviço da dívida

Quadro - Evolução das Despesas com Serviço da Dívida a preços correntes

Serviço da Dívida	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	1.179.742,53	1.138.609,60	-3,49	1.499.300,66	31,68

uni: Euro



Estas despesas sofreram um aumento em aproximadamente 32%, o qual se deve ao término do período de carência da amortização de alguns dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos em anos anteriores.

5.4.2 Indicadores

Quadro - Indicadores de Despesas com Serviço da Dívida

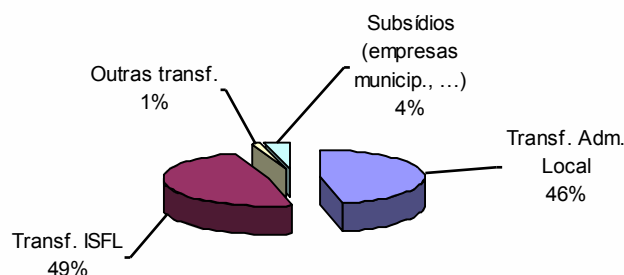
Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Serviço da Dívida / Receitas Totais	0,05	0,04	-20,00	0,06	50,00
Serviço da Dívida / Despesas Totais	0,04	0,04	0,00	0,04	0,00
Serviço da Dívida por Km ²	2.832,52 €	2.733,76 €	-3,49	3.599,76 €	31,68
Serviço da Dívida <i>per capita</i>	25,53 €	24,64 €	-3,49	32,44 €	31,66

O serviço da dívida representa 4% das despesas totais e absorve 6% do cômputo das receitas. As despesas com o serviço da dívida *per capita*, foram de 32,44 euros, e por Km² de 3.599,76 euros.

5.5 Apoios concedidos a terceiros

5.5.1 Estrutura dos apoios concedidos a terceiros

Gráfico - Estrutura dos apoios concedidos





Quase ½ (49%) dos apoios concedidos, são respeitantes a verbas cedidas a instituições sem fins lucrativos. Note-se ainda o peso relevante dos apoios concedidos à Administração Local (46%), e em particular para as Freguesias. No decurso de 2004, as empresas municipais absorveram através de subsídios aproximadamente 4% destas despesas.

5.5.2 Evolução dos apoios concedidos a terceiros

Quadro - Evolução dos apoios concedidos a terceiros a preços correntes

uni: Euro

Apoios Concedidos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	2.312.288,57	2.965.862,20	28,27	3.166.291,73	6,76

No decurso de 2004, os apoios concedidos a terceiros foram na ordem dos 3,2 milhões de euros, os quais significaram um aumento na ordem dos 7%, face ao valor verificado no ano anterior.

5.5.3 Indicadores

Quadro - Indicadores dos apoios concedidos a terceiros

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Apoios concedidos / Receitas Totais	0,10	0,09	-10,00	0,12	33,33
Apoios concedidos / Despesas Totais	0,08	0,11	37,50	0,09	-18,18
Apoios concedidos por Km ²	5.551,71 €	7.120,92 €	28,27	7.602,14 €	6,76
Apoios concedidos <i>per capita</i>	50,03 €	64,17 €	28,26	68,51 €	6,76

Os apoios concedidos afectam cerca de 12% das receitas totais, significam 9% do somatório das despesas realizadas e uma capitação de 68,51 euros.



5.6 Investimento Municipal

5.6.1 Investimento directo

5.6.1.1 Evolução do investimento directo

Quadro - Evolução do Investimento Directo Municipal a preços correntes

uni: Euro

Investimento Directo Municipal	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	13.409.577,87	12.781.525,62	-4,68	19.175.969,15	50,03

O período em análise, evidencia um assinalável aumento do investimento directo municipal (50%), cujo montante realizado ascendeu a um valor próximo dos 19,2 milhões de euros.

5.6.1.2 Indicadores

Quadro - Indicadores do Investimento Directo Municipal

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Investimento Directo / Receitas Totais	0,60	0,50	-16,67	0,73	46,00
Investimento Directo / Despesas Totais	0,49	0,45	-8,16	0,54	20,00
Investimento Directo por Km ²	32.195,87 €	30.687,94 €	-4,68	46.040,74 €	50,03
Investimento Directo <i>per capita</i>	290,15 €	276,56 €	-4,68	414,92 €	50,03

Em 2004, os investimento directo realizado absorveu 73% das receitas correntes e significou 54% das despesas totais. Os volume de investimentos directos *per capita*, foram de 414,92 euros, e por Km² de 46.040,74 euros.



5.6.2 Investimento total (directo e indirecto)

Nesta análise considerar-se-á com investimento do município não só os investimentos por este realizado, denominado por investimento directo, mas também o investimento realizado por terceiros, mas que é financiado por transferências de capital, apenas na proporção do montante suportado pelo município.

5.6.2.1 Evolução do investimento total

Quadro - Evolução do Investimento Total Municipal (directo e indirecto) a preços correntes

uni: Euro

Investimento Total Municipal	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	14.342.567,78	13.884.269,35	-3,20	20.516.356,02	47,77

5.6.2.2 Indicadores

Quadro - Indicadores do Investimento Total Municipal (Directo e Indirecto)

Indicadores	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Investimento Total / Receitas Totais	0,64	0,54	-15,63	0,78	44,44
Investimento Total / Despesas Totais	0,52	0,49	-5,77	0,58	18,37
Investimento Total por Km ²	34.435,94 €	33.335,58 €	-3,20	49.258,96 €	47,77
Investimento Total <i>per capita</i>	310,33 €	300,42 €	-3,19	443,92 €	47,77

A absorção das receitas totais pelas despesas de investimento total, registou uma acréscimo em aproximadamente 44%. No ano em análise, estas despesas



representam 58% das despesas totais. A capitação das despesas de investimento municipal total, foi na ordem dos 443,92 euros, e por Km² de 49.258,96 euros.

5.6.3 O investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

Quadro - Investimento municipal e as suas principais fontes de financiamento

uni: Euro

Designação	2002	Peso (%)	2003	Peso (%)	2004	Peso (%)
Investimento Total a)	14.342.567,78	--	13.884.269,35	--	20.516.356,02	--
Receitas de Capital (1)	8.322.406,90	84,29	10.870.170,42	89,39	10.369.784,62	80,43
Venda de Bens de Investimento	130.184,23	1,32	38.777,56	0,32	73.098,56	0,57
Participação nos Impostos do Estado (Capital)	3.838.152,00	38,87	3.958.450,00	32,55	4.147.147,00	32,17
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	619.500,00	5,09	862.241,88	6,69
Fundos Comunitários (Capital)	49.380,53	0,50	4.749.983,99	39,06	3.723.697,87	28,88
Outras Transferências de Capital	24.960,41	0,25	0,00	0,00	42.454,94	0,33
Recurso ao Crédito	4.268.480,08	43,23	1.482.886,63	12,19	1.521.144,37	11,80
Outras Receitas de Capital	11.249,65	0,11	20.572,24	0,17	0,00	0,00
Poupança Corrente (2)	1.551.440,03	15,71	1.289.799,37	10,61	2.522.801,19	19,57
Total das Fontes de Financiamento (b)	9.873.846,93	100,00	12.159.969,79	100,00	12.892.585,81	100,00
Fontes de Financiamento / Investimento	0,69	--	0,88	--	0,63	--
(Fontes de Financ. - Investimento Total)	-4.468.720,85		-1.724.299,56		-7.623.770,21	

a) Investimento directo e indirecto

b) (1) + (2)



Através da análise efectuada ao quadro apresentado, tem-se facilmente a percepção de que as fontes de financiamento não cobrem a totalidade das despesas de investimento efectuadas.

Desta forma, o ano de 2004, denota uma cobertura de apenas 64% das despesas de investimento por relação às fontes de financiamento, valor que significa um défice de financiamento do investimento realizado na ordem dos 7,6 milhões de euros.

Este facto apenas foi minimizado, dada a verificação e reforço da denominada “Regra de Ouro”, no que concerne à gestão orçamental, a qual estabelece que as despesas correntes devem ser financiadas por receitas correntes e nunca por receitas de capital. Veja-se a ocorrência em 2004, e a exemplo dos anos anteriores, de um volume de poupança corrente superior a 2,5 milhões de euros, o qual permite não só exponenciar o investimento, mas também atenuar o saldo negativo que tende a verificar-se.

6. Cumprimentos legais na despesa

6.1 Cumprimento dos limites legais das despesas municipais com pessoal

As despesas municipais com pessoal são limitadas, pelas disposições constantes no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84 de 6 de Abril, na redacção dada pela Lei n.º 44/85 de 13 de Setembro. Tais limites reportam-se a despesas com pessoal do quadro, que não podem anualmente exceder 60% das receitas correntes do ano anterior e a despesas com pessoal em qualquer outra situação, que não podem ultrapassar 25% do anterior limite.



Conforme definido pelo SATAPOCAL, e por observação ao classificador das receitas e despesas públicas definido pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, relevam para o limite as despesas pagas pelo subagrupamento 01.01 – Remunerações certas e permanentes, ignorando-se então as despesas pagas pelos subagrupamentos 01.02 – Abonos variáveis ou eventuais e 01.03 – Segurança social

6.1.1 Limite dos encargos com pessoal do quadro

Uni: Euro

Designação	Valor
60 % das Receitas Correntes do ano anterior	8.685.537,64
Despesas com pessoal do quadro	2.934.452,68
Capacidade de despesas com pessoal do quadro utilizada (%)	33,79
Capacidade de despesas com pessoal do quadro por utilizar (%)	66,21

Conforme disposto no quadro acima apresentado, a autarquia apenas utiliza aproximadamente 34 % dos limites legais definidos para despesas com pessoal.

6.1.2 Limites dos encargos com pessoal fora do quadro

Uni: Euro

Designação	Valor
25 % dos limites definidos para despesas com pessoal do quadro	2.171.384,41
Despesas com pessoal em qualquer outra situação	398.033,10
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação utilizada (%)	18,33
Capacidade de despesas com pessoal em qualquer outra situação por utilizar (%)	81,67



O quadro evidencia, que no decurso do ano económico, apenas se utilizou 18% da capacidade relacionada com as despesas com pessoal em qualquer outra situação.

6.2 Cumprimento ao limite da capacidade de endividamento

O limite da capacidade de endividamento dos Municípios esta prevista na Lei n.º 42/98 (Lei das Finanças Locais), nomeadamente por consideração ao definido no ponto 3 do artigo 24º da referida Lei.

No entanto, e com o objectivo de se alcançarem os objectivos propostos pelo pacto de estabilidade e crescimento, o Orçamento de Estado para 2004, aprovado pela Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro (LOE/2004) impôs para o mencionado ano económico, e a exemplo do já ocorrido no Orçamento de Estado de 2003, limitações ao endividamento municipal, designadamente onde se estipula que o montante global do endividamento líquido do conjunto dos municípios, incluindo todas as formas de dívida, não poderia exceder o que existia em 31 de Dezembro de 2003.

Note-se que os limites definidos na Lei 107-B/2003 suspendem os limites previstos na Lei das Finanças Locais, por aplicação de uma redução destes em 50%.

Como se verifica no quadro apresentado na página seguinte, a autarquia utilizou cerca de 95% da capacidade de endividamento disponível (em consonância com a definição estabelecida na Lei das Finanças Locais), ou seja, da capacidade legal de recurso a empréstimos de médio e longo prazo.



Note-se que caso não ocorresse a suspensão dos limites definidos na LFL, pela LOE/2004, a autarquia apenas teria utilizado 47% da sua capacidade de endividamento.

CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO (CE)		
CE = (C + F - D - E - G - H) / (Maior dos limites (A ou B)) * 100		
A	12,5% fundos municipais atribuídos ao município em 2004	€ 1.295.983,63
B	10% do investimento pago em 2003 pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município, em relação a estes dois tipos de entidades	€ 1.081.360,72
C	Juros de todos os empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2004 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	€ 353.896,45
D	Juros dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento (1)	€ 80.673,40
E	Juros dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2004 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	€ 0,00
F	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2004 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente à participação do município	€ 1.140.970,32
G	Amortizações dos empréstimos que não entram para o cálculo da capacidade de endividamento (1)	€ 186.692,29
H	Amortizações dos empréstimos de médio e longo prazos (incluindo dos empréstimos obrigacionistas) previstos no orçamento para 2004 - a pagar pelo município, pelas associações de municípios em que participa e ainda por empresas públicas municipais, na parte correspondente ao município, relativos a empréstimos efectuados para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004	€ 0,00
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO UTILIZADA (%)		94,72
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO POR UTILIZAR (%)		5,28

(1) Em consonância com as disposições legais em vigor



7. Análise Económico-Financeira

7.1 Análise da Situação Económica

7.1.1 Condições Económicas

MAPA DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Designações	Exercícios	
	2003	2004
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira ^(a)	47,13%	18,63%
1.2 Económica ^(a)	11,91%	6,70%
1.3 Vendas	--	--
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Fundos Próprios	0,35	0,17
2.2 Alavancagem	0,45	0,23
2.3 Rendibilidade dos Capitais Totais	0,32	0,16
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,013	0,015
3.2 Rotação do Activo Corrente	0,25	2,26
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,14	0,015
4. Gestão		
4.1 de Matérias	17,99	10,58
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	18,41	1,40
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	88,94	109,19

(a) Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E. no total dos Fundos Próprios

Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.



Os rácios apresentados apresentam valores bastante significativos, porém a sua interpretação deverá ser efectuada com algumas reservas, uma vez que o valor do activo se encontra aquém do valor real pelos motivos já explicitados nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Importa ainda mencionar, que as taxas de amortização previstas no CIBE, estão definidas por consideração à óptica da natureza económica e não por relação à óptica de natureza fiscal, facto que induz períodos de amortização significativamente prolongados e consequentemente custos de amortizações expressivamente reduzidos, induzindo a obtenção de um volume do R.L.E. consideravelmente positivo.

Ambos os parâmetros de rendibilidade denotam uma quebra, estritamente relacionada à diminuição do volume do R.L.E face ao valor obtido no ano transacto, bem como a um notório aumento do activo e dos fundos próprios.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos capitais próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este rácio registou uma redução em 0,18 pontos, directamente relacionada com o manifesto aumento ocorrido nos fundos próprios em 2004.

A alavancagem designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por referência a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2004 (2,78) , que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, manifestando este indicador um valor marcadamente positivo, pese embora registre uma diminuição em 1,18 pontos face ao grau obtido em 2003.



rotações

A autarquia apresenta valores significativamente modestos, no que concerne à rotação do activo, no entanto, será conveniente mencionar, que os rácios em causa sofrem a influência do volume de vendas ocorrido, variável esta que não é preponderante no desenvolvimento da actividade do Município.

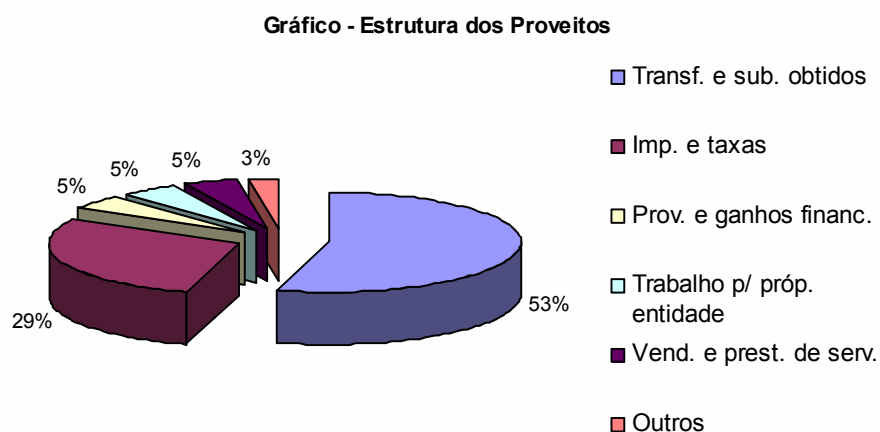
Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista uma diminuição em aproximadamente 17 dias, face ao prazo denotado no ano anterior.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c, indica um agravamento em aproximadamente 20 dias, facto que resulta num prazo médio no decurso do ano económico de 2004, de 109 dias.

7.1.2 Proveitos

7.1.2.1 Estrutura dos proveitos





A estrutura dos proveitos demonstra que 53% destes resultam de transferências e subsídios obtidos, onde assumem relevo preponderante as transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento de Estado. Os impostos e taxas representam 29 % dos proveitos totais. Com peso idêntico (5%), surgem os proveitos e ganhos financeiros, os trabalhos para a própria entidade e as vendas e prestações de serviços.

7.1.2.2 Evolução dos proveitos

Quadro - Evolução dos Proveitos a preços correntes

uni: Euro

Proveitos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Vendas e prestações de serviços	827.597,75	558.473,05	-32,52	974.194,19	74,44
Vendas	62.481,61	50.852,63	-18,61	43.568,30	-14,32
Prestação de serviços	765.116,14	507.620,42	-33,65	930.625,89	83,33
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	29.060,37	31.210,74	7,40	28.979,62	-7,15
Saneamento - Tarifa de Ligação	0,00	87.092,15	--	82.207,66	-5,61
Resíduos Sólidos	157.363,61	227.151,79	44,35	711.135,68	213,07
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	0,00	9.870,62	--	15.865,98	60,74
Trabalho por conta de particulares	556.721,88	122.861,32	-77,93	60.416,67	-50,83
Cemitérios	14.131,20	17.125,80	21,19	22.274,00	30,06
Parques de Estacionamento	7.392,83	12.097,39	63,64	9.273,73	-23,34
Outros	442,57	210,61	-52,41	472,55	124,37
Impostos e taxas	5.297.229,74	5.699.073,91	7,59	6.182.780,23	8,49
Impostos directos	4.615.094,68	4.461.435,53	-3,33	4.746.100,58	6,38
Imposto municipal sobre imóveis	1.762.563,18	1.961.697,18	11,30	1.913.299,05	-2,47
Impostos municipal sobre veículos	382.352,35	357.824,69	-6,41	394.192,02	10,16
Imposto municipal sobre transmissões	1.577.060,96	1.254.002,88	-20,48	992.552,18	-20,85



Quadro - Evolução dos Proveitos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Proveitos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Derrama	947.118,09	887.910,78	-6,25	1.150.971,69	29,63
Impostos abolidos	0,00	0,00	--	295.085,64	--
Impostos indirectos e taxas	682.135,06	1.237.638,38	81,44	1.439.511,51	16,31
Mercados e feiras	95.231,93	82.701,39	-13,16	95.025,54	14,90
Loteamentos e obras	518.246,80	955.628,08	84,40	1.213.820,71	27,02
Ocupação da via pública	0,00	3.307,19	--	2.531,36	-23,46
Publicidade	17.067,88	22.206,68	30,11	41.411,88	86,48
Outros	51.588,45	173.795,04	236,89	86.722,02	-50,10
Proveitos Suplementares	151.529,70	76.691,01	-49,39	218.774,20	185,27
Transferências e subsídios obtidos	10.502.713,28	11.001.604,64	4,75	11.725.134,24	6,58
Trabalho para a própria entidade	0,00	2.171.850,93	--	1.042.844,58	-51,98
Proveitos e ganhos financeiros	1.134.523,80	1.052.968,97	-7,19	1.098.650,83	4,34
Juros obtidos	17.348,13	31.625,43	82,30	26.420,08	-16,46
Ganhos em entidades participadas	7.460,34	7.017,95	-5,93	3.059,78	-56,40
Rendimentos de imóveis	1.109.715,33	1.014.075,59	-8,62	1.069.170,97	5,43
Proveitos e ganhos extraordinários	242.285,88	270.790,51	11,76	336.286,27	24,19
Ganhos em immobilizações	124.112,11	24.049,88	-80,62	591,23	-97,54
Benefícios de penalidades contratuais	116.924,12	76.989,31	-34,15	61.779,95	-19,76
Transferências de capital	0,00	165.489,44	--	267.611,94	61,71
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.249,65	4.261,88	241,05	6.303,15	--
Total	18.155.880,15	20.831.453,02	14,74	21.578.664,54	3,59



Os proveitos totais evidenciam um aumento em aproximadamente 3,6%, essencialmente por influência do acréscimo ocorrido nos proveitos relativos às vendas e prestações de serviços (74%), e em particular pelo aumento verificado nos proveitos respeitantes à tarifa de resíduos sólidos urbanos (213%).

Os proveitos com impostos e taxas aumentaram 8,5%, onde se destaca a variação positiva registada na derrama (30%) no imposto municipal sobre veículos (10%), loteamentos e obras e publicidade (27%), ao invés do decréscimo verificado no imposto municipal sobre imóveis (-2,5%) e no imposto municipal sobre transmissões (-21%).

A diminuição dos proveitos reportados aos trabalhos para a própria entidade, deve-se essencialmente a uma diminuição na execução de obras de investimento por administração directa, ou mesmo, à externalização de algumas actividades para as empresas municipais.

O aumento verificado nos proveitos e ganhos financeiros, deve-se a um incremento ocorrido nos rendimentos de imóveis ligeiramente superior a 5%.

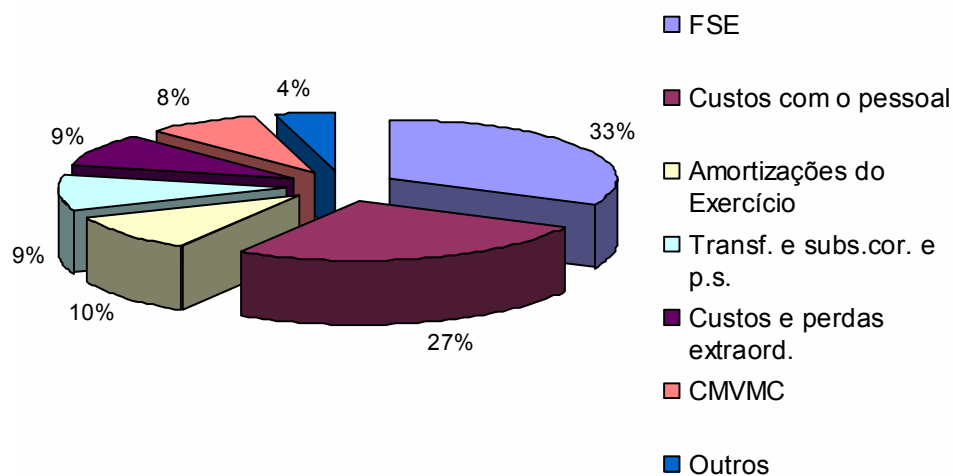
Denote-se ainda o crescimento dos proveitos e ganhos extraordinários, o qual se relaciona pela transferência de parte do volume registado em proveitos diferidos para proveitos do exercício.

7.1.3 Custos

7.1.3.1 Estrutura dos custos



Gráfico - Estrutura dos Proveitos



Com o peso mais preponderante na estrutura dos custos, surgem os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, os quais representam respectivamente 33% e 27% dos custos totais.

Realce-se ainda o peso na estrutura dos custos relativos às amortizações (10%) às transferências e subsídios correntes e prestações sociais (9%), bem como os custos e perdas extraordinários (9%), onde assumem particular relevo as transferências de capital concedidas.

7.1.3.2 Evolução dos custos



Quadro - Evolução dos Custos a preços correntes

uni: Euro

Custos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Custo das merc. vend. e mat. cons.	0,00	1.046.869,46	--	1.362.157,20	30,12
Fornecimentos e Serviços Externos	5.242.149,39	5.276.076,41	0,65	5.517.538,57	4,58
Electricidade	814.072,07	789.443,98	-3,03	839.952,47	6,40
Combustíveis	192.980,52	209.459,70	8,54	232.610,79	11,05
Água	48.250,79	40.199,88	-16,69	45.604,64	13,44
Material de Escritório	74.008,09	67.048,67	-9,40	74.052,22	10,45
Rendas e Alugueres	320.598,97	153.790,21	-52,03	179.078,74	16,44
Comunicação	93.097,05	88.463,22	-4,98	85.637,72	-3,19
Seguros	88.015,29	39.659,18	-54,94	56.612,16	42,75
Deslocações e Estadas	33.009,26	37.956,64	14,99	23.923,53	-36,97
Honorários	191.004,65	68.372,02	-64,20	68.208,32	-0,24
Conservação e reparação	281.548,90	250.469,47	-11,04	288.501,60	15,18
Limpeza, Higiene e Conforto	20.554,42	31.337,96	52,46	55.142,38	75,96
Vigilância e Segurança	10.611,23	33.306,41	213,88	46.686,21	40,17
Trabalhos Especializados	158.683,05	253.388,05	59,68	369.440,19	45,80
Material de Educação, Cultura e Recreio	0,00	436,02	--	44.992,97	10.219,02
Edições e Publicações Periódicas Municipais	--	88.512,84	--	81.321,50	-8,12
Exploração e Manutenção de ETAR's	--	192.175,69	--	238.858,19	24,29
Encargos de Cobrança	91.731,08	77.269,58	-15,77	95.844,73	24,04
Recolha, Transporte e Tratamento de RSU's	1.069.023,42	1.393.119,65	30,32	1.325.846,24	-4,83
Transportes Escolares	638.895,52	622.150,00	-2,62	621.953,61	-0,03
Manutenção de espaços verdes	94.326,96	90.275,20	-4,30	169.080,03	87,29
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	1.214.718,64	749.242,04	-38,32	574.190,33	-23,36
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	1.497.897,83	1.708.263,16	14,04	1.634.751,18	-4,30
Transferências Correntes Conced.	1.491.822,16	1.708.263,16	14,51	1.531.709,53	-10,34
Freguesias	857.510,98	784.924,73	-8,46	657.841,39	-8,73
Associações de Municípios				58.530,51	



Quadro - Evolução dos Custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Instituições s/fins lucrativos	630.320,78	918.604,43	45,74	783.244,25	-14,74
Famílias	3.990,40	4.134,00	3,60	2.922,80	-29,30
Outras transferências correntes concedidas	0,00	600,00	--	29.170,58	4761,76
Subsídios Correntes Concedidos	6057,67,00	0,00	-100,00	103.041,65	--
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	6.057,67	0,00	-100,00	103.041,65	--
Custos com o Pessoal	4.533.865,26	4.374.174,79	--	4.572.836,67	4,54
Remuneração dos membros dos órgãos autárquicos	235.646,67	233.071,72	-1,09	209.077,85	-10,29
Remunerações do pessoal	3.499.535,75	3.393.227,81	-3,04	3.580.435,89	5,52
Pensões	45.610,38	28.644,96	-37,20	21.779,20	-23,97
Encargos sobre remunerações	369.179,45	346.326,10	-6,19	384.209,54	10,94
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	99.229,13	140.656,20	41,75	113.206,13	-19,52
Outros custos com pessoal	284.663,88	232.248,00	-18,41	264.128,06	13,73
Outros custos e perdas operacionais	1.517,46	7.057,61	365,09	7.504,68	6,33
Amortizações do exercício	1.537.774,02	1.692.527,14	10,06	1.807.146,94	6,77
Provisões do Exercício	0,00	0,00	-	262.413,81	--
Custos e perdas financeiros	501.883,33	475.404,00	-5,28	449.001,46	-5,55
Juros suportados - Empréstimos Bancários de médio longo prazo	501.762,03	474.983,14	-5,34	439.730,09	-7,42
Outros custos e perdas financeiros	121,30	420,86	246,96	9.271,37	2102,96
Custos e Perdas Extraordinários	1.225.772,83	1.111.207,42	-9,35	1.600.063,17	43,99
Transf. de capital concedidas	1.012.358,40	901.089,32	-10,99	1.206.115,89	33,85
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	0,00	0,00	--	20.700,00	--
Freguesias	197.153,91	146.329,65	-25,78	710.359,87	393,92
Associações de Municípios				12.390,35	



Quadro - Evolução dos Custos a preços correntes (continuação)

uni: Euro

Custos	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Instituições s/fins lucrativos	811.795,06	744.076,89	-8,34	445.502,33	-40,13
Outras transferências de capital concedidas	3.409,43	10.682,78	213,33	17.163,34	60,66
Outros custos e perdas extraord.	213.414,43	210.118,10	-1,54	393.947,28	87,49
Total	14.540.860,12	15.691.579,99	7,91	17.213.413,68	9,70
Total (s/amortizações)	13.003.086,10	13.999.052,85	7,66	15.406.266,74	10,05

Os custos totais apresentam um aumento em aproximadamente 10%, significando em volume monetário, um valor na ordem dos 17,2 milhões de euros.

Os fornecimentos e serviços externos, denotam um aumento em 4,6%. Considerando que o IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor), relativo ao ano económico de 2004 foi de 2,5%, deduz-se que este custos registaram um aumento real na ordem dos 2,1%.

No lado dos acréscimos dos custos mencionados no parágrafo anterior surgem por exemplo, os custos com electricidade (6,4%), combustíveis (11%), água (13%), material de escritório (10%), rendas e alugueres (16%), seguros (43%), conservação e reparação (15%), limpeza higiene e conforto (76%), vigilância e segurança (40%), trabalhos especializados (46%) e a manutenção de espaços verdes (87%). Estes aumentos devem-se por um lado a um aumento das infra-estruturas disponíveis e sob as quais impelem novos custos de exploração, bem como a um crescente recurso a outsourcing's ou outras formas de externalização de serviços públicos, nomeadamente através das empresas municipais.

No âmbito dos fornecimentos e serviços externos, há ainda a registar uma diminuição dos custos com comunicação (-3,2%), deslocações e estadas



(-37%), edições e publicações periódicas municipais (- 8%) e recolha, transporte e tratamento de resíduos sólidos (-5%).

Os custos com transferências e subsídios correntes apresentam um decréscimo em -4,3%, onde se evidencia uma diminuição dos apoios correntes concedidos às instituições sem fins lucrativos em aproximadamente -15%. Ao invés, os custos relacionados com os apoios de capital concedidos, assinalam um crescimento na ordem dos 34%, assumindo particular relevo, o expressivo aumento dos apoios de capital concedidos às freguesias.

A variação dos custos com pessoal manifestam uma variação positiva em 4,5%, face ao valor registado em 2003, sendo de destacar, o movimento inverso ocorrido nos custos relacionados com seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais em aproximadamente -20%.

No período em análise, os custos e perdas financeiras registam uma diminuição na ordem dos -5,6%, como consequência do decréscimo ocorrido nos custos relacionados com os juros de empréstimos bancários de médio e longo prazo (-7,4%).

7.1.4 Resultados

7.1.4.1 Resultado operacional

Quadro - Evolução do Resultado Operacional a preços correntes

uni: Euro

Resultado Operacional	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	3.965.862,73	5.402.724,97	36,23	4.979.378,39	-7,84



O resultado operacional apresentou uma diminuição em aproximadamente -7,8%. No entanto, este valor apresenta-se ainda consideravelmente positivo, atingindo praticamente os 5 milhões de euros, mas sendo necessário reforçar a afectação do resultado alcançado, decorrente da aplicação de amortizações aquém do valor real, como consequência de inúmeros bens do imobilizado, que ainda não integram o Inventário Municipal.

Ao referido importa ainda mencionar que as taxas de amortização definidas no CIBE, respeitam a critério de natureza económica e não de natureza fiscal como ocorre no Decreto Regulamentar n.º 92/90 de 12 de Janeiro, que regulamenta as taxas de amortização a aplicar nas entidades sujeitas ao POC.

7.1.4.2 Resultado financeiro

Quadro - Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Financeiro	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	632.640,47	577.564,97	-8,71	649.649,37	12,48

Este indicador denota uma variação positiva em 12,5%, e representa um valor na ordem dos 650 mil euros.

7.1.4.3 Resultado corrente

Quadro - Evolução do Resultado Corrente a preços correntes

uni: Euro

Resultado Corrente	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	4.598.503,20	5.980.289,94	30,05	5.629.027,76	-5,87

O quadro apresentado, demonstra uma quebra deste resultado na ordem dos -5,9%.



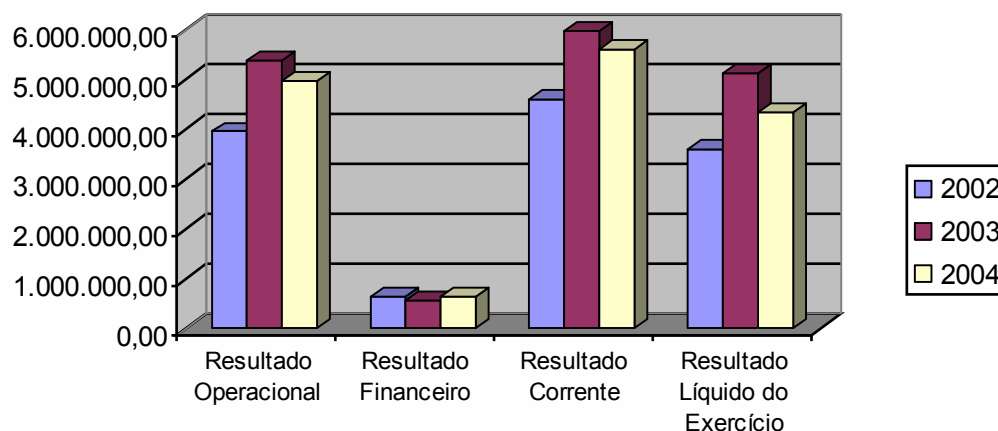
7.1.4.4 Resultado Líquido do Exercício

Quadro - Evolução do Resultado Financeiro a preços correntes

uni: Euro

Resultado Líquido do Exercício	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Total	3.615.016,25	5.139.873,03	42,18	4.365.250,86	-15,07

Gráfico - Resultados



Note-se que a análise do resultado líquido do exercício obtido, deverá considerar as disposições evidenciadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Sobre a interpretação do resultado, não será consentâneo quer com os objectivos das autarquias locais, quer sob a óptica conceptual, a associação do R.L.E. ao termo lucro, visto que as autarquias locais visam essencialmente a satisfação das necessidades dos munícipes, pelo que se torna necessário demarcar a interpretação do resultado obtido, de qualquer analogia efectuada, com base nos conceitos vigentes para o sector privado.



Importa ainda destacar, a ausência de doutrina que disponha quer sobre a terminologia técnica, quer sobre a interpretação do valor obtido, pois a especificidade do POCAL e particularmente das autarquias locais, nomeadamente em matéria de políticas contabilísticas, deriva na obtenção de resultados, em nada similares com os provenientes do regime contabilístico em vigor para o sector privado.

7.2 Análise da Situação Financeira

7.2.1 Condições Financeiras

MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Designações	Exercícios	
	2003	2004
(Fundo de Maneio)	-2.465.165,23 €	-9.681.851,16 €
(Cash Flow Estático (MLL))	6.832.400,17 €	6.434.811,61 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	1,59	1,74
1.2 Autonomia	0,37	0,43
1.3 Estabilidade (s.r.)	0,59	0,74
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A.I. em Fundos Próprios	0,39	0,43
2.2 Cobertura do A.I. em Capitais Permanentes	0,81	0,70
2.3 Peso Relativo do A.I. no Activo Total	94,92%	98,92%



MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS (continuação)

Designações	Exercícios	
	2003	2004
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,47	0,04
3.2 Liquidez Reduzida	0,46	0,03
3.2 Participação - Existências no Activo Corrente	2,70%	29,85%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-1,12%	-22,44%
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	1,69	1,34
4.2 Financiamento do F.M. por Passivo de Financ.	-7,04	-1,81
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por F.P.	3,45	2,74
4.4 Estrutura do endividamento (dívidas a terceiros de curto prazo)	0,17	0,27
4.5 Grau de dependência dos empréstimos a médio e longo prazo	0,39	0,26
4.6 Medida de rejuvenescimento do imobilizado	5,96	9,87

Fundo de Maneio

O fundo de maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas, e além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar no futuro, a manutenção desse ajustamento.

O valor apresentado, indica que o passivo corrente não se encontra coberto pelo activo corrente, desta forma o fundo de maneio reflecte-se num valor



negativo, indicando que a curto prazo a autarquia irá ter alguma dificuldade em fazer face ao exigível a curto prazo. Note-se ainda que este indicador sofreu uma variação negativa em aproximadamente -293%.

Cash Flow Estático

O cash flow revela a propensão para a obtenção de lucros e por um natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.

O ano de 2004, denota uma ligeira diminuição deste indicador, como consequência da quebra do volume do resultado líquido do exercício obtido.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.

A autarquia apresenta uma considerável melhoria de todos os rácios de estabilidade, apresentando um bom nível de solvabilidade e estabilidade (s.r.), pese embora parte do aumento verificado se dever aos acréscimos efectuados ao inventário municipal no decurso de 2004. Quanto à autonomia, e apesar do aumento ocorrido, o valor continua a ser inferior a 0,5, pelo que ainda não atingiu o patamar da razoabilidade.

Neste âmbito, importa ainda mencionar que em termos reais, estes indicadores devam apresentar valores mais positivos, considerando que o activo em posse da autarquia (variável que influencia de forma directa os rácios obtidos), ainda não se encontra apurado na sua totalidade.



Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do activo, ocorreu um aumento da cobertura dos fundos próprios pelo activo imobilizado, passando agora a representar um valor de 43%.

A cobertura do activo imobilizado registou uma quebra, essencialmente derivada do exponencial aumento ocorrido no activo imobilizado. O peso relativo do activo imobilizado no activo total é bastante pronunciado, significando um valor de 98,9%.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade em satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma deterioração destes indicadores, os quais apresentam valores francamente débeis. Assim, denotam-se dificuldades em satisfazer os compromissos de curto prazo.

No entanto, considerando a especificidade das actividades desenvolvidas pela entidade em apreço, a fase do ciclo e conjuntura económica a que a análise se refere, bem como ao extenso volume e concentração de investimento verificado, os indicadores apresentados não constituem motivo de preocupação, visto que no curto prazo, a inflexão desta tendência será facilmente obtida, sendo apenas necessário a contracção e moderação no volume de investimento municipal, no decurso de um ano económico.

A representatividade das existências no total do activo corrente registou um aumento, significando em 31 de Dezembro, 30% deste total, quer por influência



de um aumento directo ocorrido no saldo de existências, mas também dada a diminuição ocorrida no saldo das restantes parcelas que compõem o activo corrente, nomeadamente as dívidas de terceiros de curto prazo e os depósitos em instituições financeiras e caixa.

O financiamento do activo corrente continua denotar um valor negativo em reflexo da negatividade do fundo de maneiio.

Complementares

O rácio da capacidade de endividamento, denota uma melhoria desta capacidade, no entanto, este indicador continua a apresentar um valor superior à unidade, indicando que a autarquia ainda se encontra acima do limite da sua capacidade. Porém, importa referir que o valor em causa se encontra influenciado directamente pelo valor existente nos fundos próprios, o qual se encontra subavaliado, pelas razões mencionadas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados, facto que incute neste índice uma análise extemporânea e pouco concreta.

Convém ainda mencionar, que a capacidade de endividamento apresentada não é similar à definição estabelecida na Lei das Finanças Locais.

Veja-se que para efeitos da contratação de empréstimos de médio e longo prazo, as autarquias se encontram condicionadas pelos limites definidos na Lei das Finanças Locais, entretanto suspensa pelas definições constantes na Lei Orçamental de 2004, a exemplo do que já havia ocorrido em 2003, facto análogo para 2005, tal com demonstra a Lei Orçamental de 2005, pelo que para os devidos efeitos deverá ser efectuada leitura atenta ao ponto 6.2 (cumprimentos legais na despesa – cumprimento ao limite da capacidade de endividamento) do presente documento.



O financiamento do fundo de maneiço pelo passivo de financiamento permanece negativo, dada a negatividade do fundo de maneiço. O passivo corrente encontra-se coberto pelos fundos próprios em 274%.

O grau de dependência dos empréstimos a médio e longo prazo, indica a dependência do activo líquido total, relativamente aos empréstimos contraídos pela entidade. Neste âmbito, a autarquia reflecte que 26% do activo líquido total se deve ao financiamento relativo a empréstimos de médio e longo prazo. Será relevante mencionar, que o valor apresentado será significativamente inferior, pois o valor líquido total registado no Balanço Municipal, se encontra aquém dos valores reais, pelas razões já expostas nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

A medida de rejuvenescimento do imobilizado, indica que o volume de investimento efectuado foi 9,87 vezes superior às amortizações verificadas no decurso do exercício, pelo que evidencia, um notório aumento ocorrido no activo imobilizado líquido do município.



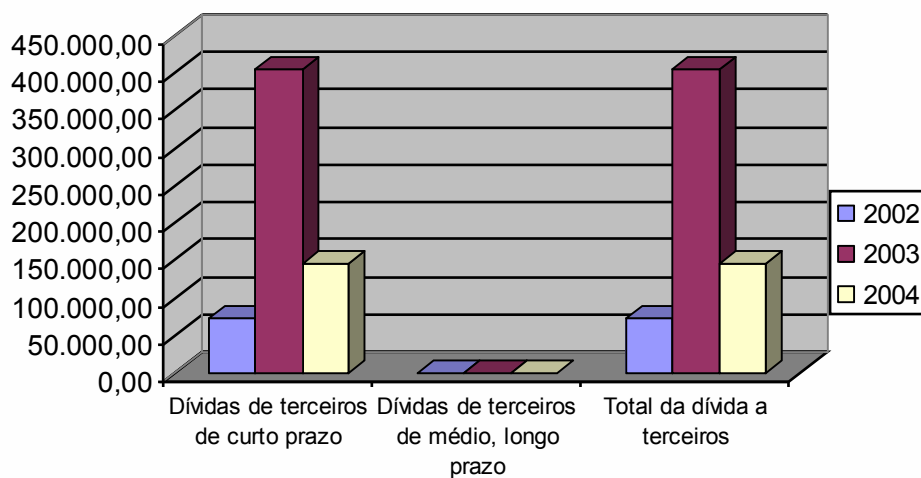
7.2.2 Dívidas de terceiros

Quadro - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros a preços correntes

uni : euro

Dívidas de terceiros	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Dívidas de terceiros de curto prazo	73.079,26	406.029,65	455,60	145.314,13	-64,21
Empréstimos concedidos	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes c/c	0,00	0,00	--	20.460,36	--
Contribuintes, c/c	0,00	315.543,86	--	0,00	-100,00
Utentes, c/c	0,00	0,00	--	7.048,98	--
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos a forneced. de imobilizado	0,00	0,00	--	0,00	--
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	--	19,95	--
Administração autárquica	0,00	0,00	--	0,00	--
Outros devedores	73.079,26	90.485,79	23,82	117.784,84	30,17
Dívidas de terceiros de médio, longo prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Total da dívida a terceiros	73.079,26	406.029,65	455,60	145.314,13	-64,21

Gráfico - Evolução das dívidas de terceiros





No que concerne a dívidas de terceiros, apenas se verificam dívidas de curto prazo, tendo o volume destas sofrido uma diminuição na ordem dos -64%. O valor total das dívidas de terceiros, ronda os 145 mil euros.

7.2.3 Dívidas a terceiros

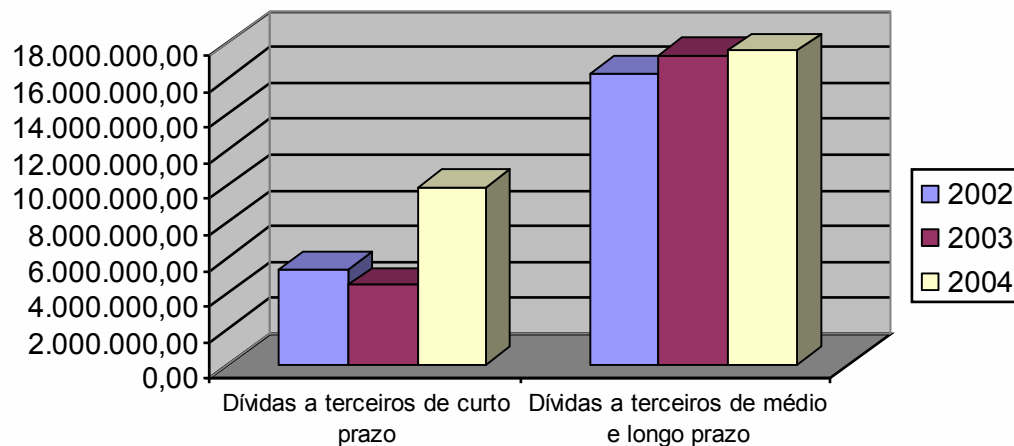
Quadro - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros a preços correntes

uni : euro

Dívidas de terceiros	2002	2003	var. (%)	2004	var. (%)
Dívidas a terceiros de curto prazo	5.284.940,07	4.443.769,00	-15,92	9.924.118,93	123,33
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	--	0,00	--
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	--	21.000,00	--
Fornecedores, c/c	959.140,42	1.525.013,24	59,00	1.366.494,51	-10,39
Fornecedores c/c - Facturas em recepção e conferência	0,00	15.786,64	--	691.478,13	4280,15
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	--	0,00	--
Clientes e utentes c/ cauções	22.976,61	20.041,58	-12,77	20.199,70	0,79
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	--	0,00	--
Fornecedores de imobilizado, c/c	3.921.059,92	2.301.152,88	-41,31	5.951.074,45	158,61
Estado e outros entes públicos	150.256,51	85.638,92	-43,00	99.811,46	16,55
Administração autárquica	91.180,59	155.713,76	70,78	123.799,83	-20,50
Outros credores	140.326,02	340.421,98	142,59	69.255,75	-79,66
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00	--	1.581.005,10	--
Dívidas a terceiros de médio e longo prazo	16.245.900,41	17.264.956,06	6,27	17.538.636,40	1,59
Dívidas a instituições de crédito	16.123.588,92	16.942.960,84	5,08	17.326.027,25	2,26
Dívidas a fornecedores de imobilizado	122.311,49	321.995,22	163,26	212.609,15	-33,97
Total da dívida a terceiros	21.530.840,48	21.708.725,06	0,83	27.462.755,33	26,51



Gráfico - Evolução das dívidas a terceiros



As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam um aumento na ordem dos 1,6%, significando um valor total ligeiramente superior a 17,5 milhões de euros.

No que concerne às dívidas a terceiros de curto prazo, denota-se um acréscimo destas dívidas, as quais ascendem a um valor na ordem dos 9,9 milhões de euros.

O valor total das dívidas a terceiros é de 27,4 milhões de euros, e apresenta uma variação positiva face ao valor registado no ano anterior, em aproximadamente 27%. Esta circunstância deve-se ao aumento verificado nas dívidas a terceiros de imobilizado, as quais resultam do elevado volume de investimento realizado e em curso.



8. Outras disposições

8.1 Proposta de aplicação de resultados

Para saldo de 4.365.250,86€, referente ao Resultado Líquido do Exercício, propõe-se a seguinte aplicação, tendo em consideração a legislação aplicável e os interesses da autarquia:

- a) 1.527.837,80€ para reforço do património (35% do R.L.E.);
- b) 2.837.413,06€ para reforço da reserva de investimento (65% do R.L.E.)

8.2 Evolução previsível da actividade

A evolução previsível da actividade, encontra-se disposta nos Documentos Previsionais aprovados para o presente ano económico, e em particular no Orçamento para 2004 e Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2004 – 2007.

Importa no entanto, atender à revisão das previsões apontadas para Portugal pela União Europeia.

Assim, as previsões da Primavera da U.E. apontam para um crescimento da economia portuguesa de 1,1% em 2005 e 1,7% em 2006. As perspectivas para o mercado de trabalho não se apresentam positivas.

As exportações, beneficiam do abrandamento dos custos de trabalho e da inflação, embora o crescimento dos mercados de exportação deva ser moderado. O esperado arrefecimento da procura interna reflectir-se-á numa redução da procura.



Table 3.20

Main features of country forecast - PORTUGAL

	2003		81-00	Annual percentage change					
	bn Euro Curr. prices	% GDP		2001	2002	2003	2004	2005	2006
GDP at constant prices	130.5	100.0	3.0	17	0.4	-11	10	11	17
Private consumption	80.9	62.0	3.0	12	11	-0.3	2.3	17	19
Public consumption	27.7	21.2	4.1	3.3	2.3	0.3	12	0.6	0.0
Gross fixed capital formation	29.5	22.6	4.1	0.8	-5.1	-9.9	13	14	3.2
of which: equipment	9.0	6.9	4.0	-3.2	-10.5	-6.5	6.2	5.0	5.7
Change in stocks as % of GDP	0.8	0.6	0.6	0.7	0.7	0.7	0.9	0.7	0.7
Exports (goods and services)	39.3	30.1	6.5	14	2.0	5.0	5.1	4.5	6.5
Final demand	178.2	136.5	4.0	15	0.3	-0.7	2.9	2.1	3.1
Imports (goods and services)	47.6	36.5	7.2	11	-0.2	-0.1	7.0	4.4	6.0
GNI at constant prices (GDP deflator)	129.0	98.8	3.1	15	15	-10	0.1	13	18
Contribution to GDP growth:									
Domestic demand			3.6	16	-0.3	-2.7	2.1	16	2.0
Stockbuilding			0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	-0.2	0.0
Foreign balance			-0.6	0.0	0.8	18	-13	-0.4	-0.3
Employment			0.4	17	0.4	-0.4	0.1	0.3	0.3
Unemployment (a)			6.4	4.0	5.0	6.3	6.7	7.0	7.0
Compensation of employees/head			14.0	5.3	4.4	2.6	3.0	3.1	3.3
Unit labour costs			11.1	5.4	4.4	3.3	2.1	2.2	1.9
Real unit labour costs			-0.2	1.1	0.0	0.5	-0.3	0.0	-0.4
Savings rate of households (b)			-	-	11.9	12.0	11.5	11.9	12.1
GDP deflator			11.3	4.3	4.4	2.8	2.4	2.3	2.4
Private consumption deflator			11.1	3.9	3.5	3.2	2.4	2.3	2.1
Harmonised index of consumer prices			-	4.4	3.7	3.3	2.5	2.3	2.1
Trade balance (c)			-11.7	-11.1	-9.3	-7.8	-9.6	-9.8	-9.8
Current account balance (c)			-4.4	-10.1	-7.7	-6.0	-7.7	-7.7	-7.5
Net lending(+) or borrowing(-) vis-à-vis ROW (c)			-	-8.2	-5.8	-3.5	-6.1	-6.1	-6.0
General government balance (c)(d)			-5.6	-4.4	-2.7	-2.9	-2.9	-4.9	-4.7
General government gross debt (c)			56.3	55.9	58.5	60.1	61.9	66.2	68.5

(a) as % of civilian labour force. (b) gross saving divided by gross disposable income. (c) as a percentage of GDP.
 (d) including proceeds relative to UMTS licences (see for more details note D on concepts and sources).

Fonte: União Europeia

No contexto nacional, e dando ênfase à especificidade das autarquias locais, o desenvolvimento da actividade será essencialmente influenciado pelas seguintes disposições previstas na LOE2005:

Artigo 11.º

Transferências de competências para os municípios

1 - É prorrogado até 31 de Dezembro de 2005 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, para a transferência de competências para os municípios.

2 - Durante o ano de 2005, fica o Governo autorizado a legislar no sentido de regulamentar a transferência de competências para os municípios previstas nos artigos 16.º a 31.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, nos termos previstos nos artigos 3.º, 4.º, 6.º, 11.º e 12.º da mesma lei.



3 - *Durante o ano de 2005, fica o Governo autorizado a legislar no sentido de regulamentar, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, os poderes tributários dos municípios, relativamente aos impostos a cuja receita tenham direito.*

4 - *No ano de 2005, para efeitos do disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, fica o Governo autorizado a transferir para os municípios as verbas necessárias ao exercício por estes das novas competências transferidas ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do presente artigo.*

...

Artigo 18.º

Obrigações municipais

Durante o ano de 2005, fica o Governo autorizado a legislar no sentido da regulamentação da emissão de obrigações municipais, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

...

Artigo 20.º

Taxas dos municípios

Durante o ano de 2005, fica o Governo autorizado a legislar, alterando o artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, no sentido de ampliar as taxas que os municípios podem cobrar, alargando-as às seguintes situações:

- a) Extracção de materiais inertes em explorações a céu aberto;*
- b) Ocupação ou utilização do solo, subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal e aproveitamento dos bens de utilidade pública, designadamente por empresas e entidades nos domínios das comunicações e distribuição de gás;*
- c) Instalação de antenas parabólicas;*
- d) Instalação de antenas dos operadores de telecomunicações móveis;*
- e) Divulgação de mensagens publicitárias destinadas a serem visíveis do espaço do domínio público, ainda que afixadas em propriedade privada, excluindo as de natureza político-partidária;*



- f) Comercialização de madeiras;
- g) Actividades económicas geradoras de riscos significativos, que obriguem à realização de investimentos e outras despesas específicas na área de protecção civil;
- h) Geração de tráfego por viagens em infra-estruturas rodoviárias de e para os grandes pólos geradores de mobilidade.

No decurso do ano económico de 2005, irão ainda ser efectuados esforços no sentido de se iniciar a implementação de uma contabilidade de custos, circunstância que se encontra condicionada à presente data, pelo facto de a software house ainda estar nesta fase, a proceder ao desenvolvimento de uma aplicação informática para o efeito.

Reconhecendo a autarquia que as auditorias internas vêm-se revelando como um meio privilegiado com vista à obtenção de normas orientadoras que garantam elevados níveis de qualidade técnica, moramente, em aspectos de transparência, e em particular na obtenção de ambicionados níveis de economia, eficiência e eficácia, o município está a desenvolver um manual de auditoria interna, o qual já se encontra na sua fase final de elaboração, tendo em vista a implementação desta valência no município.

8.3 Factores relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

Após o término do ano económico em análise, houve lugar à ocorrência de eleições legislativas antecipadas, das quais resultaram um novo Governo e uma nova composição da Assembleia da República.